

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

PAULO RICARDO SILVA LIMA

**QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL: AVALIAÇÃO DOS
PORTAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

RECIFE
2024

PAULO RICARDO SILVA LIMA

**QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL: AVALIAÇÃO DOS
PORTAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Orientadora: Profa. Dra. Nadi Helena Presser.

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Reyes Pacios Lozano

RECIFE
2024

Catálogo de Publicação na fonte. UFPE -Biblioteca Central

Lima, Paulo Ricardo Silva.

Qualidade e transparência informacional: avaliação dos portais das universidades federais brasileiras / Paulo Ricardo Silva Lima. - Recife, 2024. 188f.: il.

Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024.

Orientação: Nadi Helena Presser.

Coorientação: Ana Reyes Pacios Lozano.

1. Critérios de qualidade; 2. portais de transparência; 3. qualidade da Informação; 4. universidades federais. I. Presser, Nadi Helena. II. Lozano, Ana Reyes Pacios. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

CDD 020

PAULO RICARDO SILVA LIMA

QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA ATIVA DA INFORMAÇÃO: AVALIAÇÃO DOS
PORTAIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da
Universidade Federal de Pernambuco, como pré-requisito parcial para a qualificação,
em 18/07/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Nadi Helena Presser – PPGCI/UFPE (Presidente/Orientadora)

Profa. Dra. Ana Reyes Pacios Lozano – Universidade Carlos III de Madri (Co-
Orientadora)

Profa. Dra. Edilene Maria da Silva – PPGCI/UFPE (Examinadora Interna)

Prof. Dr. Natanael Vitor Sobral – PPGCI/UFPE (Examinador Interno)

Prof. Dr. Antonio de Souza Silva Júnior – PPGCI/UFPE (Suplente Interno)

Prof. Dr. José Osvaldo De Sordi - Universidade Federal de São Paulo/ UNIFESP
(Membro Examinador Externo)

Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza – Universidade Federal de Alagoas/UFAL
(Membro Examinador Externo)

Prof. Dr. Eli Lopes da Silva/UDESC (Suplente externo)

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese de doutorado é sem dúvidas uma tarefa complexa, da qual fazem parte inúmeras mãos (direta e indiretamente). Nesse contexto, agradeço inicialmente aos meus familiares mais próximos que me permitiram chegar até aqui, em especial, a Maria Josefa, minha vó, aos meus irmãos, irmãs e primo Amanda Clarck, Jairo Rafael, Rívia Letícia, Yuri Macário.

Gratidão especial as professoras orientadoras Nadi Helena Presser e Ana Reyes Pacios Lozano, pelo apoio, motivação, respeito e confiança em todas as etapas da pesquisa. Os encontros pessoais e virtuais foram leves e essenciais para conseguirmos alcançar os objetivos e entregar um trabalho com a qualidade que buscamos.

A minha rede de amigos, em especial, Matheus, Anna Raquel, Eliaquim, Marcel Felipe, Tarlane, Ana Paula, Alexandra Lima, Robson Calaça, Mariane Azevedo, Elison, João Rodrigo, Tancredo, Ana Lydia, Ana Carolina Beltrão e Jonatan, por me ouvir no processo de doutoramento e me apoiar nos momentos de insegurança.

Agradeço aos meus amigos Diego, Pedro Café, Gabriel, Andrey e João Zimpel do Grupo de Estudos Avançados em Direito, Inovação e Tecnologia (GEADIT).

Desenvolver a ferramenta proposta não seria possível sem o conhecimento técnico e profundo de Cleiton Aguiar e Lucas Rezende. Agradeço por se sensibilizarem e se dedicarem na confecção da QI – Qualidade Informacional com as especificações necessárias para o seu efetivo funcionamento.

Aos professores da banca: Dr. Edivanio Duarte por me incentivar a produzir pesquisas com qualidade desde o mestrado no PPGCI/UFAL e sempre confiar que posso alcançar os meus objetivos. Dra. Edilene Maria da Silva pelas excelentes observações e contribuições acerca do critério acessibilidade da informação. Dr. José Osvaldo De Sordi pelas contribuições acerca da qualidade. Dr. Natanael Vitor Sobral pela disponibilidade em realizar a leitura do projeto e agora da tese, apresentando novas sugestões de leituras e caminhos a serem trilhados.

Aos colegas de trabalho na Defensoria Pública do Estado de Alagoas pelo apoio incondicional.

Dez pessoas que olham para um elefante a partir de dez ângulos diferentes darão dez observações diferentes sobre a forma e a natureza dele. Uma única pessoa que olha para o mesmo elefante a partir dessas dez perspectivas diferentes será capaz de reunir todas as observações e tirar a única conclusão possível.

(Dark)

RESUMO

A transparência da administração pública, incentivada pelas mudanças oriundas da sociedade da informação e dos princípios do Estado democrático, tem dentre as suas finalidades promover a disponibilidade de informações com qualidade para a sociedade para que esta possa fiscalizar e participar efetivamente das atividades e tomadas de decisões dos órgãos e combater a corrupção. Entretanto, os portais de transparência eletrônicos das universidades federais brasileiras apresentam alguns problemas relacionados à qualidade da informação, principalmente quanto à abrangência, à acessibilidade, à reutilização e à clareza, resultando assim em portais com uma transparência opaca. Outros efeitos negativos provenientes da ausência de qualidade informacional estão a falta de confiabilidade, violação de privacidade, informações em duplicidade, incompletas, ambíguas ou não acessíveis por erros técnicos, entre outros. Nessa trilha, o objetivo geral desta pesquisa é propor uma metodologia para avaliar a qualidade das informações veiculadas nos portais de transparência ativa das universidades federais brasileiras. Já os objetivos específicos são: identificar, a partir de instrumentos específicos, quais parâmetros são utilizados para a avaliação da transparência ativa da informação nos portais eletrônicos das universidades federais; desenvolver parâmetros para a avaliação da qualidade da informação nos portais de transparência das universidades federais brasileiras; verificar se o modelo combina a avaliação da qualidade e da transparência da informação pública. O percurso metodológico é delineado por uma pesquisa descritiva, no que se refere aos objetivos; pesquisa documental, quanto à coleta de dados; e, de abordagem quantitativa, quanto à avaliação. O universo da pesquisa compreendeu as universidades federais brasileiras. A amostra, por sua vez, contemplou nove universidades da região Nordeste. Os dados produzidos foram organizados em gráficos, quadros e imagens para a visualização dos principais resultados acerca da qualidade das informações das universidades. Os resultados permitiram compreender que quando se garante qualidade das informações divulgadas nos portais das universidades federais, contribui-se para o aumento da confiança e do engajamento dos cidadãos nas instituições pública, melhora a acessibilidade para as pessoas com deficiências e promove a combinação da transparência com a qualidade da informação, duas características que não podem ser desvinculadas. Nesse sentido, o uso de uma ferramenta tecnológica acessível e com parâmetros claros de avaliação da qualidade potencializa a disponibilização transparente das informações para a sociedade.

Palavras-Chave: Critérios de qualidade; Portais de transparência; Qualidade da Informação; Universidades federais.

ABSTRACT

The transparency of public administration, encouraged by changes arising from the information society and the principles of the democratic State, has among its purposes to promote the availability of quality information for society so that it can monitor and effectively participate in activities and decision-making bodies and combat corruption. However, the electronic transparency portals of Brazilian federal universities present some problems related to the quality of information, mainly regarding comprehensiveness, accessibility, reuse and clarity, resulting in portals with opaque transparency. Other negative effects arising from the lack of information quality are lack of reliability, violation of privacy, duplicate, incomplete, ambiguous or inaccessible information due to technical errors, among others. Along this path, the general objective of this research is to propose a methodology to evaluate the quality of information conveyed on the active transparency portals of Brazilian federal universities. The specific objectives are: to identify, using specific instruments, which parameters are used to evaluate the active transparency of information on the electronic portals of federal universities; develop parameters for evaluating the quality of information on the transparency portals of Brazilian federal universities; verify whether the model combines the assessment of quality and transparency of public information. The methodological path is outlined by descriptive research, with regard to the objectives; documentary research, regarding data collection; and, with a quantitative approach, regarding evaluation. The research universe comprised Brazilian federal universities. The sample, in turn, included nine universities in the northeast region. The data produced was organized into graphs, tables and images to visualize the main results regarding the quality of information from universities. The results allowed us to understand that when the quality of information disclosed on federal university portals is guaranteed, it contributes to increasing citizens' trust and engagement in public institutions, improves accessibility for people with disabilities and promotes the combination of transparency with the quality of information, two characteristics that cannot be separated. In this sense, the use of an accessible technological tool with clear quality assessment parameters enhances the transparent availability of information to society.

Keywords: Quality criteria; Transparency portals; Information Quality; Federal universities.

RESUMEN

La transparencia de la administración pública, impulsada por los cambios derivados de la sociedad de la información y los principios del Estado democrático, tiene entre sus propósitos promover la disponibilidad de información de calidad para la sociedad, para que pueda monitorear y participar efectivamente en las actividades y órganos de toma de decisiones. y combatir la corrupción. Sin embargo, los portales de transparencia electrónica de las universidades federales brasileñas presentan algunos problemas relacionados con la calidad de la información, principalmente en cuanto a exhaustividad, accesibilidad, reutilización y claridad, resultando en portales con transparencia opaca. Otros efectos negativos derivados de la falta de calidad de la información son falta de confiabilidad, violación de la privacidad, información duplicada, incompleta, ambigua o inaccesible por errores técnicos, entre otros. En este camino, el objetivo general de esta investigación es proponer una metodología para evaluar la calidad de la información transmitida en los portales de transparencia activa de las universidades federales brasileñas. Los objetivos específicos son: identificar, mediante instrumentos específicos, qué parámetros se utilizan para evaluar la transparencia activa de la información en los portales electrónicos de las universidades federales; desarrollar parámetros para evaluar la calidad de la información en los portales de transparencia de las universidades federales brasileñas; verificar si el modelo combina la evaluación de la calidad y la transparencia de la información pública. El camino metodológico está trazado por la investigación descriptiva, en lo que respecta a los objetivos; investigación documental, en materia de recopilación de datos; y, con un enfoque cuantitativo, en materia de evaluación. El universo de investigación estuvo compuesto por las universidades federales brasileñas. La muestra, a su vez, incluyó a nueve universidades de la región noreste. Los datos producidos se organizaron en gráficos, tablas e imágenes para visualizar los principales resultados sobre la calidad de la información de las universidades. Los resultados permitieron comprender que cuando se garantiza la calidad de la información divulgada en los portales de las universidades federales, se contribuye a aumentar la confianza y el compromiso de los ciudadanos en las instituciones públicas, mejora la accesibilidad para las personas con discapacidad y promueve la combinación de la transparencia con la calidad de la información. , dos características que no se pueden separar. En este sentido, el uso de una herramienta tecnológica accesible y con parámetros claros de evaluación de la calidad potencia la disponibilidad transparente de información para la sociedad.

Palabras clave: Criterios de calidad; Portales de transparencia; Calidad de la Información; universidades federales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Inovações e eventos das Revoluções industriais.....	19
Figura 2 – Elementos da transparência das contas públicas.....	30
Figura 3 – Preenchimento de dados.....	49
Figura 4 – Categorias e critérios de qualidade da informação.....	75
Figura 5 – Ferramenta de avaliação: tela inicial.....	91
Figura 6 – Ferramenta de avaliação: tela inicial em alto contraste.....	93
Figura 7 – Ferramenta de avaliação: critérios da qualidade.....	94
Figura 8 – Ferramenta de avaliação: critérios de avaliação.....	95
Figura 9 – Ferramenta de avaliação: Teste/Identificação.....	96
Figura 10 – Ferramenta de avaliação: Teste/Categoria 01.....	97
Figura 11 – Ferramenta de avaliação: Teste/Final.....	98
Figura 12 – Ferramenta de avaliação: Teste/Final - detalhamento.....	99
Figura 13– Ferramenta de avaliação: Classificações.....	99
Figura 14 – Área do administrador	100
Figura 15 – estatísticas dos avaliadores.....	101
Figura 16 – avaliações.....	101
Figura 17 - Imagem da página das funções de confiança UFPI.....	104
Figura 18 – Imagem da seção Ações e Programas da UFRN.....	106
Figura 19 – Imagem da seção de relatório de gestão da UFC.....	106
Figura 20 – Imagem de Relatórios de Gestão da UFPI.....	107
Figura 21 – Imagem do UFAL em números.....	109
Figura 22 - UPE em números.....	109
Figura 23 – informações sobre servidores da UFPB no Portal de Transparência...	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de barreiras.....	44
Quadro 2 – Princípios e diretrizes de acessibilidade para conteúdo na web (WCAG)	49
Quadro 3 –Check-list para desenvolvedores.....	52
Quadro 4 – Validadores automático do W3C.....	53
Quadro 5 –Dimensões da qualidade da informação.....	59
Quadro 6 – Categorias e dimensões da qualidade da informação.....	60
Quadro 7 – Modelo PSQ/IQ.....	63
Quadro 8 – Características da qualidade da informação.....	64
Quadro 9 – Amostra da pesquisa.....	78
Quadro 10 - Avaliação da qualidade da informação nas universidades federais brasileiras.....	80
Quadro 11 – Processo de pontuação dos critérios da qualidade da informação.....	82
Quadro 12 - avaliação rigorosa do artefato	87
Quadro 13 - análise do artefato.....	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de citações de atributos da qualidade nas produções da Ciência da Informação.....	62
Gráfico 2 – Institucional.....	103
Gráfico 3 – Categoria Ações e Programas.....	105
Gráfico 4 – Estudantes.....	108
Gráfico 5 – Recursos Humanos.....	110
Gráfico 6 – Informações Econômicas – 2024.....	112
Gráfico 7 – Avaliação final das universidades.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIMQ	Methodology for Information Quality Assessment
AJAX	Asynchronous JavaScript and XML
BI	Business Intelligence
BRAPC	Periódicos em Ciência da Informação
CAC	Centro de Artes e Comunicação
CGU	Controladoria Geral da União
CSS	Cascading Style Sheets
CUD	Color Universal Design
DOM	Document Object Model
EAD	Ensino à Distância
E-MAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
EUA	Estados Unidos da América
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
GTA	Guia de Transparência Ativa
HTML 5	Hypertext Markup Language versão 5
IBP	International Budget Partnership
ISO	International Organization for Standardization
ITA	Índice de Transparência Ativa
LAI	Lei de Acesso à informação
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Deficiente
LC	Leis Complementares
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias

LGPD Lei Geral de Proteção de Dados

LIBRAS Língua Brasileira de Sinais

LOA Lei Orçamentária Anual

LRF Lei de Responsabilidade Fiscal

MCT Ministério da Ciência e Tecnologia

ONU Organização das Nações Unidas

P&D Pesquisa e Desenvolvimento

PcD Pessoa com Deficiência

PDI Plano de Desenvolvimento Institucional

PMEs Pequenas e Médias Empresas

PPA Plano Plurianual

PPGCI Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

PSQ/IQ Performance, Service e Product/Information Quality

SciELO Scientific Electronic Library Online

SIAFIC Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle

SVG Scalable Vector Graphics

TCU Tribunal de Contas da União

TICs Tecnologias da Informação e Comunicação

UFAL Universidade Federal de Alagoas

UFAPE Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

UFBA Universidade Federal da Bahia

UFC Universidade Federal do Ceará

UFDPAR Universidade Federal do Delta do Parnaíba

UFMA Universidade Federal do Maranhão

UFPB Universidade Federal da Paraíba

UFPE Universidade Federal de Pernambuco

UFPI Universidade Federal do Piauí

UFR Universidade Federal de Rondonópolis

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS Universidade Federal de Sergipe

UFU Universidade Federal de Uberlândia

UNIPAMPA Fundação Universidade Federal do Pampa

WCAG Web Content Accessibility Guidelines

WoS Web of Science

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.3 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA	14
1.4 ESTRUTURA DA TESE.....	16
2 REVISÃO TEÓRICA.....	17
2.1 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO	17
2.2 PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: A OBRIGATORIEDADE DA CONSTRUÇÃO DE PORTAIS NO AMBIENTE DIGITAL.....	27
2.2.1 Transparência Pública nas Universidades.....	35
2.3 ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES DIGITAIS.....	39
2.3.1 Legislação e normatizações referentes à acessibilidade.....	41
2.3.2 Validadores de acessibilidade	51
2.4 A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL NOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	54
2.4.1. A qualidade técnica da informação como artefato e como entrega.....	57
2.4.2. Parâmetros de avaliação da qualidade e da transparência da informação	61
3 PERCURSO METODOLÓGICO	72
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	72
3.2 SELEÇÃO DAS CATEGORIAS E CRITÉRIOS DE QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES.....	74
3.3 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA	78
3.4 COLETA DOS DADOS	79
3.5 CONSTRUÇÃO DA FERRAMENTA QI	80
5.4 PRÉ-TESTE.....	85
4 ANÁLISE, DISCUSSÃO E INFERÊNCIAS DOS RESULTADOS.....	91
4.1 FERRAMENTA QI: INTERFACE E FUNCIONALIDADES.....	91
4.2 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE INFORMACIONAL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS	102
4.3 PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O FORTALECIMENTO DA CULTURA DA TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL COM QUALIDADE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	114
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE A.....	137
APÊNDICE B.....	138

APÊNDICE C..... 139
APÊNDICE D..... 152
APÊNDICE E..... 161

1 INTRODUÇÃO

O progresso tecnológico atrelado ao avanço da ciência proporcionou mudanças paradigmáticas que alcançaram diversos setores sociais, criando um molde de sociedade que é conhecida como “Sociedade da Informação”, “Sociedade da Tecnologia”, “Sociedade Conectada”, dentre outras denominações. Essas mudanças afetaram principalmente as relações entre pessoas e organizações. A partir delas surgiram desafios associados aos fluxos e à democratização da informação.

Para esta pesquisa, adotou-se o termo Sociedade da Informação por ser uma tendência nas mais recentes pesquisas realizadas no campo da Ciência da Informação (Saracevic, 1996; Souza, 2011; González de Gómez, 2002; Souza; Almeida Junior, 2015; Roza, 2018). Conforme destaca Pinho (2011), a informação e o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação passaram a ser elementos basilares desse novo formato de sociedade, na qual, segundo Roza (2018), o uso da internet contribuiu para facilitar o fluxo e o acesso das informações pelos usuários.

Nesse sentido, as organizações perceberam que o avanço técnico-científico possibilitou a criação de portais digitais inovadores para organizar e disponibilizar informações aos potenciais usuários. A partir dos anos 2000, com a popularização do acesso à internet, as organizações públicas e privadas passaram a criar progressivamente esses portais com o intuito de tornar o acesso à informação mais dinâmico e diversificado. Além disso, buscaram atrair o usuário para que se tornasse autônomo, reduzindo, assim, a necessidade de um mediador físico.

Buscando acompanhar essa revolução tecnológica, o legislador brasileiro elaborou leis específicas que impõem aos órgãos da administração pública a obrigação de desenvolver e manter atualizados portais dedicados à transparência de seus atos, por exemplo, a Lei de Acesso à Informação (LAI) de 2011 (Brasil, 2011). A referida lei apresenta determinações quanto à divulgação de informações de interesse particular e coletivo em ambientes digitais, ressaltando as hipóteses legais, de sigilo e de segredo de justiça. Outrossim, estabelece prazos para que os entes públicos realizem a entrega das informações solicitadas pelo cidadão.

Faz-se necessário destacar que o constituinte brasileiro, ao promulgar a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), reconheceu em seu bojo o acesso à informação como um direito fundamental. Esse direito é fruto do

Estado Democrático, que viabiliza uma ampla participação dos cidadãos na formulação de políticas públicas sociais e na fiscalização de seus representantes eleitos. Portanto, todo cidadão tem o direito de receber informações de seu interesse dos órgãos públicos, exceto aquelas de caráter sigiloso. Além da disponibilização do acesso à informação por meio de sítios eletrônicos governamentais, é essencial garantir a publicidade e a transparência para assegurar que os dados e as informações sejam precisos e se mantenham constantemente atualizados.

Ao promover o acesso à informação, os agentes públicos, mediante os *websites*, fortalecem os princípios de publicidade e de transparência. A publicidade é um princípio constitucional que visa garantir o acesso às informações à sociedade, dando-lhe conhecimento dos atos realizados pela administração pública, e fornecendo-lhe recursos para a fiscalização e o exercício do controle sobre os atos públicos. Tal controle deriva do poder democrático, que é decorrente do conceito de *accountability*.

A transparência como um relevante princípio na constituição atual possui uma maior amplitude com relação à publicidade, pois, na concepção de Platt Neto, Cruz e Vieira (2006), prioriza a ampla divulgação das informações públicas. Ou seja, mesmo que as informações da Administração Pública estejam sendo publicizadas, existe a possibilidade de que não estejam sendo relevantes, confiáveis, úteis, de fácil compreensão e tempestivas. Nesse sentido, a transparência possui vantagens, a exemplo do aumento de cidadãos que fiscalizam e acompanham a gestão do Estado. É a sociedade em geral que pode participar ativamente dos processos relacionados às contratações públicas e que tem a possibilidade de verificar, além de outros temas, como os impostos arrecadados estão sendo aplicados (Viana, 2012).

Conforme apontam Resende e Nassif (2015), à medida que os portais de transparência veiculam dados e informações excessivamente técnicas, impossibilitam a sua adequada interpretação ou análise crítica, caracterizando, assim, a chamada transparência superficial. É essencial distinguir a mera publicidade da transparência, uma vez que tal princípio é *conditio sine qua non* para que o indivíduo seja capaz de compreender e interpretar as informações públicas disponibilizadas e exercitar a sua cidadania.

Tradicionalmente, na literatura, a transparência da administração pública é classificada em duas categorias: transparência ativa e transparência passiva. Na primeira categoria, a iniciativa de divulgação parte do próprio agente público, sem que,

para isso, tenha sido provocado. Um exemplo é a disponibilização espontânea de dados e de informações nos portais de transparência. Na segunda categoria, o cidadão precisa manifestar sua demanda para que essa possa ser analisada e atendida pelo agente público (Brasil, 2011).

Neste estudo, o objeto é a propositura de uma metodologia que possibilite analisar a qualidade das informações disponibilizadas nos *websites* oficiais das universidades federais brasileiras relacionadas à transparência ativa.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Apesar de todos os benefícios que podem ser alcançados com a garantia do acesso à informação, nem todos os estados e municípios brasileiros têm acompanhado essa evolução tecnológica e social. Alguns deles sequer possuem portais e, aqueles que os têm, enfrentam problemas relacionados à funcionalidade e à atualização das informações. Ao considerar que o princípio da transparência é uma regra para os órgãos públicos e o ato de fornecer ao usuário informações de seu interesse é considerado um direito fundamental, fica evidente que a cultura do compartilhamento informacional no Brasil ainda é bastante incipiente. Tal realidade pode ser atribuída a uma série de fatores, como a falta de pessoal qualificado e recursos tecnológicos, bem como a falta de interesse por parte dos gestores.

Além da obrigatoriedade de disponibilizar informações nos espaços digitais, a relevância da acessibilidade é fator essencial a ser considerado. Alguns *websites* possuem recursos específicos cujos propósitos são otimizar a experiência do usuário com deficiência (PcD), a exemplo da inclusão de ferramentas (programas, *plugins*, etc.). Esses recursos possibilitam a comunicação por língua de sinais, o aumento e a diminuição das fontes das palavras, a otimização da luminosidade da tela, dentre outros. O investimento em tais incrementos promove a inclusão social e contribui para a construção de uma sociedade mais democrática. Conforme argumenta Jardim (2008, p. 82), “[...] quanto maior o acesso à informação governamental, mais democráticas as relações entre Estado e sociedade”.

No campo da Ciência da Informação, a transparência também diz respeito à qualidade das informações disponibilizadas. Diversos estudos têm indicado que informações duvidosas, perdidas, atrasadas, incompletas ou ausentes são percebidas como um grave problema de qualidade (English, 1999; Ferguson; Lim, 2001; Crump,

2002). Os autores Huang, Lee e Wang (1999) enfatizam que a informação não deve ser tratada como um mero subproduto de uma variedade de atividades, mas, sim, com a mesma seriedade com que os produtos são tratados. No entanto, no âmbito da administração pública brasileira, parece que o conceito de qualidade da informação ainda não foi absorvido pelo que se observa em alguns portais de transparência.

Além da Ciência da Informação, outras áreas como Gestão, Marketing e Sistemas de Informação reconhecem o vínculo entre a qualidade da informação e o uso da informação (Citroen, 2011; Popovič *et al.*, 2012). Ao considerar a qualidade da informação e a qualidade dos portais de transparência juntos, é apropriado considerar a informação como o produto de um portal de transparência e o portal de transparência como o sistema de processamento, que produz a informação. Com base nesse raciocínio, a qualidade pode ser vista como uma das características desejáveis das saídas informacionais dos portais de transparência, entre outras, como por exemplo, relevância, precisão, concisão, integridade, compreensibilidade, atualidade, pontualidade (Petter; Delone; Mclean, 2013).

Na visão de Stvilia *et al.* (2007), nos processos que dependem de informação, a qualidade da informação é um dos principais determinantes da qualidade das decisões e ações. Essa visão é compartilhada por outros autores. Rossin (2007), por exemplo, associou a qualidade da informação ao desempenho das cadeias de suprimentos, Najjar (2002) investigou o impacto da qualidade da informação na qualidade do serviço no setor bancário.

A confiabilidade da informação é particularmente importante no ambiente informacional dos portais de transparência, uma vez que os portais fornecem, principalmente, informações sobre o desempenho do governo; por certo, um portal de transparência vem com a promessa implícita de fornecer informações de qualidade. Assim, a confiabilidade da informação ajuda a tomar decisões mais seguras e convincentes e, também, mais rápidas, pois os usuários não precisam verificar se as informações disponíveis são fidedignas. A disposição dos tomadores de decisão a confiar nas informações de desempenho do governo poderá criar, certamente, um clima de transparência.

De acordo com Kahn e Strong (1998), informações de qualidade são aquelas que atendem às especificações ou requisitos. No domínio dos portais eletrônicos de transparência é possível avaliar a qualidade da informação pública considerando variados critérios, por exemplo, a acessibilidade às pessoas com deficiência, à

abrangência, interpretabilidade, compreensibilidade, atualidade, navegabilidade, segurança e veracidade da informação (Calazans, 2008; Lee, *et al.*, 2002; De Sordi, 2015). Todavia, Eppler e Wittig (2000) salientam que simples listagens de critérios sem *insights* conceituais não fornecem orientação sistemática ou potencial de solução de problemas de qualidade de informação. Esses autores incentivam desenvolver um *framework* de qualidade da informação para fornecer:

- a) Um conjunto sistemático e conciso de critérios segundo os quais as informações possam ser avaliadas;
- b) Um esquema para analisar e resolver problemas de qualidade da informação;
- c) A base para a medição da qualidade da informação e o gerenciamento proativo;
- d) Um mapa conceitual que possa ser usado para estruturar uma variedade de abordagens, teorias e fenômenos relacionados à qualidade da informação.

Stvilia *et al.* (2007) argumentam que um dos principais componentes e geradores de custo na garantia de qualidade da informação é o desenvolvimento e operacionalização de um modelo de medição de qualidade da informação. Todavia, como bem ressaltam, não se pode controlar a qualidade da informação sem medi-la de forma significativa. No entanto, uma revisão das estruturas de qualidade da informação propostas anteriormente (Eppler; Wittig, 2000; Wang; Strong, 1996) mostrou que a maioria dessas estruturas são *ad hoc*, intuitivas e incompletas e não podem produzir modelos de avaliação robustos e sistemáticos. Muito pouco trabalho foi feito para identificar e descrever as raízes dos problemas da qualidade da informação e vinculá-los consistentemente com tipos de atividade de informação.

Buscando ultrapassar as barreiras que impedem o acesso à informação, as universidades públicas federais se vinculam aos princípios que regem a administração pública brasileira, especialmente, aos da publicidade e da transparência. Dessa forma, é possível concluir que as informações públicas devem possuir um padrão mínimo de qualidade, a fim de permitir que quaisquer interessados façam suas análises e interpretações.

Partindo do pressuposto que as universidades públicas devem cumprir as obrigações legais referentes aos princípios da transparência e publicidade, bem como relacionadas à acessibilidade e à qualidade da informação, surge a seguinte questão-problema: **Como uma metodologia para construção de uma ferramenta tecnológica pode contribuir para a melhoria da análise da qualidade das informações em portais eletrônicos de universidades federais brasileiras?**

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é desenvolver uma metodologia para avaliar a qualidade das informações administrativas veiculadas nos portais de transparência ativa das universidades federais brasileiras.

Os objetivos específicos estabelecidos neste estudo são:

- I. Identificar, a partir da LAI, quais parâmetros são utilizados para a avaliação da transparência ativa dos portais eletrônicos das universidades federais;
- II. Desenvolver parâmetros para a avaliação da qualidade das informações administrativas veiculadas nos portais de transparência ativa das universidades federais brasileiras;
- III. Verificar se a qualidade da informação e os parâmetros definidos na LAI se evidenciam nos portais de transparência ativa das universidades.

1.3 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Apesar da existência de instrumentos legais (leis e princípios) que obrigam a administração pública brasileira a publicizar suas informações, ainda não existem políticas de fiscalização e de penalização mais rigorosas para aqueles que não cumprem tal exigência, realidade que pode prejudicar sobremaneira a sociedade. Na atualidade, a despeito de existirem recursos tecnológicos que facilitam o processo de gestão para tornar a publicidade dos atos públicos eficientes, eficazes e transparentes, depara-se com vários problemas relacionados à qualidade das informações públicas veiculadas nas plataformas digitais oficiais, no que diz respeito ao acesso, valor agregado, à segurança, relevância, atualidade, acessibilidade e abrangência, por exemplo.

A qualidade da informação desempenha um papel significativo na capacidade do cidadão de tomar decisões e efetuar escolhas conscientes, e quando os critérios da qualidade informacional não são observados, muitos problemas podem ocorrer, como falta de confiabilidade, violação de privacidade, informações em duplicidade, incompletudes, ambiguidades ou inacessibilidade por erros técnicos, entre outros.

Embora haja instituições dedicadas à avaliação da conformidade dos portais de transparência às diretrizes estabelecidas pela LAI, a exemplo da Controladoria Geral da União (CGU) e das pesquisas de Índice de Transparência Ativa (ITA), ambas conduzidas por estados e municípios brasileiros, tais abordagens metodológicas não

ênfatizam a avaliação da qualidade das informações nos ambientes digitais, mas apenas a constatação ou não das informações descritas nos instrumentos legais, sobretudo na LAI. Isso evidencia, portanto, uma lacuna a ser investigada por profissionais e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, com o fim de buscar compreender, bem como discutir a relevância da qualidade da informação nesses espaços.

A Ciência da Informação é um campo interdisciplinar (Saracevic, 2007; Araújo, 2018) ou de orientação interdisciplinar (Souza, 2015), que envolve o estudo da informação e de suas múltiplas utilidades para a sociedade. Diante disso, destaca-se que a qualidade da informação nos portais de transparência, também, pode ser um relevante objeto de estudo para pesquisadores desse campo científico.

A elaboração de uma metodologia para avaliar a qualidade da informação possibilita apresentar um prognóstico da realidade institucional e descrever de forma clara os pontos mais críticos a serem priorizados pelos gestores. Além disso, considerando que as universidades possuem múltiplas informações (financeiras, orçamentárias, de gestão, notícias, dentre outras), a ferramenta de avaliação pode ser facilmente adaptável e flexibilizada para analisar cada eixo informacional.

Investigar o tema qualidade da informação nos *websites* oficiais das universidades federais brasileiras, para esta pesquisa considerados como portais de transparência, se justifica pelas seguintes razões: **a) Credibilidade** - são instituições que prezam pela qualidade da informação e investem em pesquisas e estudos para gerar conhecimento de impacto social. Assim, os sites *websites* oficiais dessas instituições são considerados fontes confiáveis de informação; **b) Atualização constante** - trata-se de instituições que estão sempre buscando novos conhecimentos e atualizando suas pesquisas. Portanto, as informações encontradas nos *websites* oficiais dessas instituições sempre costumam estar atualizadas e refletirem as últimas descobertas científicas; e **c) Obrigatoriedade da publicidade e transparência** - por serem órgãos públicos, as universidades federais são legalmente obrigadas a manterem seus sítios eletrônicos transparentes.

O reconhecimento da qualidade das informações fornecidas pelos portais de transparência das universidades possibilita aos cidadãos o desempenho de um papel mais ativo nas decisões institucionais, fortalecendo a sua confiança na administração pública. Essa particularidade caracteriza a relevância social desta pesquisa.

Além disso, para a sociedade, a elaboração desta pesquisa se justifica por contribuir para uma maior participação dos cidadãos na gestão informacional nas universidades. Ao utilizar uma ferramenta que possibilite apresentar para as instituições de ensino superior as principais falhas no processo de disponibilização das informações, os gestores podem utilizar esses *feedbacks* para melhorar seus portais, tornando-os úteis e com qualidade para todos os interessados.

Esta pesquisa está vinculada à linha de pesquisa Comunicação e Visualização da Memória, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), e, mais especificamente, aos estudos da qualidade da informação de ambientes virtuais de produção, circulação e acesso à informação, com ênfase na compreensão dos processos mediados pelas tecnologias de informação e comunicação.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

De forma sistematizada, a presente tese está organizada em cinco seções. A primeira é a Introdução que apresenta brevemente o tema e o objeto de estudo, a problematização, os objetivos e a justificativa.

A segunda apresenta a revisão teórica. Inicia com um debate sobre a Sociedade da Informação e a transparência no Estado democrático; segue o debate versando sobre a acessibilidade nos ambientes digitais e, em seguida, discute os estudos teóricos sobre a qualidade da informação e algumas iniciativas de avaliação da transparência informacional em portais digitais.

A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos. Classifica a pesquisa quanto aos fins, ao método e à abordagem da avaliação. Explicita os procedimentos de coleta de dados e de análise e interpretação dos resultados.

A quarta seção apresenta os resultados: a proposta metodológica de avaliação da qualidade da informação dos portais de transparência ativa, mais especificamente, sobre os elementos básicos para a funcionalidade de uma ferramenta para avaliar a qualidade das informações em universidades públicas federais.

Por fim, foram elaboradas as considerações finais, inserindo nessa seção os limites do estudo e a sugestão de novas investigações. Em seguida, estão arroladas as referências dos autores citados no trabalho e os apêndices.

2 REVISÃO TEÓRICA

Nesta seção são discutidos os fundamentos conceituais que nortearam a elaboração de uma ferramenta capaz de auxiliar na avaliação da qualidade da informação em ambientes digitais de universidades, como também as análises das informações e documentos selecionados.

Inicialmente buscamos compreender o modelo de Sociedade da Informação e a importância da transparência da informação para o fortalecimento do Estado Democrático e para a participação social. Posteriormente, tratamos de realizar uma linha do tempo sobre a evolução da publicidade e transparência informacional na legislação brasileira, a obrigatoriedade da institucionalização dos portais eletrônicos nos órgãos públicos, bem como as diretrizes nacionais e internacionais de acessibilidade desses ambientes digitais. E, por último, discutimos sobre os conceitos, critérios, dimensões e categorias teórico-metodológicas da qualidade da informação.

2.1 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A sociedade é um sistema humano em constante transformação, cujas mudanças se relacionam a diversos setores, como economia, política, tecnologia e cultura. Em decorrência dessa realidade e, principalmente, dos avanços tecnológicos e científicos, emerge a Sociedade da Informação. Nesse contexto, analisando os eventos históricos, é possível identificar grandes revoluções e mudanças que impulsionaram o surgimento do atual modelo de sociedade.

O Século XVIII foi marcado por transformações sociais e econômicas, dentre as quais se destaca a passagem do capitalismo comercial para o industrial. Na Inglaterra, nesse período, pequenas oficinas artesanais (trabalhos manuais) foram perdendo espaço para as indústrias, que passaram a utilizar máquinas para desenvolverem suas atividades com maior celeridade, a exemplo do descaroçador de algodão e do tear mecânico que produziam em grande escala e em menor tempo. Santos e Carvalho (2009) discorrem que a criação do motor a vapor, em 1779, foi um dos adventos mais marcantes desse século, visto que, a partir dele, foram criadas as embarcações que permitiram as navegações para maiores distâncias e o desenvolvimento das malhas de ferro, contribuindo, assim, para imprimir maior agilidade aos meios de comunicação. Salienta-se que a Primeira Revolução Industrial,

também, impactou o processo de migração social do campo para a cidade, dado que esse movimento de ampliação das indústrias motivou pessoas a viverem mais próximas às oportunidades de trabalho com vistas a melhorar sua qualidade de vida.

No Século XIX, a invenção da eletricidade trouxe transformações significativas aos processos de produção e comunicação ao redor do mundo (Santos; Carvalho, 2009). Dathein (2003) evidencia várias características que diferem a Segunda Revolução Industrial no século XIX em relação à Primeira Revolução Industrial, como, por exemplo, a expansão dos laboratórios de ciências e pesquisas, a automatização da produção em massa, a produção de automóveis e o desenvolvimento dos meios de comunicação. Enquanto poucos países como os Estados Unidos da América, a Inglaterra e a Rússia expandiram seus domínios no mercado capitalista, muitas outras nações ficaram estagnadas, principalmente aquelas que foram colonizadas, a exemplo do Brasil, cuja agricultura do café foi mantida como sua principal economia.

Nos primeiros anos do Século XX, aflora-se a Terceira Revolução Industrial e, junto com ela, um desenvolvimento acelerado nos âmbitos da robótica, genética, telecomunicação e informática. Essa evolução tecnocientífica alterou a forma como a sociedade se organiza, se informa e se comunica, tornando os processos informacionais mais dinâmicos, transparentes e democráticos, abrindo caminho para o surgimento da Sociedade da Informação (Santos; Carvalho, 2009).

De acordo com Brasileiro (2022), a Quarta Revolução Industrial se inicia no Século XXI, período marcado pelo acelerado crescimento tecnológico, cujo impacto se reflete nas questões econômicas, sociais, relações de trabalho, educação, saúde e lazer. O autor discorre, ainda, que os sujeitos podem se conectar por intermédio da internet em busca de se socializarem e se relacionarem a partir de *smartphones*, *notebooks*, *tablets* e outros instrumentos tecnológicos. A comodidade advinda desse progresso tecnológico propiciou o surgimento de novos sistemas de chamadas e recursos de voz gratuitos disponíveis nas redes sociais *Whatsapp*, *Instagram* e *Facebook*; nos serviços de *streaming* de vídeos (*Globoplay*, *Netflix*, *Prime Video*, *Disney+*, etc.); de músicas (*Spotify*, *Amazon Music*, *Apple Music*, etc.) e de jogos (*Twitch TV*, *Youtube Gaming*, *Facebook Gaming*, etc.); nos aplicativos de mobilidade urbana (*Uber*, *99 App*, *InDriver*, etc.), bem como promoveu o fortalecimento do *e-commerce*.

Nesta Quarta Revolução, são observadas duas grandes novidades que se encontram centradas na Educação e no Trabalho. Nos dias atuais, por meio do Ensino

à Distância (EAD), o indivíduo pode acessar aulas e materiais *online* por intermédio de uma diversidade de aplicativos que podem ser facilmente acessados por *smartphones*, *tablets*, *notebooks* ou computadores, a partir de qualquer lugar. Dessa forma, muitas salas de aulas tradicionais (físicas) estão perdendo, cada vez mais, espaço para os ambientes digitais. No âmbito do trabalho, profissionais têm realizado suas jornadas laborais por meio do *home office*, modalidade que permite que o indivíduo execute suas obrigações profissionais no espaço de sua casa, a partir do uso de um computador e da conexão com a internet, sem a necessidade de estar fisicamente nas empresas. Essa prática tem sido incentivada por muitas empresas e órgãos públicos, pois “tal fato contribui para a redução de circulação de veículos, que consequentemente reduz o trânsito nas ruas e a poluição gerada pelos meios de transporte” (Brasileiro, 2022, p. 26).

Nesse contexto, as principais criações e eventos que marcaram cada uma das Revoluções Industriais estão demonstradas na Figura 1.

Figura 1 - Inovações e eventos das Revoluções industriais



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

A fluidez de informações e dos conhecimentos disseminados em redes de indivíduos conectados é uma das principais características dessa Sociedade da Informação, o que possibilita um constante consumo e produção de informações (Castells, 2000). Gouveia (2004, p.1), de forma mais abrangente, faz uma descrição do que é a Sociedade da Informação e seus elementos constituintes,

A Sociedade da informação está baseada nas tecnologias de informação e comunicação que envolvem a aquisição, o armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios electrónicos, como a rádio, a televisão, telefone e computadores, entre outros. Estas tecnologias não transformam a sociedade por si só, mas são utilizadas pelas pessoas em seus contextos sociais, económicos e políticos, criando uma nova comunidade local e global: a Sociedade da Informação.

Nesse sentido, o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) teve um papel importante para a consagração da Sociedade da Informação, pois propiciou que indivíduos conectados à internet pudessem ter um acesso mais amplo às informações de seu interesse, de forma interativa e interconectada (Roza, 2018). Werthein (2000) ressalta que o termo Sociedade da Informação se tornou popular no ano de 1970, período em que, com o advento da globalização, a tecnologia e a ciência passaram a possuir um papel importante e decisivo no âmbito das organizações industriais, especialmente, no que se refere aos processos comunicacionais, facilitando, assim, o acesso a informações, minimizando custos, implementando celeridade aos processos informativos, encurtando a distância entre os *stakeholders* (clientes, fornecedores, colaboradores, etc.), tornando a comunicação horizontalizada e possibilitando uma maior interação entre os indivíduos (Lima; Ferreira; Souza, 2020).

Nos estudos sistematizados em Lévy (1999), identificam-se algumas das razões para o surgimento dessa sociedade em 1970. De acordo com o autor, os primeiros computadores foram desenvolvidos no ano de 1945, nos Estados Unidos e Inglaterra, com a finalidade de armazenar programas, sendo de uso exclusivo dos poderes militares. Na década de 1960, esses equipamentos passaram a ser utilizados no campo científico, porém, seu uso se limitava à extração de dados estatísticos para o Estado e para grandes corporações. Já nos idos de 1970, ocorre uma virada paradigmática: os computadores (agora menores e mais compactos) passaram a ser comercializados, abrindo uma etapa para a automação industrial, controles digitais, além de outros ganhos, como a facilitação das comunicações.

Nesse período, os computadores ainda eram quase que de uso exclusivo das indústrias, sendo criado o primeiro computador pessoal em 1976, o qual possibilitou

aos indivíduos a elaboração de textos, músicas e imagens, organização de dados em planilhas, como também a utilização para fins de diversão, como os jogos digitais. Desde a década de 80 até a atualidade, a humanidade tem sido marcada pelo avanço tecnológico e midiático, os computadores se tornaram microcomputadores, surgiram as redes sociais digitais organizadas no ciberespaço, os recursos de *hardware* e *software* foram amplamente modernizados, as interações se tornaram instantâneas, tornando, assim, mais nítida a Sociedade da Informação.

O ciberespaço, ambiente oriundo da Sociedade da Informação, foi criado como uma extensão do mundo físico no contexto virtual, para facilitar as trocas de informações e ampliar as redes de comunicações, é também um local não palpável, povoado por indivíduos representados imaterialmente, dinâmico e mutável, passível de constantes evoluções, possibilitando aos usuários maior acessibilidade de informações (Vega-Almeida; Arencibia-Jorge; 2019; Monteiro, 2007). Lévy (1999, p. 113) pondera que “[...] todos os elementos do ciberespaço continuarão progredindo rumo à integração, à interconexão, ao estabelecimento de sistemas cada vez mais interdependentes, universais e “transparentes””. É no ciberespaço que essa sociedade contemporânea consegue se organizar e regularizar, numa crescente rede de criação, disseminação e compartilhamento da informação.

Importante ressaltar que essa sociedade também é fruto do desenvolvimento capitalista, sistema econômico pelo qual o homem passou a executar atividades sob aspectos econômicos, tecnológicos e inovadores (Dantas, 1996). De forma crítica, Gouveia (2004) aprofunda suas discussões baseadas em Noam Chomsky, reconhecendo que essa arquitetura social informacional beneficia principalmente a grandes grupos empresariais, os quais buscam manter a hegemonia do poderio sobre as classes baixas sob o discurso da liberdade comercial, ignorando, dessa forma, o aprofundamento das desigualdades sociais. Na mesma perspectiva, Demo (2000) reconhece que essa nova ordem social nada mais é que um pano de fundo capitalista para sustentar uma pseudo globalização informacional, cujo discurso positivista é que todos os países são impactados igualmente pelos benefícios oriundos dessa sociedade, todavia, na prática, o que se observa é apenas o favorecimento e o fortalecimento dos países desenvolvidos como, por exemplo, Japão, Estados Unidos e Alemanha. Já em alguns países subdesenvolvidos (Índia, Turquia, Quênia e outros), a melhoria do crescimento econômico depende de investimentos e auxílio dos países desenvolvidos. Essa relação de dependência, implicitamente, pode ser considerada

como uma nova forma de colonização, tendo os países desenvolvidos poder para melhorar ou prejudicar o progresso social de algumas nações.

Ferreira (2003) advoga que esse novo formato social requer também determinadas responsabilidades tanto dos cidadãos quanto do próprio Estado, pois esse novo fluxo informacional intensificou a construção de novas informações e conhecimentos úteis para a tomada de decisões.

Complementando essa relação do Estado, da Sociedade da Informação e de seus elementos estruturantes (tecnologias, informações, conhecimentos, redes de conexões, etc.), Miranda (2000, p. 79) destaca que:

É importante ressaltar que as formas de atuação do Estado com relação aos elementos estruturais da Sociedade da Informação são cruciais, uma vez que suas políticas podem traçar o horizonte e definir os modos de interação dos indivíduos, grupos, organizações e instituições públicas e privadas, tanto no interior do Estado quanto fora de seus limites institucionais.

Para Takahashi (2000, p. 5) “A Sociedade da Informação está sendo gestada em diversos países. No Brasil, Governo e sociedade devem andar juntos para assegurar a perspectiva de que seus benefícios efetivamente alcancem a todos os brasileiros”. Dessarte, sabendo que essa Sociedade da Informação possui, dentre seus aspectos, a democratização da informação, os portais de transparência surgem como uma tentativa de disponibilizar aos cidadãos o acesso a informações de seu interesse para que, assim, possam tomar decisões e cobrar de seus representantes políticos determinados posicionamentos.

Na Década de 1990, o governo brasileiro, analisando o desenvolvimento tecnológico, científico e industrial que ocorria em vários países europeus e nos Estados Unidos da América, buscou criar políticas para desenvolver as novidades oriundas dessa Sociedade da Informação. Em 1997, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) iniciou estudos para implantar o “Programa Sociedade da Informação”, sob a coordenação do pesquisador Tadao Takahashi, fato que culminou na elaboração do “Livro Verde”. A obra foi desenvolvida por doze Grupos de Trabalhos com especificações previamente estabelecidas (Administração Pública, Ações Empresariais, Educação, Divulgação à Sociedade, etc.). Dentre as oportunidades que a Sociedade da Informação pode oferecer para o desenvolvimento do Brasil estão: abertura do comércio eletrônico (*e-commerce*); alteração na dinâmica da divulgação, comercialização, comunicação com baixo custo, ampliação do mercado e a diminuição de custos operacionais das Pequenas e Médias Empresas (PMEs);

dinamismo do empreendedorismo e da geração de inovação utilizando o capital intelectual; melhoria da qualidade da educação; ampliação das oportunidades de trabalho; incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); desenvolvimento de políticas sustentáveis; universalização do acesso à informação; ampliação da transparência da informação pública, etc. (Takahashi, 2000).

O Programa Sociedade da Informação apresenta um panorama interessante para a consagração desse modelo social no Brasil, o qual engloba discussões que relacionam as atuações do Estado, cidadãos, instituições de ensino e pesquisa e empreendedores. Takahashi (2000) observa que a maior contribuição das tecnologias para a administração pública seria uma garantia de transparência mais eficaz voltada a prestar informações para a sociedade, participação do cidadão nos projetos e decisões governamentais e aperfeiçoamento da gestão do governo.

Takahashi (2000, p. 70) já idealizava que a prestação de informações por parte da administração pública deveria ocorrer por meio de portais de transparência acessíveis por meio da *internet*,

Neste caso, o cidadão busca acesso a esse website ou portal e procura pela informação ou serviço do seu interesse. O cidadão não somente precisa ter postura pró-ativa, como precisa ter habilidades e conhecimentos mínimos para buscar acesso ao website/portal via Internet. Obviamente isto implica habilitar boa parte da população brasileira.

Os portais de transparência são ambientes digitais criados pelos entes públicos para hospedarem informações de diversas ordens (econômica, política, social, cultural, etc.) de modo a serem acessadas pela sociedade interessada. Essa transparência pública pode ocorrer por meio de *websites* específicos, como também pelas novas redes sociais digitais, como *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*. Além disso, Pinho (2006, p. 3) discorre que “Os portais podem se constituir em elementos potencializadores da *accountability* ao possibilitarem uma prestação de contas expedita do setor público à sociedade bem como instalar um processo contínuo de interação entre as duas esferas”. Nesses ambientes, os cidadãos, além de terem acesso à informação, podem ativamente realizar críticas, elogios ou apresentar novas informações, se tornando mais do que somente consumidores, mas, também, produtores de informações. Essas novas possibilidades de interação entre o ente público e o cidadão são frutos do Estado Democrático e dos direitos de informação e liberdade informacional, preconizados na Constituição Federal brasileira vigente.

Importante destacar que a transparência da informação nos portais públicos pode acontecer de forma ativa ou passiva. Diz-se que é ativa quando o próprio ente público disponibiliza as informações e dados à sociedade, sem a necessidade de provocação de qualquer sujeito da sociedade, ou seja, é uma disponibilização da informação proativa; já no caso da passiva, é necessário que haja a manifestação do sujeito ou da coletividade para que se possa atender a demandas específicas, ou seja, é necessário provocar o ente público a prestar informações/esclarecimentos. (Araújo; Marques, 2019; Ferreira, 2021).

Além dessas duas formas de transparência, Heald (2006) apresenta quatro dimensões da transparência que auxiliam na melhoria dos custos e traz benefícios para o Estado, sendo elas: i) **Transparência Ascendente** (*Transparency upwards*), que se refere a uma relação em que o superior hierárquico (diretor, governador, etc.) realiza o monitoramento da conduta, comportamento e resultados dos subordinados (sociedade e servidores), que devem fornecer as informações em tempo hábil para que os líderes tomem as respectivas decisões; ii) **Transparência Descendente** (*Transparency downwards*), ocorre quando os administrados (sociedade) realizam o monitoramento de seus governantes, sendo oriunda da concepção do Estado Democrático, possibilitando ao cidadão cobrar determinadas condutas e resultados; iii) **Transparência para fora** (*Transparency outwards*) se refere à capacidade dos agentes subordinados analisarem o que ocorre fora da instituição, esse exercício é importante para avaliar como as demais instituições estão se organizando, bem como acompanhar as mudanças e novidades; vi) **Transparência para dentro** (*Transparency inwards*) acontece quando agentes externos passam a observar o que ocorre dentro das organizações. Essa última dimensão é compreendida como uma forma de controle social, pois o cidadão pode cobrar determinados comportamentos dos órgãos a partir de parâmetros legais.

A noção de transparência da informação pública não remete ao simples fato de disponibilizar informações em ambientes digitais; Jardim (1999) entende que a transparência pode ter alguns graus de claridade e opacidade. Nesse sentido,

A transparência designa, inicialmente, a propriedade de um corpo que se deixa atravessar pela luz e permite distinguir, através de sua espessura, os objetos que se encontram atrás. Falar, neste sentido, de transparência administrativa significa que atrás do invólucro formal de uma instituição se perfilam relações concretas entre indivíduos e grupos percebidos pelo observador. Mas a transparência é suscetível de graus: um corpo pode ser realmente transparente ou seja, límpido e fazer aparecer com nitidez os objetos que recobre, ou somente translúcido, se ele não permite, ainda que

seja permeável à luz, distinguir nitidamente esses objetos, ou ainda diáfano, se a luz que ele deixa filtrar não permite distinguir a forma desses objetos. (Chevalier, 1998, p. 248 *apud* Jardim, 1998, p. 51).

Dessa forma, o simples ato de disponibilização da informação pela administração pública não deve ser considerado um ato de transparência informacional, uma vez que o cidadão precisa entender e acessar as informações sem barreiras. No tocante ao acesso às informações em portais de transparência, Rodrigues (2014, p. 04) reconhece que

O acesso à informação dá aos cidadãos controle democrático sobre o trabalho das autoridades, facilitando a descoberta de diferentes formas de irregularidades, atos ilegais e corrupção. Ao mesmo tempo, confere aos cidadãos os recursos políticos suficientes para lhes permitir participar de maneira plena, como cidadãos iguais (com igual acesso aos dados e informes públicos), da tomada de decisões coletivas às quais estão obrigados.

Considerando que o acesso à informação é condição *sine qua non* para a transparência informacional, Batista (2010) assegura que os principais problemas para a consagração da transparência estão relacionados a três dimensões: i) dimensão física; ii) dimensão intelectual; e iii) dimensão comunicacional.

A dimensão física parte dos problemas de acesso à informação física nas unidades organizacionais. Apesar da obrigatoriedade de serem transparentes, muitos órgãos impossibilitam o cidadão de acessar informações de seu interesse. Além disso, Batista (2010) assegura que nessa dimensão há dois grandes problemas que colaboram para essa dificuldade do acesso informacional: o excesso e a escassez de informações, os quais podem surgir pela falta de uma gestão informacional adequada. Quando há muitas informações, o sujeito fica impossibilitado de encontrar aquela de seu interesse com facilidade, maculando assim o efetivo exercício do controle social. A dimensão intelectual está relacionada à compreensão da informação, é necessário que o interessado consiga se apropriar do conteúdo, e, para isso, a linguagem e o formato da informação precisam ser acessíveis e compreensíveis. Esse é, sem dúvida, um dos principais problemas que se observa nos portais de transparência brasileira, pois, na forma como os documentos são apresentados, em termos de escrita e estatísticas, dificulta a interpretação do usuário.

Quanto à dimensão comunicacional, Batista (2010) a relaciona com a dificuldade do cidadão de acessar a informação por ineficácia do canal de comunicação em que a informação está disponibilizada. O autor (2010, p. 229) ainda discorre que “Essa dimensão se configura em dificuldade de acesso e transparência

da informação pública, que implica o controle dos fluxos que podem abalar a participação social e, como consequência, a democracia.”

No que se refere à participação social, encontra-se a prestação de contas dos administradores públicos com a sociedade, denominada de *Accountability*, a qual se refere à prestação de contas dos gestores públicos quanto a suas ações, decisões e publicidade, bem como a consulta da sociedade sobre políticas e atividades que possam impactar a coletividade. Essa possibilidade de participação do cidadão fortalece os valores democráticos. “*Accountability*, portanto, pode ser entendida por meio desse conceito tridimensional que envolve transparência, prestação de contas e responsabilização em um processo contínuo” (Buta, Teixeira; Schurgelies, 2018, p. 50).

Campos (1990) realizou algumas investigações sobre o termo *accountability* e a sua utilização no âmbito da administração burocrática estadunidense, o que lhe permitiu evidenciar que esse termo possui relação direta com: a qualidade da comunicação entre a sociedade e o Estado; a aplicação de penalidades aos servidores públicos pela não observância da legislação e a inexecução das suas atividades; o fortalecimento dos valores democráticos; e, ainda, a participação social.

Entretanto, apesar da existência dessa obrigatoriedade da prestação de informações e contas dos gestores públicos, Campos (1990) enfatiza que para o efetivo exercício da *accountability* é necessário haver uma boa relação entre governo e cidadão, pois o comportamento dos servidores (transparente ou não, prestador de informações ou não) é consequência das atitudes e comportamentos dos cidadãos. Logo, é necessário que a sociedade seja vigilante e consciente acerca de seu papel, bem como de seus direitos perante essa relação dinâmica com o Estado para que, de fato, se estabeleçam condições favoráveis para a *accountability*.

De acordo com Kong Siu (2011 p. 84), a *accountability* tem sua materialidade no momento em que a administração pública realiza a divulgação de informações (quantitativas e qualitativas) “[...] disponibilizadas de forma acessível a todos os atores sociais, em meios de comunicação eficazes, com destaque para a internet.”.

A partir dessas relações entre Sociedade da Informação, TICs e Portais de Transparência, identifica-se que as características da transparência informacional possuem uma relação simbiótica com os atributos: qualidade, acessibilidade, visibilidade, publicidade, interpretabilidade, confiabilidade, relevância, controle e participação social.

2.2 PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: A OBRIGATORIEDADE DA CONSTRUÇÃO DE PORTAIS NO AMBIENTE DIGITAL

Como observado, a transparência da informação na gestão pública brasileira passou a ser uma obrigação para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e para a construção de uma relação mais próxima entre governo e sociedade, ambos colaborando para a efetivação de uma administração forte, democrática e participativa. Todavia, esse processo de obrigatoriedade para publicizar os atos e contas públicas e, assim, refletir a transparência das informações foi arquitetado, no contexto legal, de forma gradativa ao longo dos anos, ganhando mais visibilidade a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Como já discutido, a transparência da informação guarda uma íntima relação com o princípio da publicidade e com o direito de acesso à informação trazidos na Constituição Federal vigente. Com relação à publicidade, inserida no artigo 37 da Carta Magna, esse princípio estabelece que a administração pública brasileira (direta e indireta) deve publicar seus atos para que sejam eficazes e aptos a produzir seus efeitos jurídicos. A exemplo disso, pode-se citar a publicação dos editais e avisos de licitações para amplo acesso dos interessados em diários oficiais e portais. A não publicidade desses documentos pelo órgão público promotor do certame viola as normas da Lei nº 8.666/93, que versa sobre as contratações públicas.

Complementando essa discussão, José Afonso da Silva (2014) enfatiza que não é possível estabelecer um Estado Democrático a partir do ocultamento das informações de interesse dos administrados. Logo, a publicidade auxilia a administração pública a se tornar mais transparente, bem como oportuniza aos cidadãos a participação mais ativa nas decisões e no controle das ações realizadas pelos gestores.

Diante do exposto, apresentam-se as legislações pátrias que tratam direta e indiretamente sobre a transparência da informação pelos órgãos públicos, destacando seus principais objetivos e discussões.

O primeiro registro de legislação que possui relação direta com o princípio da publicidade e transparência da informação, após a promulgação da Constituição de 1988, é a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998 (Brasil, 1998), cujas diretrizes estabelecem que o Tribunal de Contas da União (TCU) deve criar uma *homepage* na

Internet definida por “contas públicas” para divulgação dos tributos arrecadados pela União, Estados, Municípios, Distrito Federal; do orçamento dos exercícios anteriores; do resumo dos contratos e aditivos; e da relação de todas as compras da administração pública direta e indireta (Brasil, 1998).

Essa iniciativa auxiliou a administração a tornar as informações de cunho econômico e financeiro transparentes e públicas para que todo interessado pudesse acessá-las no ambiente digital. Entretanto, é importante ressaltar que, naquele período, poucas pessoas tinham condições para ter computador e acesso à Internet, duas grandes barreiras para a efetivação do acesso democrático e participativo às informações orçamentárias e contratuais dos órgãos brasileiros.

No capítulo II, do título IV da Constituição, e, mais precisamente, nos artigos 163 a 169, o constituinte assegurou que a lei complementar iria dispor das questões afetas às finanças públicas, fiscalização financeira, e ao orçamento público. Em 2000, foi instituída a Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Brasil, 2000), cujo objetivo central é regularizar a forma como os gestores devem administrar o capital público, impondo, além de regras que resolvem os desperdícios, sanções punitivas para quem as descumprir e, também, a obrigatoriedade de ações planejadas e transparentes para o alcance do equilíbrio das contas públicas.

É necessário esclarecer que, para a LRF, as contas públicas se referem a todos os dados e informações de cunho econômico-financeiro das instituições públicas, notadamente produzidas pelos órgãos e setores ligados ao planejamento, à contabilidade e ao orçamento. Esses dados e informações podem ser relativos a dados, monetários (ou não) e operacionais, tanto das contas já executadas, como as futuras planejadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei do Plano Plurianual (PPA). Diante do exposto, os órgãos precisam prestar contas de todos os relatórios de gestão, compras e contratações em licitações, folhas de pagamento de pessoal, dentre outros (Platt Neto, *et al.* 2007).

A LRF é considerada um dos primeiros esforços para a transparência das informações públicas orçamentárias do país. Em seu capítulo IX, a referida lei apresenta discussões sobre “Transparência, Controle e Fiscalização”, trazendo em seu artigo 48 as seguintes tratativas:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de

contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (Brasil, 2000).

Observa-se que a LRF traz a necessidade de tornar públicas as informações relacionadas à gestão fiscal, no âmbito eletrônico, para que todos tenham acesso. Cruz *et al.* (2001) destaca alguns dos principais usuários interessados nessas informações e seus respectivos objetivos: i) o cidadão - possui interesse em participar do controle social e político da coletividade; ii) partidos políticos - de posse dessas informações, podem solicitar esclarecimentos aos gestores sobre investimentos em saúde, educação, pesquisa, por exemplo; iii) mídia - para divulgação de notícias; e iv) fornecedores - a partir das informações referentes a licitações públicas e pagamentos do fornecimento de materiais e serviços.

A LRF teve algumas alterações a partir de Leis Complementares (LC). Em 2009, foi sancionada a LC nº 131, de 27 de maio, que alterou o art. 48, incluindo a necessidade de a publicação de informações nos ambientes digitais ocorrer em tempo real (Brasil, 2009). Em 2016, a LC nº 156, de 28 de dezembro (Brasil, 2016), trouxe a obrigatoriedade de a administração pública disponibilizar as informações em períodos estabelecidos pela central de contabilidade da União para, posteriormente, serem disponibilizadas em meio eletrônico de amplo acesso. Tais leis foram fruto da evolução tecnológica que possibilitou o acesso de informações de forma mais célere por meio da Internet.

Ainda no contexto da publicidade das informações financeiras, Hendriksen e Van Breda (2018) compreendem que devem apresentar características de qualidade para que, de fato, o usuário consiga utilizá-las para tomar decisões. Para isso, os autores apresentam algumas dessas qualidades informacionais, como: compreensibilidade, utilidade para tomada de decisões, relevância, confiabilidade, verificabilidade, neutralidade, comparabilidade, valor como *feedback* e fidelidade de representação. Nessa perspectiva, não basta que as informações sejam apenas disponibilizadas em sítios virtuais modernizados, é importante que o gestor efetue o tratamento das informações, descreva a sua importância e seus impactos para a coletividade, proporcionando comparações entre os exercícios financeiros para demonstrar como ocorreu a distribuição e o investimento do capital público, dentre outras ações que venham a contribuir para facilitar a interpretação do usuário final.

Complementando a discussão acerca dos atributos qualitativos da informação das contas públicas, Platt Neto, *et. al* (2007) elaboraram um esquema categorizando as qualidades informativas que envolvem o processo de transparência das contas públicas.

Figura 2 - Elementos da transparência das contas públicas



Fonte: Adaptado de Platt Neto, *et al.* (2007).

O primeiro elemento ou categoria de transparência das contas públicas é a publicidade que está intimamente relacionada à divulgação dos atos e contas para todos os usuários interessados, podendo ser publicadas em diversos formatos e ambientes, a exemplo de redes sociais digitais, sítios eletrônicos e painéis publicitários que facilitem o acesso. De acordo com Platt Neto *et al.* (2007), essa categoria se refere, também, à tempestividade da publicação das informações, pois quanto mais rápido for a sua disponibilidade para os cidadãos, mais tempo terão para tomar decisões.

A segunda categoria se refere à compreensibilidade, devendo as informações das contas públicas ser disponibilizadas de forma que o cidadão possa compreendê-las e interpretá-las. Os autores enfatizam que essa categoria também se relaciona à forma de como as informações são apresentadas (gráficos, tabelas, infográficos, quadros, etc.) e à linguagem que é utilizada. Quanto à linguagem, “Busca-se idealmente a simplicidade, a linguagem acessível e orientada ao perfil dos usuários,

no sentido de aumentar o entendimento das informações” (Platt Neto, *et al.* 2007, p. 85).

O que, comumente, se observa nos portais de transparência são os relatórios de gestão referentes aos gastos e investimentos nas áreas estratégicas do governo, como saúde, educação e segurança, apresentados em linguagem demasiadamente técnica, impossibilitando, assim, a compreensão pelo cidadão, se tratando, portanto, de uma estratégia de transparência superficial, como afirmam Resende e Nassif (2015).

A última categoria se relaciona à utilidade para decisões. A utilidade depende do interesse do cidadão naquelas informações, as quais, também, se ligam à relevância, confiabilidade e comparabilidade. É necessário que a informação publicada seja confiável, possibilitando ao cidadão meios para verificar sua veracidade. Quanto à comparabilidade, é importante que sejam criados mecanismos de comparação das contas públicas entre órgãos, períodos e entidades.

Evidencia-se, a partir da LRF, que o cidadão tem o direito de receber as informações sobre as contas públicas, devendo toda a administração adotar as medidas e os meios necessários para divulgar os planos de gestão e as ações que tenham como foco o uso do capital público, possibilitando o fácil acesso dos interessados.

Em 30 de junho de 2005, foi criado o Decreto federal nº 5.482/2005 (Brasil, 2005), que estabeleceu a criação do Portal de Transparência do Poder Executivo Federal que está à disposição na *internet*, tendo por principais objetivos a publicização dos dados e informações da execução orçamentária da União de forma detalhada. Nesse ambiente virtual devem constar dados e informações relativas a gastos, repasses de recursos, operações de descentralização de recursos orçamentários e de créditos realizados por instituições financeiras oficiais de fomento, devendo a Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desenvolverem parâmetros para o conteúdo que deverá constar nesses portais (Brasil, 2005).

Essa iniciativa federal demonstra a necessidade das informações referentes à execução orçamentária serem claras e acessíveis para o público. Uma vez criado o Portal de Transparência, os cidadãos podem participar ativamente no controle da gestão pública.

Com a velocidade da evolução das tecnologias, os entes públicos foram criando portais com funcionalidades cada vez mais interativas, fato decisivo para a criação do Decreto Federal nº 7.185, de maio de 2010 (Brasil 2010), que dispõe sobre os padrões mínimos dos sistemas integrados da administração pública, os quais devem permitir o acesso, em tempo real, das informações pormenorizadas da execução orçamentária das unidades gestoras. Tais sistemas devem possuir as seguintes características: “I - disponibilizar ao cidadão informações de todos os Poderes e órgãos do ente da Federação de modo consolidado; II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e III - possuir mecanismos que possibilitem a integridade, confiabilidade e disponibilidade da informação registrada e exportada” (Brasil, 2010).

Entretanto, em 2020, o referido decreto foi totalmente revogado pelo Decreto Federal nº 10.540 de 2020 (Brasil, 2020), que instituiu o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic), uma solução tecnológica mantida e gerenciada pelo poder executivo cuja finalidade é registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial.

De acordo com o Decreto nº 10.540/2020, o Siafic deverá disponibilizar, em tempo real e de maneira pormenorizada, informações referentes às contas públicas, possibilitando o amplo acesso da sociedade. Além disso, o legislador trouxe alguns requisitos a serem observados para a efetivação da publicidade e transparência das informações.

§ 3º A disponibilização em meio eletrônico de acesso público deverá:

- I - aplicar soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao cidadão e propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações por meio de dados abertos;
- II - observar, preferencialmente, o conjunto de recomendações para acessibilidade dos sítios eletrônicos do Governo federal, de forma padronizada e de fácil implementação, conforme o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG); e
- III - observar os requisitos de tratamento dos dados pessoais estabelecidos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. (Brasil, 2020).

Tratam-se, portanto, de ações que buscam tornar o acesso às informações de modo simplificado aos cidadãos. Além disso, o Decreto estabelece que o Siafic deve: i) permitir o armazenamento, a integração, a importação e a exportação de dados; ii) ter mecanismos que garantam a integridade, a confiabilidade, a auditabilidade e a disponibilidade da informação registrada e exportada; iii) conter, no documento contábil que gerou o registro, a identificação do sistema e do seu desenvolvedor; e iv) permitir a interoperabilidade com outros sistemas (Brasil, 2020).

Como se trata de um novo Decreto, o legislador estabeleceu que os entes devem observar suas disposições a partir do primeiro dia de janeiro de 2023. Logo, não é possível verificar a efetividade desse novo sistema único de gestão que tem a finalidade de tornar as informações públicas e acessíveis de forma simplificada.

Em 2012, entrou em vigor a Lei nº 12.527 de 2011 (Brasil, 2011), que dispõe sobre o acesso à informação (LAI). A referida lei trata de alguns princípios e diretrizes gerais sobre o acesso à informação nas estruturas públicas dos entes federados, tanto sob gestão direta quanto indireta. As informações podem ser coletadas em plataformas on-line e presenciais, desde que as informações não sejam restritas e confidenciais e, também, não coloquem em risco a segurança pública. Essa representa uma mudança paradigmática na publicação de ações e transparência pública, pois define que qualquer pessoa, física ou jurídica, pode solicitar acesso à informação pública sujeita a procedimentos que obedecem a regras, prazos, ferramentas de controle e recursos previsíveis.

A LAI estabelece algumas diretrizes para a efetivação da transparência e acesso às informações:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública. (Brasil, 2011).

Reconhece-se que a LAI é um instrumento que busca garantir o acesso democrático às informações pelos cidadãos, devendo ser o sigilo informacional a exceção e a publicidade dos atos públicos a regra. Além disso, diferente da LRF, a LAI traz em seu bojo a publicidade de todas as informações e dados da administração, ou seja, tanto aqueles afetos às contas públicas (licitações, contratos, transações, relatórios contábeis, etc.) quanto à gestão (estrutura organizacional, serviços prestados, respostas às perguntas da sociedade, etc.).

Outrossim, a LAI também estabelece que os sítios eletrônicos devem possuir alguns requisitos mínimos, como:

- I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

- II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
- VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
- VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e
- VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. (Brasil, 2011).

Destarte, observa-se com clareza que os elementos da transparência ativa e passiva, apresentados por Araújo e Marques (2019), devem ser instituídos nos portais de transparência; a linguagem deve ser acessível para facilitar a compreensão, conforme estabelece Platt Neto *et al.* (2007); e manter atualizados os dados e informações. Desse modo, Rosa (2021) reconhece que as universidades federais devem seguir as diretrizes da LAI, prestando contas à sociedade sobre informações diversas, como o emprego dos recursos governamentais, relatórios de gestão, contratações públicas, dentre outras.

Mais recentemente, em 2021, foi sancionada a Lei nº 14.129, que versa sobre regras e princípios para o Governo Digital. Considerando todas as inovações oriundas da transformação digital, a referida lei moderniza e simplifica alguns serviços prestados aos cidadãos por meio de aplicativos e sítios eletrônicos, garantindo, assim, maior comodidade e facilidade de acesso aos dados e informações. Essa realidade proposta pelo Governo Digital já é possível de ser observada em algumas instituições públicas, como no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que disponibiliza a plataforma on-line “Meu INSS”, espaço em que o cidadão tem acesso a serviços relacionados à aposentadoria, solicitação de perícias, benefícios, dentre outros, bem como a Carteira de Trabalho Digital, substituindo as físicas para os registros empregatícios, requerimento de férias, etc.

De acordo com a lei, existem alguns princípios que devem reger o Governo Digital, tais como: i) transparência na execução dos serviços; ii) participação social no controle da administração pública; iii) o uso de linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão; iv) a interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos;

v) a proteção de dados pessoais; e, vi) a acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2021).

No contexto relacionado à proteção de dados pessoais, destaca-se a Lei nº 13.709, promulgada em 2018, intitulada de Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que foi criada visando coibir os vazamentos, aquisições e a utilização ilícita de dados pessoais e sensíveis, cujo objetivo maior está na garantia dos direitos relacionados à privacidade e à liberdade dos cidadãos, obrigando, assim, que organizações públicas e privadas desenvolvam procedimentos (técnicos e administrativos) para manter a proteção desses dados (Lima; Presser, 2022). Marca-se, também, que a LGPD perpassa em determinado ponto pelo princípio da transparência, o qual também está explicitado dentre os seus princípios. Nesse caso, busca assegurar aos titulares o oferecimento de informações claras, precisas e de fácil acesso para a realização de atividades de tratamento de dados e informações pessoais, bem como aos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial. Nesse ínterim, verifica-se, ainda, que uma série de outras questões relacionadas à LGPD e sua relação com a transparência devem ser planejadas, adequadas e executadas visando à segurança e ao exercício da cidadania.

Isso posto, reconhece-se que as legislações ora analisadas têm um papel fundamental na construção de uma administração mais transparente e acessível, buscando ainda desburocratizar determinadas atividades e possibilitar ao cidadão a participar mais efetivamente na fiscalização e no controle dos atos da gestão pública. Também, identifica-se a preocupação do legislador quanto à qualidade das informações, pois não basta que estejam simplesmente disponibilizadas em portais de transparência atualizados e modernos, é preciso que os elementos relacionados à qualidade, como a compreensibilidade, relevância, acessibilidade, linguagem clara, confiabilidade e segurança estejam contemplados.

2.2.1 Transparência Pública nas Universidades

As universidades federais brasileiras fazem parte da administração pública indireta, munidas de autonomia administrativa, recebendo verbas do governo federal para investimentos em ensino, pesquisa, extensão e despesas com outros serviços importantes como limpeza, segurança e apoio administrativo. Por integrar a estrutura da administração pública, é de responsabilidade delas prestar contas à sociedade e

ao governo sobre a utilização desses recursos, demonstrando tanto os serviços prestados à comunidade quanto a eficácia na aplicação dos fundos recebidos conforme estabelece a LAI.

De acordo com Ibáñez (2009, p. 192, tradução nossa), a transparência da gestão universitária “[...] permite melhorar a organização, classificação e gestão da informação institucional, que sem dúvida resulta numa significativa contribuição para a democratização dos procedimentos em benefício dos comunidade.” Além disso, como esclarece o referido autor, para que a democracia realmente funcione, é necessário que as instituições públicas deem publicidade de seus atos para uma participação mais ativa do cidadão.

Algumas iniciativas têm sido realizadas para verificar se as universidades federais estão seguindo as diretrizes estabelecidas na LAI quanto à transparência ativa e passiva. Em julho de 2023, a Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda, publicou o Relatório Foco em Custos, com o objetivo, com base na transparência pública, de apresentar os custos do governo federal, incluindo 69 universidades federais. O referido relatório traz em sua metodologia quatro dimensões de avaliação, as quais definem objetivamente a qualidade da informação:

- a) Regularidade - baseada na presença ou ausência de registros mensais de insumos ligados aos custos de operação e manutenção, referentes ao consumo observado em 2022;
- b) Dispersão - calculada a partir da média ponderada dos coeficientes de variação dos insumos específicos escolhidos na categoria de regularidade;
- c) Personalização - analisado o uso de detalhamento dos centros de custos estruturados de forma sistematizada;
- d) Economicidade - com base na projeção da tendência linear de certos insumos, considerando sua progressão ao longo dos doze meses de 2022.

A pontuação da nota final é determinada a partir da combinação dos pontos acumulados em cada indicador: até 5 para personalização, até 2 para regularidade, até 1 para dispersão e até 2 para economicidade, sendo apresentada numa escala de 0 a 10. Ao final da avaliação, as notas foram agrupadas nas categorias Boa (maior que 7), Razoável (maior que 5 e menor ou igual a 7) ou Ruim (menor ou igual a 5).

No relatório, as três primeiras universidades federais mais bem avaliadas com qualidade informacional que obtiveram nota maior que sete foram: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com 7,257 pontos; Universidade Federal de

Sergipe (UFS), com 7,157; Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com 7,133; e Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa), com 7,084 pontos. As três últimas universidades, com nota ruim de acordo com os dados do relatório foram: Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), com 2,373 pontos; Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), com 2,141 pontos; e Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), com 2,025 pontos.

Na literatura, observou-se também algumas tentativas de se avaliar a transparência das universidades públicas brasileiras. A pesquisa de Rosa (2021) analisou 69 universidades federais que ofertam o curso de arquivologia, utilizando um questionário para verificar se as instituições possuíam instrumento de gestão documental, como plano de classificação e tabela de temporalidade, sistemas de arquivos implantados, profissionais responsáveis pela gestão dos arquivos e se estes estavam executando as normas estabelecidas na LAI. A pesquisadora também criou um checklist para avaliar o grau de implementação da transparência ativa em 17 itens, sendo alguns deles: seção específica para o acesso à informação, licitações, remunerações, perguntas e respostas frequentes, dentre outros.

Os resultados da segunda análise de Rosa (2021) constataram que apenas 13 universidades no período de coleta tinham 16 (94,1%) dos itens de transparência ativa cumpridos totalmente, e duas instituições não cumpriram nenhum dos itens. Da amostra, 56 universidades cumpriram totalmente entre 14 e 16 itens. É perceptível que os itens escolhidos pela pesquisadora estão em consonância com as diretrizes estabelecidas no Guia de publicação ativa nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal elaborado pela CGU em 2019. O referido documento estabelece que os sítios eletrônicos devem possuir menus padronizados para disponibilizar as informações sobre receitas, despesas, orçamentos, servidores, serviços, planejamento estratégico, etc., para a sociedade.

Lançando um olhar crítico para essas avaliações, as quais são iniciativas importantes para o avanço dos estudos sobre transparência pública, observa-se que a qualidade da informação é limitada à existência ou não das informações, e não são analisados os elementos intrínsecos e extrínsecos ponderados por Huang, Lee e Wang (1999), Eppler e Wittig (2000), Calazans (2008) e De Sordi (2015), que caracterizam qualidade da informação, por exemplo, acessibilidade, clareza, confiabilidade, completude, etc. Essa iniciativa reforça a necessidade de definição de critérios e dimensões de avaliação da qualidade das informações que analisem para

além da verificação se determinada informação está ou não disponível na Universidade, mas se ela atende a critérios que caracterizam a sua qualidade.

Importante ressaltar que no plano internacional observou-se algumas iniciativas de avaliação da transparência informacional das universidades, as quais em maior ou menor grau, buscaram verificar, a partir de critérios específicos, a transparência, o acesso e a qualidade que as informações disponibilizadas por instituições de educação superior.

Os pesquisadores Almazán e Guerra Ford (2009) organizaram no livro *“La Transparencia em las Universidades Públicas de México”* diversos estudos nas principais universidades públicas do México para compreenderem se o direito de acesso à informação e a transparência pública estavam sendo atendidos conforme a legislação vigente. O interesse em investigar a transparência das universidades pelos autores ancorou-se nos debates relacionados à prestação de contas à sociedade e à funcionalidade das atividades internas dessas instituições.

Para analisar o índice de transparência e acesso à informação de 39 universidades públicas no México, Guerra Ford (2009) desenvolveu uma metodologia dividida em cinco blocos de informações, sendo eles: Informação Financeira – relativa aos documentos que indicavam as receitas e despesas; Informação Acadêmico-Administrativa – relacionadas as informações de interesse acadêmico e administrativo; Informação Institucional – referente as informações de funcionamento, prioridades e propósitos das universidades; Informação Jurídica – organização de um conjunto de normas de funcionamento da instituição e acesso à informação; Acesso à Informação Adicional – informações que melhoram o canal de comunicação entre o cidadão e a universidade. De acordo com o autor, as instituições obtiveram média de 68,5, entretanto, 13 delas foram reprovadas por não obterem a média de 60 pontos.

Essa iniciativa, além de possibilitar uma análise mais ampla do grau de responsabilidade das universidades em disponibilizar as informações de interesse público, refletiu em diagnosticar os principais desafios que essas instituições de ensino superior precisavam para proporcionar uma melhor experiência para o usuário no processo de busca e de acesso às informações.

Embora a obra de Almazán e Guerra Ford (2009) tenha trazido textos que fomentam principalmente a necessidade de transparência das receitas e despesas das universidades, as discussões apresentadas fornecem um panorama sobre as preocupações em torno da disponibilidade da informação de forma democrática para

que os cidadãos tenham a oportunidade de participar ativamente da fiscalização, da organização e do controle dos órgãos públicos.

Outra importante avaliação no contexto internacional sobre a transparência das universidades ocorre na Espanha. Criada desde 2011 pela Fundação Haz, a avaliação das universidades espanholas é desenvolvida a partir dos critérios visibilidade, acessibilidade, atualidade e abrangência (Cavanna; Guevara, 2022).

O critério visibilidade está relacionado à encontrabilidade da informação nos ambientes digitais. A recomendação é que o conteúdo seja fácil de ser localizado em sites eletrônicos para que o usuário não passe muito tempo procurando-o. O segundo critério, acessibilidade, diz respeito ao acesso ao conteúdo, pois algumas vezes ele está visível, mas não é possível acessá-lo. A atualidade refere-se à atualização da informação, devendo conter minimamente dados como ano e data da publicação do conteúdo. Já a abrangência está relacionada à informação completa e exaustiva. Logo, não basta informar parcialmente um determinado conteúdo para atender a este critério.

Nos informes de 2021 publicado em 2022, foram analisadas as categorias de informações: planejamento estratégico, pessoal, política e governos, alunos, informações econômicas e prestação de contas dos conselhos sociais de 49 universidades, cujos resultados indicaram que 44 delas se classificaram como transparentes, porém, a maioria dos resultados apresentaram informações desatualizadas.

Importante salientar que os informes das universidades espanholas públicas e privadas se apresentam como uma iniciativa importante no cenário internacional dos indicadores de transparência, pois a partir deles são projetadas melhorias da disponibilidade das informações para toda a sociedade.

2.3 ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES DIGITAIS

Como observado, o acesso às informações públicas é um direito fundamental do cidadão, sendo dever da administração criar os mecanismos para efetivá-lo de forma satisfatória e livre de barreiras para todos. Esse acesso é importante elemento para o fortalecimento da democracia, pois, quanto mais há participação social nas decisões da administração, aumenta também o controle das contas públicas e redução de desvios e corrupções.

Para facilitar esse acesso universal das informações, legislações foram sancionadas com esse objetivo, como a LRF e a LAI. Tais dispositivos legais corroboram para o entendimento de que os sítios eletrônicos são ambientes propícios para tornar as informações acessíveis e transparentes, disponíveis em tempo real, para qualquer cidadão, independente do usuário e de suas limitações. Nesse sentido, a LAI em seu artigo 8º, § 3º, inciso VIII estabelece que os sítios eletrônicos devem adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência (Brasil, 2011).

Dessarte, é certo que o advento da internet surge como uma oportunidade capaz de possibilitar o acesso das pessoas deficientes às informações públicas sem barreiras, porém, na prática, o que se observa é o não atendimento das normas de acessibilidade, ampliando assim as desigualdades sociais. Importante destacar que no último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, 17,2 milhões de brasileiros possuem alguma deficiência, o que corresponde a 8,4% (oito vírgula por cento) da população, desse total, 7,8 milhões (3,8%) têm deficiência física nos membros inferiores; 7,0 milhões (3,4%) visual; 5,4 milhões (2,7%) membros superiores; 5,3 milhões (2,6%) com mais de uma deficiência; 2,5 milhões (1,2%) mental; e, 2,3 milhões (1,1%) auditiva (Brasil, 2022). Desta feita, tais dados revelam que não pensar em meios que possibilitem o acesso às informações desses grupos sociais culmina para uma transparência superficial.

De acordo com Pereira, Machado e Carneiro (2013, p. 124) “Acessibilidade Web significa que pessoas com deficiência podem perceber, compreender, navegar e interagir com a Web, englobando todas as deficiências que afetam o acesso, incluindo deficiências visuais, físicas, auditivas, mentais e intelectuais.” São diversos os recursos tecnológicos que podem ser utilizados para possibilitar a e-acessibilidade nos portais de transparência, como redução e aumento do brilho da tela, recursos de voz e de libras, atalhos em teclas, dentre outros. No mesmo sentido, Ventura e Siebra (2014, p. 2639) compreendem que “A e-acessibilidade (acessibilidade em ambiente digital) engloba um conjunto de requisitos para tornar o conteúdo disponibilizado através dos recursos e serviços da internet acessíveis para todas as pessoas, independente de suas limitações ou da tecnologia utilizada.”

A acessibilidade digital nos portais de transparência e nos sítios eletrônicos governamentais é fundamental para garantir a participação social e o acesso à informação de todos aos serviços prestados por meio dos sistemas e aplicativos

digitais. A mera disponibilização de informações nesses ambientes reforça a ideia errônea de que todo cidadão tem capacidade para acessar, excluindo, assim, as pessoas que possuem limitações físicas, considerando-as incompetentes.

De acordo com Ventura e Siebra (2015, p. 17):

[...] para efetivar o acesso às informações disponibilizadas através da internet, faz-se mister a adoção de padrões que permitam a estruturação das informações e a apresentação delas para todo cidadão. É válido salientar que a adoção desses padrões pode possibilitar o acesso às informações não só para pessoas com qualquer tipo de deficiência, mas para todos que delas necessitem.

Como discutido anteriormente, para que um indivíduo seja plenamente competente do ponto de vista informacional, é necessário que este saiba utilizar os recursos tecnológicos e digitais. Entretanto, há de se fazer uma crítica a essa perspectiva teórica quando se analisam as pessoas deficientes que possuem determinadas limitações que as impedem de serem “totalmente competentes”, e um dos motivos disso está na ausência de criação de mecanismos que potencializam a inclusão digital dessa parcela da população.

Outrossim, Hott, Rodrigues e Oliveira (2018, p. 51) observam que

A Ciência da Informação trata do campo de trabalho informacional e, nesse sentido, deve abarcar as competências e as habilidades requeridas para o trato da Acessibilidade nas mais variadas organizações, abarcando a cultura organizacional, os processos e as interrelações de trabalho para inclusão das pessoas com deficiência, não somente nas unidades de informação, mas nas organizações e na sociedade.

Logo, considerando que a acessibilidade é um dos aspectos que favorecem a inclusão social, considera-se que a Ciência da Informação é um campo científico com potencial para discutir essa temática a partir de várias frentes e discussões, como na elaboração de políticas públicas, interdisciplinaridade com as demais áreas do conhecimento, e o desenvolvimento de soluções tecnológicas para promover a acessibilidade.

Diante do exposto, considerando que a e-acessibilidade é importante para a efetivação da transparência informacional, esta seção dedica-se a analisar as legislações sobre acessibilidade e os validadores de acessibilidade em sítios eletrônicos governamentais.

2.3.1 Legislação e normatizações referentes à acessibilidade

A pessoa deficiente, por muito tempo, teve seus direitos fundamentais (saúde, educação, acesso à informação, etc.) violados, tanto pela administração pública, quanto no âmbito privado, impossibilitando-as de participar efetivamente da gestão governamental. Entretanto, movimentos ao redor do mundo foram surgindo e se fortalecendo para que os deficientes tivessem seus direitos resguardados, devendo as organizações desenvolverem meios que possibilitassem a efetividade deles.

Esses discursos de proteção e respeito à pessoa deficiente chegaram na Organização das Nações Unidas (ONU) e foram apreciados favoravelmente. Em 1981, a ONU proclamou de forma oficial aquele ano como o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” e estabeleceu alguns objetivos, princípios e metas a nível internacional para que os países signatários pudessem se comprometer no desenvolvimento de estratégias e políticas públicas para promover a integração social, assistência, treinamento e orientações adequadas, oportunidades de emprego, dentre outras ações voltadas a garantir o pleno exercício social (ONU, 1981).

No mesmo ano, o Brasil desenvolveu um relatório de atividades para atender aos princípios e ações estabelecidos no documento da ONU do Ano Internacional das Pessoas Deficientes. No referido relatório constam os objetivos a curto e longo prazo a remoção de barreiras arquitetônicas, sendo as ações para o alcance desses: i) remoção das barreiras arquitetônicas em metrô, escolas, bibliotecas, universidades, etc.; ii) estabelecimento de condições que facilitem o acesso da pessoa deficiente às fontes de informações públicas; e, iii) estabelecimento de normas técnicas que facilitem o uso de diferentes meios de transportes. (Brasil, 1981). Desse modo, observa-se que a preocupação na forma como deveriam ser desenvolvidos meios que facilitem o acesso das informações públicas pela pessoa deficiente não é recente, todavia, mesmo com todos os recursos tecnológicos que podem ser utilizados para esse fim, na prática, não é uma realidade universal.

Anos mais tarde, a ONU promoveu a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova York, em 30 de março de 2007, a qual foi aprovada pelo Congresso Nacional Brasileiro através Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e promulgada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 25 de agosto de 2009, através do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Nesse instrumento, são retomados alguns objetivos do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, e traz alguns incrementos, principalmente relacionados à acessibilidade. Destarte, todos os países signatários se comprometeram em

desenvolver mecanismos para garantir a acessibilidade da pessoa deficiente, tanto no contexto das obras, espaços físicos, como também relacionadas a igualdade quanto ao direito de acesso à informação e comunicação, e as tecnologias. (ONU, 2007).

Com os compromissos firmados com a ONU, o Brasil buscou desenvolver algumas normas para promover a acessibilidade das pessoas deficientes. Em 2000, foi criada a Lei nº 10.098, a qual estabeleceu critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, visando minimizar as barreiras que impedem esse grupo social a ter acesso a determinados espaços e informações. A referida lei definiu a acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Brasil, 2000).

No capítulo da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, o legislador assegurou que a administração pública deveria eliminar as barreiras nas comunicações para garantir às pessoas deficientes o direito de acesso à informação, porém, não há menção de prazos para que isso ocorresse, não foram estabelecidas metas e não registrou possíveis penalidades para os entes que não promovessem o acesso às informações.

Em 2014, foi sancionada a lei nº 12.965, também denominada de “Marco Civil da Internet”, na qual foram estabelecidos princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Apesar de não ser uma lei específica para pessoas deficientes, esta traz em seu artigo 7º que o acesso à internet é essencial para o exercício da cidadania, logo, os portais e canais de informação e comunicação devem prezar pela acessibilidade, “[...] consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, nos termos da lei.” (Brasil, 2014). Além disso, a lei, em seu artigo 24, estabelece que a atuação do poder público deve seguir algumas diretrizes, e dentre elas está o “I - estabelecimento de mecanismos de governança multiparticipativa, transparente, colaborativa e democrática, com a participação do governo, do setor empresarial, da sociedade civil e da comunidade acadêmica.” (Brasil, 2014).

A principal lei brasileira que versa sobre os direitos das pessoas deficientes é a sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 2015, de nº 13.146, denominada de

“Lei de Brasileira de Inclusão da Pessoa Deficiente” (LBI), a qual traz em seu bojo direitos inerentes à pessoa deficiente como: o atendimento prioritário, a igualdade e não discriminação, a saúde, a educação, a habilitação profissional, ao transporte urbano, ao acesso à informação e comunicação as tecnologias assistivas e a participação na vida pública e política. (Brasil, 2015).

Mesmo a lei trazendo explicitamente os direitos das pessoas deficientes, ainda há violação destes tantos pelas organizações privadas e públicas, propiciando inúmeras barreiras impeditivas para o pleno exercício e gozo dos direitos desse público. A lei considerou barreiras todas as atitudes, obstáculos ou comportamentos que de alguma forma impedem que a pessoa deficiente participe da vida social.

Exemplificativamente, são barreiras impeditivas:

Quadro 1 – Tipos de barreiras

Tipologias de Barreira	Descrição
Barreiras Urbanísticas	Trata-se de barreiras verificadas em vias e espaços públicos que são abertos ao público, como rodovias, praças e calçadas.
Barreiras Arquitetônicas	Referem-se às barreiras existentes nas construções edilícias de uso público e privado, como os prédios das secretarias de Estado, estádios de futebol, etc.
Barreiras nos Transportes	São as encontradas nos sistemas de transportes, como metrô, ônibus, avião e navios.
Barreiras nas Comunicações e na Informação	Nessa tipologia, as barreiras podem ser atitudinais e comportamentais que impossibilitem a pessoa deficiente de receber informações e comunicações, inclusive por meio dos recursos tecnológicos.
Barreiras Atitudinais	Trata-se de comportamentos e atitudes que de alguma forma impeçam ou prejudiquem a pessoa deficiente em termos de igualdade e oportunidades. A exemplo disso, podem-se citar atendimentos preconceituosos em entrevistas de empregos e atendimento desrespeitoso em instituições de ensino.
Barreiras Tecnológicas	Quanto às barreiras tecnológicas, trata-se daquelas que dificultam ou impedem o acesso às tecnologias.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base na LBI (2015).

São vários os desafios e barreiras que podem dificultar o acesso da pessoa deficiente a participar efetivamente da vida em sociedade. Em relação à

acessibilidade, a LBI dedicou um título para essa temática, abordando os assuntos referentes ao direito de acesso à informação e comunicação, das tecnologias assistivas e direito à participação na vida pública e política.

No tocante ao capítulo “Do Acesso à Comunicação e Informação”, o legislador cuidou em reforçar a obrigatoriedade de as organizações públicas e privadas possibilitarem a acessibilidade nos ambientes digitais em suas estruturas para garantir às pessoas deficientes o livre acesso às informações, devendo esses ambientes digitais possuírem símbolos de acessibilidade destacados. Como já visto, essa obrigatoriedade já vem sendo objeto de discussão de várias leis nacionais. (Brasil, 2015).

O referido capítulo também discorre sobre os recursos que devem ser utilizados pelos serviços de radiodifusão de sons e imagens, como “1 – subtítuloção por meio de legenda oculta; II – janela com intérprete da Libras; III – audiodescrição.” (Brasil, 2015, p. 19). Esses recursos são fundamentais para que as pessoas deficientes consigam compreender o que está sendo veiculado de forma clara e sem barreiras. A lei ainda reconhece que a administração pública deve disponibilizar as informações corretas e claras sobre os produtos e serviços que são ofertados à sociedade nos ambientes digitais. Essas ações corroboram para tornar a transparência informacional pública e universalmente acessível.

Em relação ao título “Da Tecnologia Assistiva”, o legislador estabeleceu que “Art. 74. É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida.” (Brasil, 2015, p. 20). De acordo com Vianna e Pinto (2017), as tecnologias assistivas são todos os recursos e serviços tecnológicos que podem ser utilizados para promover ou ampliar habilidades funcionais das pessoas deficientes, proporcionando assim maior independência do indivíduo e inclusão social. No mesmo sentido, Santos e Carvalho (2020) compreende que o uso das tecnologias assistivas proporcionam maior qualidade de vida, autonomia, controle do ambiente, habilidades e aprendizado nas diversas esferas como no trabalho, nas atividades de lazer e educacionais. São exemplos de tecnologias assistivas os leitores de telas de computadores, ampliadores de imagens, bengala eletrônica, pernas robóticas, dentre outras.

Quanto ao título “Do Direito à Participação na Vida Pública e Política”, o legislador estabeleceu que o poder público tem o dever de garantir que a pessoa

deficiente possa exercer seus direitos políticos em igualdade de condições com os membros da sociedade. Esse ponto da lei toma como ênfase o direito da pessoa deficiente de votar e ser votada no país, sem restrições para o seu efetivo gozo.

Observa-se na LBI que ela também é uma ferramenta que contribui na identificação das necessidades das pessoas deficientes, principalmente daquelas relacionadas ao acesso das informações públicas. Assim, é necessário que ocorra uma mudança paradigmática para que de fato todos os órgãos e entidades passem a atender as diretrizes estabelecidas nas normas.

Visando consolidar padrões de acessibilidade nos sítios virtuais governamentais, em 2014, o Departamento de Governo Eletrônico desenvolveu a versão 3.1 do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), o qual tem por objetivo apresentar diretrizes e princípios para garantir o acesso de qualquer cidadão.

O referido departamento sugere que um ambiente digital capaz de promover essa acessibilidade universal deve seguir três passos: **i) Padrões Web** – É necessário que o código esteja em conformidade com os padrões internacionais do *Web Standards* (W3C), que possibilitem o acesso por meio de qualquer dispositivo móvel e conforme com as normas HTML, XML, XHTML e CSS. **ii) Recomendações de Acessibilidade** – Refere-se às diretrizes explicativas sobre como tornar o conteúdo acessível a todos, direcionadas tanto para os desenvolvedores quanto para os gestores. **iii) Avaliação da Acessibilidade** – Uma vez desenvolvido o ambiente virtual, é necessário que sejam avaliados os aspectos relacionados à acessibilidade, seja de forma manual ou a partir de validadores automáticos. (Brasil, 2014).

Além disso, no e-MAG estão incluídas algumas diretrizes ou recomendações para que os sítios governamentais sigam para tornar os conteúdos acessíveis a todos os públicos por qualquer meio tecnológico (Tablet, computador, celulares, etc.), sendo elas: i) Marcação; ii) Comportamento (DOM); iii) Conteúdo/Informação; iv) Multimídia; v) Formulário. (Brasil, 2014). Desse modo, serão apresentadas algumas recomendações dessas diretrizes.

Quanto à “Marcação”, o departamento governamental faz algumas recomendações sobre essa diretriz, como o respeito aos padrões Web (W3C), os padrões Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (*Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG), e dispositivos móveis. Dessa forma, para a construção de páginas na web, o recomendado é a utilização de *Hypertext Markup Language* versão

5 (HTML5), *Cascading Style Sheets* (CSS), *Scalable Vector Graphics* (SVG), *Asynchronous JavaScript and XML* (AJAX), e outras tecnologias.

Outrossim, ainda na diretriz Marcação deve existir o respeito pela separação de camadas lógicas, sendo elas de Conteúdo, Apresentação e Comportamento. Na camada Conteúdo, recomenda-se o uso de linguagens de marcação, a exemplo de HTML e XHTML. Quanto à Apresentação visual do conteúdo, devem ser utilizadas folhas de estilo CSS. Já no Comportamento, deve ser utilizada a linguagem Javascript e modelos de objetos. (Brasil, 2014).

Em relação ao “Comportamento - Modelo de Objeto de Documentos (*Document Object Model* - DOM)”, o e-MAG especifica que as funções presentes na página web utiliza da linguagem *Javascript* para que o usuário possa acessá-las livremente por meio do teclado e seus elementos. (BRASIL, 2014).

Para a diretriz “Conteúdo/Informação”, as recomendações são de que seja possível identificar o idioma principal da página e informar possíveis mudanças para o usuário; apresentar um título descritivo e informativo à página, representando sucintamente o conteúdo que será acessado pelo usuário; possibilitar a navegação estrutural como um mecanismo de localização na página para que o usuário possa se orientar (exemplo: Início → Contas Públicas → .Licitações); descrever de forma clara e sucinta o destino dos links, inclusive se este remeter a outro ambiente virtual; fornecer alternativa em texto para as imagens nas páginas web; os documentos precisam ser disponibilizados de forma acessível, e preferencialmente, deve ser em HTML ou *Open Document Format* (ODF); garantir a leitura e compreensão das informações para que os usuários possam entender a mensagem, não devendo exigir dele nível de instrução mais avançado do que o ensino fundamental, e caso isso ocorra, devem ser disponibilizadas informações suplementares capazes de explicar o conteúdo principal. Para isso, recomenda-se não utilizar jargões, expressões regionais, evitar sentenças longas e optar por curtas, dentre outras estratégias; e disponibilizar uma explicação para siglas, abreviaturas e palavras incomuns. (Brasil, 2014).

No tocante à “Apresentação/Design” as recomendações são de que as páginas web proponham contraste mínimo entre o plano de fundo e o primeiro plano. A ideia é que as informações estejam legíveis para pessoas com baixa visão, com cromodeficiências ou para quem utiliza monitores monocromáticos. Além disso, recomenda-se o não uso de imagens atrás do texto para não dificultar a leitura e

desviar a atenção do usuário; utilizar múltiplos métodos para diferenciar os elementos da página web, como som, cores, sinais, etc.; possibilitar o redimensionamento da página sem que influencie na perda de funcionalidades. Logo, é necessário que o design se adeque a todos os dispositivos que possam ser utilizados pelo usuário; e possibilitar que o elemento com foco seja visualizado de forma evidente. (Brasil, 2014).

Na diretriz “Multimídia” encontram-se recomendações referentes à forma como algumas mídias devem ser disponibilizadas nos sítios eletrônicos. A primeira refere-se ao fornecimento alternativo para vídeo, podendo essa ser sonora ou textual para aqueles vídeos que não possuem faixas de áudio. Nesse sentido, é recomendável também a inclusão de legendas para aqueles usuários que não possuem equipamentos de som. Outra alternativa para os vídeos é a inclusão de língua brasileira de sinais (LIBRAS); a segunda está relacionada às alternativas para áudios, os quais devem ter transcrição descritiva, sendo uma opção importante para pessoas deficientes auditivos; e possibilitar a audiodescrição para vídeos, para descrever clara e objetivamente as informações que estão sendo apresentadas de forma visual e que não estão presentes nos diálogos (audiodescrição por exemplo das ações, atitudes, sentimentos, dentre outros elementos). (Brasil, 2014).

A última diretriz “Formulários”, possui recomendações quanto aos botões e formulários de entradas e saídas que podem ser utilizados pelo usuário. Uma das recomendações é que os botões do tipo imagem devem possuir uma descrição textual, exemplo ; para entradas de dados, é recomendável, quando necessário, que sejam disponibilizadas as instruções de preenchimento com etiquetas, como:

Figura 3 - Preenchimento de dados

Nome:

E-mail:

! Preencha este campo.

Data:

CEP:

Mensagem:

Fonte: Brasil (2014).

Como observa-se, cada campo possui uma descrição textual para facilitar o preenchimento pelo usuário. Essa função é importante nos sítios eletrônicos no momento em que o cidadão precisa preencher formulário com seus dados para solicitar informações à administração pública.

Também é recomendável a detecção e descrição de erros de entrada de dados e confirmar o envio das informações. Assim, sempre que um campo for preenchido incorretamente, é necessário que demonstre qual o erro e quais dados são inválidos. (Brasil, 2014).

Importante salientar que o consórcio W3C também possui uma área específica que tem por objetivo monitorar a acessibilidade e desenvolver princípios e diretrizes em sítios virtuais denominado de WCAG, o qual foi atualizado na versão 2.1 em junho de 2018. Nas recomendações há 04 grandes princípios para tornar os conteúdos da web acessíveis a todos os públicos, a saber:

Quadro 2 - Princípios e diretrizes de acessibilidade para conteúdo na web (WCAG)

Princípio	Principais diretrizes
Perceptível	Tanto o conteúdo quanto os componentes que fazem parte do sítio virtual e utilizáveis precisam ser apresentados de forma que sejam percebidos pelo usuário. Neste sentido, as principais diretrizes para alcançar o princípio “Perceptível”

	são: Alternativas em textos - tornar os textos maiores, utilizar símbolos, braile, linguagem simples, etc. Mídias - audiodescrição de vídeos; Inclusão de Língua de Sinais (LIBRAS); Utilização de legendas. Adaptável - criar meios que possibilitem o acesso ao conteúdo sem perda da informação ou estrutura. Está muito ligado ao leiaute do sítio eletrônico; possibilita múltiplas orientações de exibição (retrato e paisagem). Discernível - essa diretriz tem por objetivo facilitar a audição e visualização dos conteúdos para os usuários.
Operável	Os elementos da interface do sítio virtual do usuário e de navegação precisam ser operáveis. São diretrizes desse princípio: Acessível pelo teclado - é necessário que as funcionalidades do conteúdo sejam operáveis por meio do teclado, como atalhos. Tempo suficiente - o sítio eletrônico precisa fornecer tempo suficiente para que o usuário consiga ler e utilizar o conteúdo. Convulsões e reações físicas - o sítio eletrônico não pode possuir conteúdos que pisquem mais de três vezes por segundo; o flash não pode estar abaixo dos limites de flash universal e flash vermelho. Navegável - apresentar maneiras que auxiliem o usuário a navegar, localizar conteúdos e determinar o local deles, como por exemplo, as páginas devem possuir título que descreva sua finalidade. Modalidades de entrada - além do teclado, o sítio eletrônico precisa possuir outras entradas para facilitar a experiência do usuário, como gestos de acionamento.
Compreensível	Nesse princípio, recomenda-se que a informação assim como a operação da interface do sítio eletrônico seja compreensível. Assim, são diretrizes: Legível - é necessário que o conteúdo seja legível e compreensível. Logo, é importante pré-definir o idioma, as siglas precisam ser identificadas de forma expandida seus significados, não exigir leitura avançada (quando for o caso, manter uma versão suplementar com linguagem mais acessível e compreensível). Previsível - as páginas precisam aparecer de forma previsível. Qualquer mudança na interface do usuário precisa ser informada previamente. Assistência de entrada - auxilia o usuário tanto a evitar como a corrigir erros. Quando surgir erros de entrada, é necessário que seja automaticamente detectado, devendo ele ser descrito para o usuário. Os campos de entrada também devem possuir rótulos descritivos com instruções de preenchimento, devendo apresentar um recurso de ajuda para orientar o usuário a fazer o preenchimento corretamente.

Robusto	O conteúdo presente nos sítios eletrônicos precisa ser suficientemente robusto para que assim sejam interpretados de forma confiável pelos usuários, o que inclui as tecnologias assistivas. São diretrizes desse princípio: Compatível - os conteúdos precisam ser compatíveis entre os usuários, o que pode incluir tecnologias assistivas.
----------------	--

Fonte: Adaptado de WCAG (2018).

Esse conjunto de diretrizes e recomendações se apresentam como importantes direcionamentos para tornar os portais de transparência cada vez mais acessíveis, possibilitando que pessoas deficientes não sejam excluídas e impossibilitadas de participar efetivamente da gestão pública.

2.3.2 Validadores de acessibilidade

Considerando a existência de normas, diretrizes e princípios que orientam a criação de sítios eletrônicos cada vez mais acessíveis para todos os públicos, há uma série de validadores de acessibilidade, ferramentas que analisam os códigos de ambientes digitais e geram relatórios sobre as barreiras impeditivas para a efetiva acessibilidade de informações. Essas ferramentas tratam-se de *softwares* que analisam o código HTML dos ambientes digitais e verificam se o conteúdo está de acordo com as diretrizes de acessibilidade (Ventura; Siebra, 2015).

Verifica-se que há diversos tipos de validadores, cujos principais são: automatizados, manuais e híbridos. Os automáticos normalmente são mais rápidos e apontam os principais itens a serem corrigidos, na modernidade, como será apresentado a seguir, existem inúmeros validadores dessa natureza. Os manuais são importantes, pois geralmente pessoas reais fazem o uso da página na web e identificam, a partir da experimentação, aspectos quanto a clareza da linguagem utilizada, as variações das cores, dentre outros. Já a validação híbrida abarca tanto testes automatizados quanto manuais, o que contribui significativamente para a identificação global de elementos que impossibilitem a plena acessibilidade da informação nos sítios eletrônicos.

Em relação aos validadores manuais, identificou-se um *check-list* de acessibilidade para desenvolvedores de sítios eletrônicos, desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em parceria com profissionais de institutos federais em 2010, tomando como parâmetro as diretrizes e princípios do e-

MAG, W3C e WCAG. No manual com o checklist estão recomendações quanto aos links, conteúdos, formulários, estrutura do site e acessibilidade, conforme quadro 4.

Quadro 3 –Check-list para desenvolvedores

Elementos do sítio eletrônico para serem avaliados	Questionamentos para os desenvolvedores
Links	O site fornece a localização do usuário em um conjunto de páginas? As âncoras estão sendo usadas corretamente? Há links indicadores na página? Os links apresentam descrições curtas e objetivas? Eles identificam o destino ao qual remetem? Abrem o conteúdo na mesma página de navegação ou avisam que irão abrir em uma nova página? Há atalhos para facilitar a navegação pelo site? Esses atalhos funcionam corretamente?
Conteúdos	As imagens estão devidamente etiquetadas? A leitura das palavras e frases está sendo compreendida? Os parágrafos estão com um tamanho razoável? As animações em Flash estão descritas? Os arquivos para download apresentam a extensão a qual são disponibilizados? Eles estão em formato compatível com o leitor de telas? Há verborragia na página? As tabelas são disponibilizadas apenas quando necessárias? Seu conteúdo está mesclado? Existem conteúdos que poderiam estar em tabelas e não estão?
Formulários	Os formulários funcionam corretamente? A ordem de tabulação está correta? As descrições dos elementos estão adequadas? No caso da utilização dos capcha's, há também uma alternativa em áudio? As caixas combinadas e caixas de seleção possuem um botão para o envio ao invés de remeterem automaticamente quando escolhido um elemento? Há um campo de busca no site? O resultado da busca é de fácil acesso? Os botões funcionam adequadamente? Eles estão devidamente descritos? Há muitos botões de opções (radio Button) no formulário? Esses botões podem ser substituídos por caixa de seleção?
Estrutura do site	Os menus estão em forma de lista? Quando há submenus ocultos, é disponibilizado um aviso para mostrar/ocultar esses sub-menus? As camadas lógicas estão separadas adequadamente? O site possui sumário para conteúdos longos? A estrutura das páginas está uniforme? A "div" conteúdo encontra-se antes da "div" menu?

	Os títulos apresentam uma ordem lógica no texto? Eles estão descritos corretamente? Existe o Mapa do Site? A tabulação segue a ordem visual da tela?
Acessibilidade	O site possui a opção de alto contraste? Ela está funcionando corretamente? O site possui uma página com dicas de navegação? Há alguma observação extra sobre acessibilidade, usabilidade e comunicabilidade? O site possui opções para redimensionamento do texto?

Fonte: Brasil (2010).

Como observa-se, o referido checklist apresenta as diretrizes existentes principalmente no e-MAG, pois a finalidade é tornar os sítios eletrônicos além de acessíveis, transparentes, em sua totalidade. Para que isso aconteça na prática, é necessário a participação de vários profissionais, como desenvolvedores de *software*, cientistas da informação e da comunicação, dentre outros.

Em relação aos validadores automáticos, o W3C possui uma lista deles, cada um com finalidades específicas. Nesse sentido, no quadro 5 são apresentadas as funcionalidades de alguns deles.

Quadro 4 – Validadores automático do W3C

Validador automático	Funcionalidade	Link para acesso
A-Tester	O A-Tester verifica a versão pré-aprimorada de uma página da Web projetada com aprimoramento progressivo em relação às declarações de conformidade WCAG para marcação de base HTML5, desenvolvendo um relatório dos elementos não acessíveis para serem corrigidos e monitorados.	https://www.webaccessibility.com/
A11Y Color Contrast Accessibility Validator	O site fornece ferramentas gratuitas de análise de contraste de cores que exibem os problemas de contraste de cores de uma página da web ou par de cores escolhido; de acordo com as Diretrizes WCAG 2.1.	https://color.a11y.com/?wc3
Tingtun Checker	Verifica documentos <i>PDF (Portable Document Format)</i> com base em WCAG 2.0. Carregue ou consulte documentos on-line para gerar um relatório com as barreiras detectadas e as soluções propostas. O verificador de <i>PDF</i> Tingtun é uma	https://checkers.eiii.eu/en/pdfcheck/

	ferramenta on-line de código aberto, usada tanto na garantia de qualidade prática quanto no monitoramento da qualidade de documentos nacionais	
Hera-FFX	Trata-se de uma ferramenta de acessibilidade na web que executa automaticamente uma análise preliminar e oferece suporte para revisão manual dos sites que são exibidos no navegador da web Mozilla Firefox.	http://www.sidar.org/rec/ur/aplica/heraffx.php
Examinator	Ferramenta de avaliação automática online que testa técnicas e falhas do WCAG 2.0 usando uma métrica para refletir os resultados de forma quantitativa.	http://examinator.net/
Polypane	Trata-se de um navegador da Web para criar sites responsivos e acessíveis com uma infinidade de ferramentas de teste de acessibilidade, visões gerais de detalhes da página e simuladores de deficiência.	https://polypane.app/

Fonte: Adaptado de W3C (2020).

Assim, observa-se que existem inúmeros validadores automáticos com funcionalidades diversas, os quais analisam e geram relatório quantitativos indicando as principais carências de recursos nos ambientes digitais que tornem os conteúdos acessíveis para todos os públicos. Em sua maioria, são ferramentas digitais gratuitas.

2.4 A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL NOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

No tocante à qualidade da informação, é comum que nos ambientes digitais governamentais estejam disponibilizadas informações em texto (disponíveis diretamente na página do *website*) ou por intermédio de documentos para *downloads* que contém planilhas, gráficos e dados sem quaisquer tipos de categorizações ou textos explicativos para auxiliar a compreensão do usuário. Esse é um dos problemas mais corriqueiros nos estados e municípios brasileiros.

Para esta pesquisa, os portais de transparência são ambientes digitais que possuem a intenção de publicizar, de modo gratuito, as informações de interesse da coletividade, como, por exemplo, os *websites* oficiais institucionais e as plataformas on-line. Esses portais eletrônicos possibilitam ao usuário o acesso a informações governamentais referentes ao orçamento público, execução financeira, dados afetos

a servidores, serviços prestados à população, relatórios de gestão, auditorias, dentre outros.

Há uma significativa variedade de informações presentes nas entidades públicas brasileiras, a exemplo das financeiras, orçamentárias, licitatórias e processos seletivos, as quais, em sua maioria, já estão disponíveis em sistemas eletrônicos, como, por exemplo, os portais de transparência. Como já abordado, a legislação pátria traz em seu bojo os princípios da publicidade e da transparência da informação como regra, todavia, na prática, se verifica a existência de uma série de divergências, inconformidades e ausências informacionais que podem inviabilizar o acesso pleno do cidadão às informações e dados de seu interesse.

De acordo com a *International Organization for Standardization* (ISO) e, mais especificamente, com a ISO NBR nº 900/2005, a qualidade está relacionada a um conjunto de características (sensoriais, físicas, comportamentais, funcionais e outras) inerentes a um serviço, produto ou sistema, como, por exemplo, o que satisfaz a determinados requisitos, isto é, a necessidades ou expectativas de diferentes públicos.

Existem inúmeras metodologias que apresentam dimensões e atributos para auxiliar no processo de descrição da qualidade da informação e nos resultados organizacionais. Informações de qualidade, por exemplo, informações relevantes, confiáveis, precisas e oportunas (Popovič et al., 2012; Wixom; Todd, 2005; Low; Mohr, 2001) possibilitam melhorias na qualidade da decisão e podem, por sua vez, promover melhorias no desempenho da organização. Para alavancar os benefícios da informação de alta qualidade, as organizações estão inserindo, cada vez mais, diferentes tecnologias nos seus processos de trabalho.

A economia de tempo e melhores informações para apoiar a tomada de decisão são considerados os principais benefícios diretos da implementação do *business intelligence* (BI) (Watson; Goodhue; Wixom, 2002). Torres e Russel (2019) sustentam que, no caso do BI, o construto da qualidade da informação é conceitualmente inseparável do uso efetivo do sistema, pois é preciso reconhecer que a qualidade da informação é um produto das interações do usuário com o sistema. Afirmam ainda que a experiência dos membros organizacionais que interagem com as soluções de BI afeta tanto a qualidade da informação quanto os benefícios organizacionais, considerando que a competência humana é reconhecida como um elemento crítico no uso bem-sucedido do BI. Para possibilitar um exame mais detalhado do papel BI,

Torres e Russel (2019) distinguem entre dois grandes grupos de pessoal: produtores de informações, incluindo os modeladores e analistas de dados (que vemos em nosso estudo como provedores de serviços de informações), e consumidores de informações, incluindo os tomadores de decisão organizacionais (que vemos em nosso estudo como os usuários do produto que queremos desenvolver).

Sob a óptica de Strong, Lee e Wang (1997), para se definir a qualidade da informação é necessário compreender os processos e os agentes que estão interligados no movimento de criação e utilização das informações. Ressaltam, ainda, a existência de três papéis no ciclo informacional: **Produtores**, que criam as informações pensando na sua utilidade, **Curadores**, que têm a função de fornecer e gerenciar os meios para o armazenamento das informações e os **Consumidores**, que utilizam as informações para satisfazer suas necessidades e como apoio à tomada de decisão.

Muitos autores argumentam que a qualidade é um conceito subjetivo e, assim sendo, difícil de mensurar (Britto, 2016; Calazans, 2008; Spender, 2001). Mas é Lillrank (2003) que traz uma importante contribuição ao mostrar que a qualidade da informação pode ser alcançada pela conformidade com os requisitos, mas também por algumas características inerentes ao produto ou ao serviço para atender expectativas dos clientes. No primeiro caso, informações de qualidade são aquelas que atendem às especificações ou requisitos (Kahn; Strong, 1998); e, no segundo, qualidade da informação é a característica da informação para atender ou exceder as expectativas do cliente (Kahn; Strong, 1998). Além disso, no primeiro caso, a qualidade pode ser definida por agências reguladoras, pelo governo e legisladores; no segundo caso, o conceito de cliente não é homogêneo, mas inclui três funções: o selecionador, o pagador e o usuário, que podem ter requisitos diferentes e até mesmo contraditórios.

Lillrank (2003) aplica uma perspectiva de sistema e postula dois tipos ideais polares: qualidade técnica de informação do sistema fechado de serviços ou de artefatos (para o primeiro caso descrito acima) versus qualidade negociados do sistema aberto de fornecimento ou entregas de serviços ou de artefatos (para o segundo caso descrito acima). Nossa proposta teórico-metodológica está alinhada ao primeiro caso, mas é importante conhecer também o segundo caso, para diferenciá-los.

2.4.1. A qualidade técnica da informação como artefato e como entrega

A qualidade técnica de informação do sistema fechado de serviços ou de artefatos se aplica a serviços e produtos de informação que são intencionalmente concebidos, projetados e produzidos, portanto, com os resultados da ação, orientados por objetivos. Tais situações são comuns na transparência ativa. Qualidade técnica da informação é a relação entre intenção e resultado, mas, uma condição prévia é que o produtor seja capaz de avaliar o resultado anteriormente, o que pressupõe uma compreensão pré-definida e compartilhada sobre a intenção do uso da informação (Lillrank, 2003).

Tratar a informação como sistema fechado de serviços ou de artefatos pressupõe que as condições de veracidade (confiabilidade, precisão, cobertura e consistência e coerência) sejam conhecidas e acordadas com antecedência, os símbolos tenham significados padronizados e os contextos sejam fixos. Assim, considera-se que a informação como artefato é de boa qualidade quando for comunicada de modo que o receptor consiga captar a intenção do remetente.

É diferente das definições baseadas nas necessidades do cliente, pois o produto ou serviço real não está justaposto às necessidades do consumidor da informação, mas às intenções explícitas de seus criadores. Já, com relação aos atores, a qualidade técnica está no domínio dos produtores, usuários e órgãos reguladores. Isto quer dizer que as especificações prévias dos sistemas fechados dos serviços e artefatos podem ser derivadas de ideias criativas ou de iniciativas regulatórias. Na sua relação com o tempo, podemos dizer que a qualidade técnica pressupõe informações prévias sobre metas e probabilidades de alcançá-las e informações posteriores sobre eventos passados (Lillrank, 2003).

É o aspecto mais estritamente focado na qualidade e apoiado por métodos de engenharia de qualidade, padrões e sistemas de acreditação. No entanto, é aplicável apenas a situações que envolvam artefatos e serviços com requisitos determinados ou indiscutíveis, previamente, conhecidos. Por isso, segundo o entendimento de Lillrank (2003), pertence ao mundo da epistemologia objetivista e ao funcionalismo racional de sistemas fechados.

A qualidade técnica de informação do sistema aberto de serviços ou de artefatos, são negociáveis e, portanto, as entregas são produzidas em sistemas mais ou menos abertos. Elas são concebidas e produzidas para um cliente ou outro

destinatário, a fim de satisfazer uma necessidade que não é totalmente e previamente articulada. Tais situações são comuns na transparência passiva. À medida que o processo de serviço prossegue, o cidadão toma conhecimento de requisitos adicionais ou diferentes e pode exigir uma renegociação dos objetivos iniciais. Uma entrega é geralmente organizada em torno de um artefato ou serviço, mas, também, inclui elementos negociáveis, como a atenção pessoal ou exigências relativas a prazo ou segurança.

A informação como uma entrega emerge de uma estrutura comunicativa, geralmente, um sistema informal e aberto, onde as condições de verdade dos dados, a relevância dos contextos, a adequação do conhecimento e dos significados são negociadas. Os principais atores na qualidade negociada são os clientes, nesse caso, o cidadão (aquele que seleciona e escolhe) e o produtor. Também, muitas vezes, o funcionário público de linha de frente interagindo com o cidadão.

Em contraste com a qualidade técnica, onde os requisitos são conhecidos previamente, a qualidade negociada da informação não implica o conhecimento prévio de todos os aspectos ou consequências de uma escolha. Portanto, o custo da má qualidade inclui as consequências de escolhas que, depois do fato, se revelam inadequadas. Como a qualidade foi definida em uma interação entre produtores e consumidores, a questão de quem é responsável pelo lado negativo se torna crucial.

A qualidade técnica dos sistemas fechados dos serviços e artefatos e a qualidade negociada das entregas dos sistemas abertos são tipos ideais que formam um *continuum*. As negociações podem ser encerradas após o consenso ter sido alcançado; depois disso, a qualidade se torna uma questão técnica para cumprir os requisitos acordados. Um processo de produção de qualidade técnica da informação pode ser contestado e aberto à negociação por meio de reclamações ou processos legais de responsabilidade do serviço final de informação.

As definições de padrão de qualidade são elaboradas para torná-las aplicáveis à informação. Nesta pesquisa, sua construção será usada para definir a qualidade da informação na transparência ativa nos portais do governo e sugerir diretrizes para o desenvolvimento de metodologias.

Destacam-se algumas sugestões, fundamentadas nos estudos de Lillrank (2003), para o desenvolvimento de uma metodologia viável para avaliar e medir a qualidade da informação nos portais de transparência:

- I. Na pesquisa organizacional, a unidade de análise ou o nível do sistema, sob escrutínio, deve ser definido claramente. Deve-se incluir atores, indivíduos, equipes ou organizações que participem das trocas de informações e dos atos comunicativos usados para iniciar, orientar e controlar processos informacionais.
- II. Da perspectiva da troca de informações, a questão crucial é se o receptor (cidadão) tem captado o significado pretendido pelo emissor (o governo) ou, até que ponto, os atores podem desenvolver significados compartilhados.
- III. As informações devem ser tomadas como um artefato e verificadas quanto aos atributos de qualidade, como precisão, confiabilidade ou legibilidade.
- IV. É importante fazer a identificação de como os atores entendem a relevância do contexto. Os contextos podem ser estudados de várias maneiras, como cultura corporativa, disponibilidade de recursos, restrições de tempo ou ciclos de processos de trabalho e tecnologia.
- V. A função do conhecimento pode ser examinada por meio dos atores, buscando compreender se emissor e receptor da informação possuem conhecimentos semelhantes ou diferentes acerca de como funciona a dinâmica do governo.

Outra abordagem está na produção de listas de dimensões ou atributos de qualidade de informação críveis. Wang e Strong (1996) produziram a lista mais extensa, definindo 15 dimensões agrupadas em quatro classes e, de acordo com os estudos de Eppler e Wittig (2000), também, a mais completa. A descrição de cada dimensão é apresentada no Quadro 5.

Quadro 5 –Dimensões da qualidade da informação

Qualidade intrínseca	Qualidade contextual
Os consumidores de informação querem mais do que a tradicional objetividade e precisão. A pesquisa sobre referência da fonte de dados é um passo nessa direção.	A qualidade da informação deve ser considerada dentro do contexto da tarefa em questão. Uma vez que as tarefas e seus contextos variam ao longo do tempo e dos consumidores de informação, atingir alta qualidade de informações contextuais demanda conhecer o contexto no qual o negócio está inserido.
Qualidade representacional	Qualidade da acessibilidade
Inclui aspectos relacionados ao formato e significado, ou seja, informações bem	Os consumidores de informação acessam computadores para suas necessidades de

representadas devem ser interpretáveis e fáceis de entender e resumidas.	informação e, portanto, veem a qualidade da acessibilidade como um aspecto importante da qualidade da informação.
--	---

Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de Wang e Strong (1996).

De acordo com a revisão da literatura de Eppler e Wittig (2000), *frameworks* de qualidade da informação fornecem orientação sistemática ou potencial de solução de problemas, uma vez que definem e categorizam critérios de qualidade da informação em vários contextos de aplicação. Um *framework* de qualidade da informação, na visão dos autores, deve atingir quatro objetivos:

- I. Primeiro, deve fornecer um conjunto sistemático e conciso de critérios, pelos quais as informações possam ser avaliadas.
- II. Segundo, deve fornecer um esquema para analisar e resolver problemas de qualidade da informação.
- III. Terceiro, deve fornecer a base para a medição da qualidade da informação e o gerenciamento proativo.
- IV. Quarto, deve fornecer à comunidade de pesquisa um mapa conceitual que possa ser usado para estruturar uma variedade de abordagens, teorias e fenômenos relacionados à qualidade da informação.

No *framework* de Wang e Strong (1996), cada critério será avaliado nas características dispostas no Quadro 6, as quais expressarão a qualidade ou falta dela nas informações requeridas no portal de transparência ativa.

Quadro 6 – Categorias e dimensões da qualidade da informação

Qualidade intrínseca	Qualidade contextual
Precisão objetividade credibilidade confiabilidade (da fonte e do método de coleta)	Relevância valor agregado oportuna completude quantidade adequada
Qualidade representacional	Qualidade da acessibilidade
Interpretabilidade facilidade de compreensão representação concisa consistência representacional	Acessibilidade segurança de acesso

Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de Wang e Strong (1996).

A dimensão da qualidade intrínseca inclui não apenas precisão e objetividade (Quadros 5 e 6), evidentes para os profissionais de sistemas informacionais, mas, também, credibilidade e reputação. Isso sugere, ao contrário da visão de desenvolvimento tradicional, que os consumidores de informação também veem a credibilidade e a reputação como partes integrantes da qualidade intrínseca; apenas precisão e objetividade não são suficientes para que as informações sejam consideradas de alta qualidade.

Os resultados de pesquisa de Eppler e Wittig (2000) mostram que os consumidores de informação também reconhecem a importância da acessibilidade da informação. A pesquisa desses autores mostra que os consumidores acessam computadores para suas necessidades de informação e, portanto, veem a qualidade da acessibilidade das informações como um aspecto importante da qualidade das informações. No entanto, há pouca diferença entre tratar a qualidade da acessibilidade das informações como uma categoria de qualidade geral de informação ou separá-la de outras categorias de qualidade de informação. Em ambos os casos, a acessibilidade deve ser levada em consideração.

Como se lê nos Quadros 5 e 6, o agrupamento de dimensões da qualidade contextual revelou que a qualidade dos dados deve ser considerada dentro do contexto da tarefa em questão. Isso foi consistente com a literatura sobre representação gráfica de dados, cuja conclusão é de que a qualidade de uma representação gráfica deve ser avaliada no contexto da tarefa do consumidor de dados. (Eppler; Wittig, 2000).

A dimensão representacional da qualidade inclui aspectos relacionados ao formato dos dados (representação concisa e consistente) e significado dos dados (interpretabilidade e facilidade de compreensão). Ainda segundo Eppler e Wittig (2000), para que os consumidores das informações concluam que as mesmas estão bem representadas, essas devem ser, não apenas concisas e, consistentemente, representadas, mas também interpretáveis e fáceis de entender.

2.4.2. Parâmetros de avaliação da qualidade e da transparência da informação

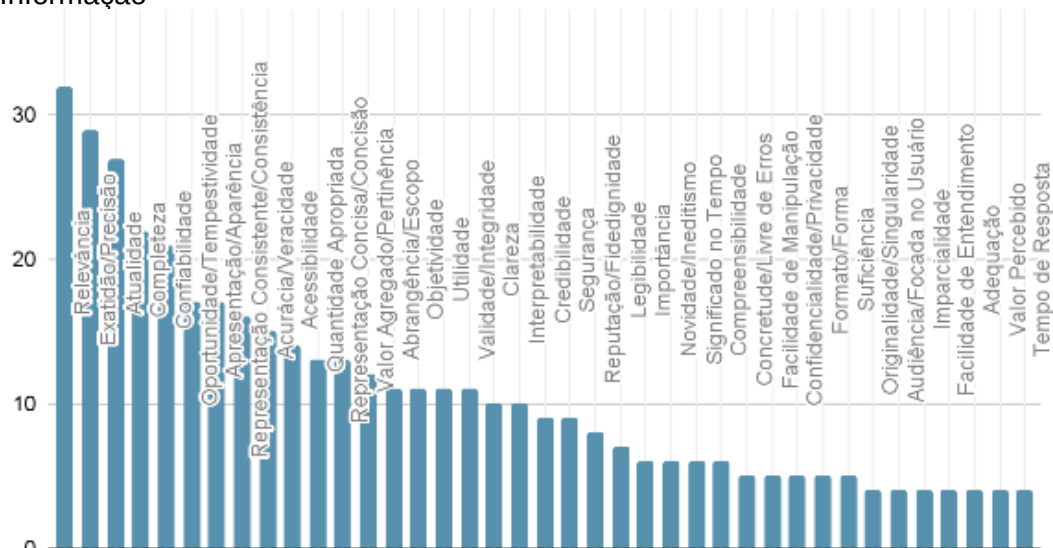
A constatação da qualidade de uma informação perpassa por uma série de dimensões e atributos que são percebidos e mensurados a partir da instituição de metodologias específicas. Diversos pesquisadores buscaram criar seus parâmetros

de avaliação da qualidade para variados contextos, os quais são importantes para o delineamento de um modelo capaz de descrever os atributos qualitativos da informação presentes em portais de transparência e suas fragilidades.

De acordo com Lee *et al.* (2002), com o surgimento de sistemas inteligentes, o acesso direto à informação pelos sujeitos, em diferentes bases de dados, e a conscientização das organizações sobre informações de alta qualidade impulsionam o surgimento de diversos estudos e técnicas para avaliar a qualidade das informações. Essa nova preocupação de mensurar os atributos que convergem para a qualidade informacional surge também da necessidade de as organizações compararem os seus esforços com os de outras empresas, monitorando e melhorando as suas informações. Contudo, Oleto (2006) infere que a mensuração da qualidade da informação, a partir da perspectiva do usuário, não é muito nítida, uma vez que, em algumas situações, se torna complexo definir a quantidade de atributos, dimensões informacionais e o conceito que cada um deles possui. Sendo, assim, um desafio para esta pesquisa definir as principais dimensões e atributos da informação e sua mensuração.

No campo da Ciência da Informação (CI) foram apresentadas diversas proposições de dimensões, categorias, classes e atributos para qualificar a informação em diferentes aspectos e contextos. Valente e Fujino (2016) apresentam uma síntese dos atributos mais citados nos estudos nacionais da CI conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Quantidade de citações de atributos da qualidade nas produções da Ciência da Informação



Fonte: Adaptado de Valente e Fujino (2016).

Antes da definição de um modelo de avaliação da qualidade informacional disponível em portais de transparência de universidades federais brasileiras, serão apresentadas algumas metodologias, identificadas na literatura internacional e nacional.

Para auxiliar as empresas, Lee, *et al.* (2002) desenvolveram uma metodologia denominada *Methodology for Information Quality Assessment* (AIMQ) para avaliar a qualidade da informação, a qual possui três componentes:

O primeiro componente se refere aos produtos, serviços e a *performance* (*Performance, Service e Product/Information Quality - PSQ/IQ*), os quais são organizados em quatro quadrantes para o tratamento da informação, na perspectiva de produtos e serviços, conforme quadro abaixo:

Quadro 7 – Modelo PSQ/IQ

Conformidade com as especificações Qualidade do Produto - as características da informação atendem aos padrões de IQ <i>Dimensões da qualidade:</i> • Livre de erro; • Com representação concisa; • Completa; • Com representação completa.	Atende ou excede as expectativas do consumidor A informação fornecida atende às necessidades do consumidor <i>Dimensões da qualidade:</i> • Quantidade apropriada; • Relevante; • Compreensível; • Interpretável; • Objetiva.
Qualidade do serviço - O processo de converter dados em informações atendem aos padrões <i>Dimensões:</i> • Atualizada; • Segura.	O processo de converter dados em informações excede às necessidades do consumidor: <i>Dimensões:</i> • Com credibilidade; • Acessível; • Fácil manipulação; • Fidedigna; • Valor agregado.

Fonte: Adaptado de Lee, *et al.* (2002).

Observa-se que o modelo PSP/IQ tem como foco a entrega de produtos e serviços de qualidade ao consumidor, não sendo tão útil para melhorar a qualidade informacional, se aproximando ao conceito de TQM. (Lee, *et al.*, 2002).

O segundo é o instrumento IQA que foi desenvolvido a partir do desenvolvimento de testes no formato de questionários. Nessa etapa, foram criados, com fulcro nas pesquisas científicas, de 12 a 20 itens de dimensões relacionadas à

qualidade da informação. Em uma testagem piloto, realizaram-se coletas com vários colaboradores que manuseiam e acessam as informações nas empresas e de consumidores, e foi possível realizar a avaliação quantitativa dos dados obtidos a partir da técnica de Cronbach Alpha, cuja finalidade é identificar o relacionamento das medidas de cada dimensão e atribuir pesos a cada um dos itens. As dimensões analisadas foram: acessibilidade, valor apropriado, credibilidade, integralidade, representação concisa, representação consistente, facilidade de operação, livre de erros, interpretabilidade, objetividade, relevância, reputação, segurança, pontualidade e compreensibilidade. (Lee, *et al.*, 2002).

O terceiro componente se trata das técnicas de análise de lacunas (*Gaps*) de IQ. Neste item, os autores realizaram duas análises, uma referente aos *Gaps* que tem por objetivo de fazer a comparação da avaliação da real situação da organização, em cada quadrante do modelo PSP/IQ, com relação às concorrentes, para, então, poder identificar pontos fortes e fracos e, assim, planejar estratégias de superação; a outra análise se baseia nos *Gaps* de papéis, ou seja, na percepção dos profissionais de sistemas de informação e dos consumidores. Essas percepções são avaliadas e comparadas para identificar os problemas referentes à qualidade da informação, cujos resultados são úteis para estabelecer melhorias. (Lee, *et al.*, 2002).

A partir das investigações sistematizadas realizada por Calazans (2008), reconhece-se que a qualidade da informação é percebida pelos usuários, cujas categorias podem ser mapeadas por meio de diversos contextos e vertentes. Na tentativa de compreender a percepção dos usuários de informações de instituições bancárias, a autora desenvolveu uma ferramenta com algumas categorias que abarcam as seguintes características da qualidade:

Quadro 8 - Características da qualidade da informação

Características	Descrição das características
Livre de Erro	A informação não possui distorções.
Objetiva	A informação é clara e objetiva.
Fidedigna	A informação é confiável e legítima.
Com Credibilidade	A informação é considerada verdadeira e passível de crédito.
Relevante	A informação é aplicável, útil e indispensável.
Com valor agregado	A informação é benéfica e seu uso possibilita vantagens.

Atualizada	A informação deve estar suficientemente atualizada.
Completa	A informação é composta de todos os valores necessários.
Quantidade Adequada	O volume de informação não é excessivo, mas sim suficiente para atender as necessidades do usuário.
Interpretável	A informação possui elementos que potencializam a visualização gráfica e semântica claras.
Compreensível	A informação é fácil de ser compreendida e entendida.
Apresentação Consistente	A informação disponibilizada é de fácil percepção, leitura e é consistentemente apresentada no mesmo formato.
Apresentação Concisa	A informação é completamente apresentada, resumida e com a essência do todo.
Fácil de Manipular	A informação permite facilidade em ser manipulada no seu uso.
Segura	A informação possui mecanismo de proteção para que não seja acessada por pessoas não autorizadas.

Fonte: Adaptado de Calazans (2008).

Os resultados da pesquisa da supracitada autora reafirmam que a qualidade da informação é subjetiva, pois, cada usuário possui capacidades diferentes para enxergar as características informacionais. O que determina essa diferenciação é o ambiente, o conhecimento e as funções que os sujeitos desempenham na sociedade. Tal assertiva, também, é percebida nas discussões destacadas por Oleto (2006), quando descreve que o usuário da informação, muitas vezes, não consegue especificar as características da qualidade de forma isolada, as percebendo na prática cotidiana, de forma intuitiva e a partir do senso comum.

Apesar de apresentar resultados significativos para os estudos relacionados à qualidade informacional, Calazans (2008) não considerou, dentre as características, àquelas relacionadas à acessibilidade, visando contemplar as pessoas com deficiência, como também, as informações disponíveis nos ambientes digitais, temas que desafiam a sociedade contemporânea.

Complementarmente, De Sordi (2015) destaca a qualidade da informação no âmbito da gestão administrativa, em algumas dimensões: **I - Abrangência/Esopo da Informação:** trata-se da percepção do usuário final reconhecer a informação como suficiente para satisfazer suas necessidades e interesses; **II - Integridade de Informação:** está relacionada ao que é incorruptível, ou seja, a informação não íntegra, ela se refere àquela que teve algum tipo de adulteração; **III -**

Acurácia/Veracidade da Informação: refere-se à informação legítima, válida, possibilitando ao usuário analisar a fidedignidade dos fatos que ela representa; **IV - Confidencialidade/Privacidade da Informação:** há uma confiança do usuário na fonte detentora de seus dados e informações, se relaciona ao sigilo e proteção; **V - Disponibilidade da Informação:** é preciso que as informações estejam disponíveis para os interessados, respeitada a privacidade; **VI - Atualidade/temporalidade da informação:** faz-se necessário manter as informações atualizadas para que não se tornem obsoletas; **VII - Ineditismo/raridade da informação:** refere-se à classificação da informação a partir da sua raridade, considerando, assim, a inexistência dela em qualquer outro meio. Normalmente, uma informação se classifica rara quando se trata de uma novidade informacional; **VIII - Contextualização da informação:** relaciona-se a vários aspectos informativos, como o teor do texto, idioma, recursos de voz, imagem, etc.; **IX - Precisão da Informação:** compreende o detalhamento ou esmiuçamento da informação para ser utilizada pelo usuário; **X - Confiabilidade da Informação:** relaciona-se à percepção do usuário quando a autoridade que elaborou e disponibilizou a informação; **XI - Originalidade da informação:** está ligada à fonte geradora da informação, ou seja, o contato do usuário com a fonte originária da informação agrega maior qualidade; **XII - Existência da Informação:** abrange a informação tácita (não estruturada, mas presente na mente das pessoas) e a explícita (disponível e acessível em algum formato); **XIII - Pertinência/agregação de valor da informação:** trata-se do potencial da informação em saciar a necessidade do usuário e o apoiar na realização de atividades para, posteriormente, poder tomar decisões; **XIV - Identidade da informação:** o nome da informação precisa ser claro, sem jargões, abreviações ou siglas para não interferir na encontrabilidade da informação; **XV - Audiência da informação:** a informação precisa ser monitorada para que a organização tenha a capacidade de detectar os interesses dos públicos e os problemas na disponibilidade da informação.

Além desses parâmetros de qualidade, Pacios, Vianello e De La Mano (2020) desenvolveram etapas para a criação de uma ferramenta capaz de melhorar e medir a transparência ativa das informações presentes em arquivos e bibliotecas. As referidas autoras sintetizaram a pesquisa para analisar um conjunto de informações disponíveis em sítios eletrônicos institucionais a partir de documentos como carta de serviços, organograma, contratos, licitações, concursos, convênios, dentre outros, a partir dos atributos Conteúdo, Forma, Reutilização, Acessibilidade, Data e

Atualização. Trata-se de uma ferramenta promissora para avaliação de ambientes digitais de órgãos públicos que possuem a obrigação de serem transparentes e públicos para a sociedade.

Observa-se na literatura uma série de tentativas para avaliar a qualidade da informação, porém, não se pode dizer que uma ou outra consegue abranger todas as características da qualidade da informação, pois, a depender do tipo de organização, algumas delas não são possíveis de ser avaliadas, o que converge para controvérsias e, também, consensos científicos. Nessa senda, para avaliar a qualidade da informação, é preciso pensar a partir de várias vertentes.

No Brasil, há diversas avaliações que têm por objetivo medir o grau de transparência da informação pública disponibilizada pelos órgãos governamentais. Algumas delas são:

. **Índice de Transparência Ativa (ITA) DF** - desenvolvido pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (DF), o ITA avalia a qualidade da transparência ativa nos *websites* dos órgãos e entidades do DF a partir dos parâmetros estabelecidos na LAI. A metodologia se baseia em dez categorias, cada uma delas avaliada de 0 a 10, quanto à disponibilidade da informação e sua atualização, podendo a entidade analisada alcançar o máximo de 100 pontos. Quanto maior a pontuação, mais transparente é o avaliado. As categorias são: Institucional (estrutura, competência, base jurídica, quem é quem, contatos); Ações e Programas (Plano Plurianual e resultados alcançados); Auditorias (auditorias e inspeções atualizadas); Convênios (convênios firmados); Despesas Públicas (despesas públicas, diárias e passagens, fundos públicos); Licitações e Contratos (contratos e licitações); Informações Classificadas (produzidas e acumuladas pelo órgão público; Servidores Públicos (pagamento de servidores); Perguntas Frequentes (perguntas frequentes LAI e perguntas frequentes Órgão/Entidade); Serviço de Informação ao Cidadão (nome da autoridade de monitoramento, responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão- SIC, horário de funcionamento do SIC, endereço do SIC e telefones do SIC). (DISTRITO FEDERAL, 2019).

. **Índice de Transparência Ativa (ITA) SP** - instituído em 2017, o ITA foi estabelecido na Meta 75 do Programa de Metas 2021-2024 da Prefeitura do Município de São Paulo que analisa os botões “e “Acesso à Informação” e de “Participação Social” das páginas de cada unidade ligada ao município, a finalidade dos botões é centralizar as informações fundamentais de cada unidade, uniformizar os conteúdos,

as formas de acesso e a disponibilização de informações, a fim de simplificar a navegação dos cidadãos e a comunicação deles com a Prefeitura. São avaliados de 0 a 10, 51 itens presentes nas páginas dos órgãos/entidades, devendo constar obrigatoriamente as seguintes seções: I - “Acesso à Informação” (Institucional Ações e Programas Perguntas Frequentes Informações Classificadas e Desclassificadas SIC (Serviço de Informação ao Cidadão) Auditorias Compras Públicas Contratos e Convênios Doações, Comodatos e Cooperações); II - “Participação Social” (Conselhos e Órgãos Colegiados Conferências Audiências Públicas Consultas Públicas Diálogos Sociais Fundos). (SÃO PAULO, 2022).

. **Escala Brasil Transparente (EBT) avaliação 360°** - desenvolvida pela CGU, a EBT avalia a transparência ativa e passiva dos estados e municípios brasileiros em relação ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação. Denominada também de Avaliação 360°, esta foi aplicada com municípios com número superior a 50 mil habitantes, não adotando uma amostra probabilística. (Brasil, 2021). Para avaliar os portais, definiu-se notas de 0 a 10, sendo 50% da nota para a transparência ativa e 50% para a passiva. Em relação à Transparência Ativa, os parâmetros de detalhamento das informações foram: a) Estrutura Organizacional - observando a existência de informação quanto ao endereço, funções e meios de comunicação para contato; b) Receitas - previsão, classificação e outros detalhes sobre receitas; c) Despesas - pagamentos, empenhos, datas de liquidações, etc.; d) Licitações - editais, objetos, modalidades, e demais informações sobre esse tema; e) Contratos; f) Obras Públicas; Serviços Públicos; g) Despesas com Diárias; h) Regulamentação da Lei de Acesso à Informação; i) Relatórios Estatísticos; j) Bases de Dados Abertos. Quanto à Transparência Passiva, observou-se principalmente: a) Existência de Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC) e seus os horários de funcionamento, telefones, endereços, e-mail, etc.; b) Funcionamento do e-SIC, verificando se há como acompanhar as solicitações, se respondem em tempo hábil, se comunicam meios de recursos e atendimento aos pedidos. Para avaliar melhor essa modalidade de transparência, os avaliadores realizaram três pedidos de informações por perfis diferentes, sem a identificação de que eram agentes da CGU.

. **Open Budget Index (OBI)** - criado pela *International Budget Partnership* (IBP), o OBI avalia a transparência e a participação do público no processo orçamentário dos governos. Esta pesquisa avalia os seguintes elementos, a partir das respostas dos cidadãos: disponibilidade de informações orçamentárias públicas, oportunidades

de participação do público no processo orçamentário e o papel e a efetividade das instituições formais de fiscalização. De acordo com as últimas avaliações, o Brasil é o país mais transparente da América do Sul. (International Budget Partnership, 2017).

Essas avaliações são importantes para diagnosticar se os entes estão de fato atendendo aos critérios estabelecidos pela LAI e pelas normas legais que regem o direito de acesso à informação do cidadão, contudo, se observa que não há um aprofundamento nas metodologias utilizadas para avaliar outras dimensões da qualidade (acessibilidade, atualidade, segurança, sigilo, etc), cujos resultados podem contribuir negativamente para uma transparência superficial como observado por Resende e Nassif (2015).

No tocante à avaliação da transparência das universidades brasileiras, não foram identificadas guias ou metodologias específicas, contudo, a CGU (2019) criou um Guia de publicação ativa nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. De acordo com esse guia, nos *websites* oficiais das instituições deve existir uma seção específica denominada de “Acesso à Informação”, na qual é preciso constar, de forma padronizada, os *submenus*: 1. Institucional; 2. Ações e Programas; 3. Participação Social; 4. Auditorias; 5. Convênios e Transferências; 6. Receitas e Despesas; 7. Licitações e Contratos; 8. Servidores; 9. Informações Classificadas; 10. Serviço de Informação ao Cidadão – SIC; 11. Perguntas Frequentes; 12. Dados Abertos.

No *submenu* **Institucional** devem constar informações sobre a organização, mais especificamente, relacionadas à estrutura organizacional, competências, bases jurídicas (estrutura organizacional e competências), cargos e ocupantes, endereços eletrônicos e telefone(s) dos ocupantes dos principais cargos; quanto ao *submenu* **Ações e Programas**, os órgãos precisam disponibilizar os programas e ações, unidades responsáveis, principais metas, indicadores de resultado e impacto, principais resultados, carta de serviços, renúncia de receitas e programas financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); no item **Participação Social**, necessitam ser apresentadas as informações sobre ouvidorias, audiências e consultas públicas, conselhos e órgãos colegiados e conferências; no *submenu* **Auditorias**, devem constar dados sobre o exercício a que se referem as contas auditadas, código e nome da unidade, número do processo interno no TCU e a situação em que estiver os processos; no item **Convênios e Transferências devem estar** as informações sobre órgão superior, órgão subordinado ou entidade vinculada, unidade gestora,

nome do conveniado, número do convênio, número do processo, objeto, valor de repasse, valor da contrapartida do conveniado, valor total dos recursos e período de vigência; quanto ao *submenu* **Receitas e Despesas**, devem estar organizadas detalhadamente as Receitas (previsão atualizada, receita realizada, receita lançada, categoria e origem da receita) e Despesas (Código e especificação dos programas orçamentários; Orçamento atualizado, levando em consideração os recursos consignados por programa na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais; Valor liquidado no ano considerado, para exercícios encerrados, e valor liquidado até o mês considerado, para o exercício corrente; Valor pago no ano considerado, para exercícios encerrados, e valor pago até o mês considerado, para o exercício corrente; Percentual dos recursos liquidados comparados aos autorizados; Percentual dos recursos pagos comparados aos autorizados); no *submenu* **Licitações e Contratos**, devem ser disponibilizados os números de processos, modalidades de licitação, objeto, situação das licitações, termos de contratos, dentre outras informações; no item **Servidores**, devem estar disponíveis dados referentes ao nome completo, lotação, CPF, remuneração individualizada, etc.; quanto ao *submenu* **Informações Classificadas**, refere-se ao grau de sigilo e as informações classificadas e desclassificadas nos últimos 12 meses; no item **Serviço de Informação ao Cidadão – SIC** há a necessidade de se detalhar localização, horários, responsáveis e seus telefones para o atendimento ao cidadão; no *submenu* **Perguntas Frequentes**, devem ser apresentadas as perguntas com respostas ao cidadão; já para o item **Dados Abertos**, deve ser divulgado o Plano de Dados Abertos com orientações sobre as ações e implementações para essa abertura de dados. (Brasil, 2019).

Dentre as orientações do conteúdo que deve estar disponibilizado no item do *menu* “Acesso à Informação”, a CGU destaca que os órgãos precisam possuir:

- I. Ferramentas de pesquisa de conteúdo;
- II. A autenticidade e integridade de todas as informações;
- III. As informações disponibilizadas devem ser íntegras, primárias e autênticas;
- IV. Devem ser atualizados os dados e informações, constando a data da última modificação;
- V. As informações devem ser divulgadas em linguagem cidadã, evitando que possam ter seu entendimento comprometido por uso de nomenclaturas pouco conhecidas ou termos técnicos;

- VI. A divulgação de dados e informações deve observar o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG). (Brasil, 2019).

Considerando que a perspectiva de criação de uma ferramenta tecnológica para auxiliar a sociedade a analisar a qualidade da informação, nesta pesquisa, pressupõe-se que seus resultados serão úteis para que os gestores públicos a apliquem em suas estruturas.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia da pesquisa é um conjunto de técnicas, de métodos e de procedimentos científicos sistemáticos, cujo principal objetivo é auxiliar o pesquisador na obtenção de respostas e na compreensão ampla do processo de investigação (Matias-Pereira, 2016). Seguindo essa premissa, Lakatos e Marconi (2017) afirmam que a pesquisa científica é uma investigação que busca compreender significados e características de um objeto de estudo por meio de uma leitura seletiva de relevantes fontes de informação para atender aos objetivos da pesquisa. Assim, é crucial que o pesquisador utilize preceitos éticos e impessoais durante a aplicação dos procedimentos metodológicos, a fim de evitar resultados enviesados e preservar a veracidade e a cientificidade da pesquisa.

Diante do exposto, esta pesquisa aborda a importância de avaliar a qualidade da informação dos portais de transparência das universidades federais brasileiras, a fim de possibilitar que o usuário possa acessar, utilizar, interpretar e compreender as informações. A concepção de um ambiente digital com informações de qualidade possibilita aos cidadãos maior participação nas atividades de administração e controle, além de ampliar significativamente a transparência informacional exigida na legislação brasileira.

Desse modo, conforme afirmou Jardim (1999), quando as informações públicas são dotadas de qualidade adequada, a universidade pública federal, fonte informacional de credibilidade, pode alcançar um grau de transparência que proporciona a nitidez dos objetos informativos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para desenvolver uma pesquisa científica, faz-se necessário destacar todas as etapas e abordagens percorridas e estruturadas pelo pesquisador. Nesse sentido, quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa descritiva. Como observado por Sampieri, Collado e Lúcio (2013) e Neuman (2014), a pesquisa descritiva objetiva descrever um objeto de estudo e suas diversas particularidades. Assim, busca-se descrever como funciona a transparência pública no âmbito das universidades públicas federais brasileiras, bem como os critérios de qualidade das informações administrativas disponibilizadas por essas instituições.

Com relação à abordagem, é uma pesquisa quantitativa e qualitativa. Como esclarecem Gil (2010) e Lozada e Nunes (2019) a pesquisa quantitativa é utilizada quando se busca coletar e analisar dados numéricos e objetivos, utilizando técnicas estatísticas e matemáticas para extrair novos significados e conhecimentos. No mesmo sentido, Creswell (2007) salienta que o pesquisador quantifica os dados obtidos durante a coleta e os trata por intermédio de métodos estatísticos. Logo, na aplicação da metodologia proposta neste estudo, os dados foram quantitativamente analisados referentes à avaliação dos critérios da qualidade da informação das universidades. Os dados organizados foram comparados entre as universidades brasileiras, com a finalidade de apresentar um panorama da realidade e dos principais problemas existentes em cada uma delas. A partir dos dados obtidos, foi possível realizar análises qualitativas com múltiplas interpretações e discussões sobre a realidade das universidades brasileiras. Para Lakatos e Marconi (2017) a pesquisa qualitativa tem a finalidade de investigar os fenômenos e características do objeto de pesquisa, os quais são subjetivos, ou seja, difíceis de ser mensurados quantitativamente. Portanto, foram analisados qualitativamente os elementos alusivos à qualidade da informação presentes nos portais de transparência, como também a necessidade de sua existência, visto que, podem possibilitar um acesso completo às informações, de modo a permitir que cidadãos sejam mais críticos e participativos.

Quanto à natureza, a pesquisa define-se como aplicada, tendo em vista que a intencionalidade é desenvolver uma ferramenta tecnológica com o potencial de apoiar os gestores institucionais a avaliar continuamente a qualidade das informações disponibilizadas nos portais eletrônicos digitais.

Quanto ao método adotado, procedeu-se à condução de uma revisão bibliográfica. Conforme delineado por Garcia (2016), esta constitui uma fase preliminar em qualquer empreendimento acadêmico, empregada com o propósito de contribuir para a compreensão da temática investigada e, simultaneamente, embasar o arcabouço teórico mediante estudos consolidados provenientes de diversas fontes de informação, tais como livros, capítulos, artigos científicos, comunicações científicas e resumos.

Os levantamentos realizados para a construção do referencial teórico desta tese foram coletados em bases de dados acadêmicas, tais como a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Web of Science* (WoS), repositórios

digitais de instituições que possuem programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, utilizando-se de palavras-chave na língua portuguesa, e suas traduções no idioma inglês, sobre as temáticas “qualidade da informação”, “transparência da informação”, “acessibilidade em ambiente digitais”, e “portais de transparência”, sendo utilizado o operador booleano “AND” para combinar os termos e assim identificar o máximo de pesquisas sobre o tema. Esse processo possibilitou encontrar estudos no âmbito da Ciência da Informação e de outras áreas do conhecimento como Direito, Administração e Sistema de Informação, que trouxeram contribuições importantes para o processo de definição de qualidade da informação e de seus critérios, de modelos de avaliação de portais de transparência, e padrões nacionais e internacionais para a customização de ambientes digitais com qualidade.

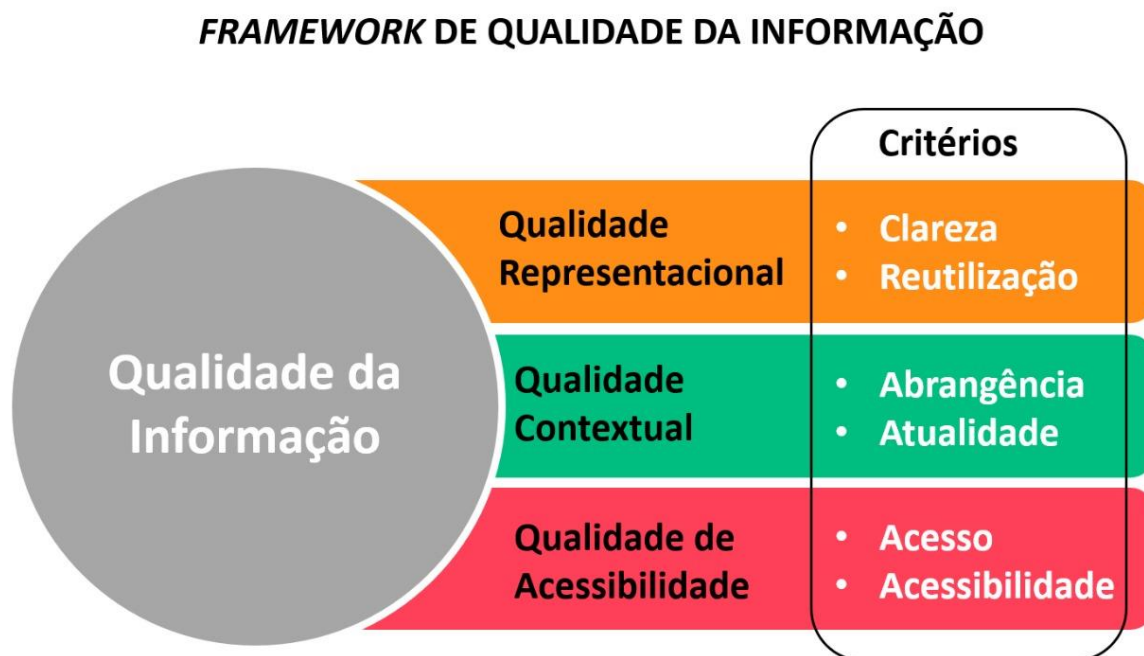
3.2 SELEÇÃO DAS CATEGORIAS E CRITÉRIOS DE QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES

O *framework* da qualidade da informação proposto ajuda a refletir melhor sobre o problema, para compreender os portais de transparência e o ambiente das universidades para definir e selecionar entre as alternativas estratégicas disponíveis. Portanto, trata-se de um *framework* específico ao contexto dos portais de transparência e do ambiente das universidades públicas federais, em vez de genérico e amplamente aplicável.

As categorias selecionadas para o *framework* aqui proposto são baseadas naquelas sugeridas por Wang e Strong (1996) e adaptadas a partir dos estudos sistematizados em De Sordi (2015), Pacios, Vianello e De La Mano (2020) e Calazans (2008). Mas, a estrutura base é a de Wang e Strong (1996), cuja escolha teve como motivo um estudo de sete *frameworks*, realizado por Eppler e Wittig (2000). Esses autores avaliaram sete estruturas de qualidade da informação que representavam conceitos elaborados e refletiam o campo diverso da pesquisa em qualidade da informação em termos de origem geográfica e contexto de aplicação. Os autores dessas estruturas são da França, Alemanha, Estados Unidos da América (EUA) e Inglaterra. Wang e Strong (1996) são dos EUA. Eppler e Wittig (2000) concluíram que apenas a estrutura de Wang e Strong (1996) oferecia uma base sólida na literatura existente e em aplicações práticas, e, além disso, era a única estrutura da série das sete que encontrou um equilíbrio entre consistência teórica e aplicabilidade prática.

As categorias e os critérios da qualidade da informação selecionados que foram avaliadas no âmbito dos *websites* oficiais das universidades federais brasileiras foram estabelecidos em um *framework* de qualidade da informação, como se lê na figura 4.

Figura 4 – Categorias e critérios de qualidade da informação



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A seguir, cada critério selecionado é justificado.

Critério abrangência: refere-se à extensão da informação disponível. Nesse critério, verifica-se se a informação fornece uma visão completa do assunto/conteúdo ou apenas uma parte dele, para o público-alvo. Nessa perspectiva de abrangência, é função do gestor identificar a medida certa da informação. Em algumas situações, é necessário ter um volume menor de informação, em outros casos, maior. Para uma universidade, por exemplo, no campo “Identificação Institucional”, o ideal é que haja menor quantidade de texto para que o usuário consiga identificar, de forma mais célere, dados como CNPJ, natureza jurídica, tipo de atividade, órgão ministerial vinculado, etc.

Em outros casos, é necessário um maior volume de informações para que o usuário tenha um conhecimento mais abrangente sobre o objeto analisado. Um relatório de gestão orçamentária universitário precisa trazer informações pormenorizadas afetas aos gastos com pessoal, despesas correntes e investimentos.

Além disso, para que o cidadão consiga compreender como foi utilizado o capital público é necessário que o documento traga o valor que a instituição tem disponibilizado, por lei, para o referido período, o quanto os gastos têm impactado no total do orçamento, o que cada valor representa em relação aos períodos anteriores, dentre outros dados.

Nesse sentido, é preciso que todos os elementos informativos possuam também todos os detalhes que o usuário precisa. Nas universidades existem vários conselhos e, no portal de transparência, precisam constar, minimamente, o nome do conselho, sua finalidade, seus membros, contatos, calendários de reuniões e regimento interno. Diante desse detalhamento, o usuário saberá se a necessidade dele se encaixa para ser tratada por aquele conselho e com quem poderá se comunicar para tirar suas dúvidas.

Desse modo, a abrangência dependerá do tipo de informação que será disponibilizada para o usuário. Este critério será considerado alcançado quando a informação apresentar uma visão ampla, completa e detalhada sobre o assunto, sem deixar de mencionar os pontos importantes.

Critério atualidade: A informação precisa está atualizada, com data, dia, mês e ano da atualização, bem como, com a identificação do profissional que a realizou. Esse critério é importante, pois considerando que por algum motivo a organização não possa prestar seus serviços (feriados, mudança de gestão e de servidores, manutenção, etc.), se o usuário não tiver acesso a essa informação atualizada, poderá ser prejudicado. Além de prejudicar o usuário, pode também afetar a imagem institucional, por falta de credibilidade. Será considerada totalmente alcançada, quando no documento estiver a última data de modificação do documento, assim como o nome da pessoa responsável.

Critério acessível: refere-se à facilidade com que a informação pode ser encontrada, recuperada e usada pelo usuário. Será considerada alcançada quando a informação puder ser obtida sem qualquer tipo de bloqueio (página não encontrada, não for possível abrir a informação, o texto estiver em outra língua, etc.).

Critério acessibilidade: refere-se às práticas de desenvolvimento de *websites* que permitem que pessoas com deficiências possam acessar e utilizar o conteúdo disponível na *internet*. Será considerada alcançada na totalidade quando permitir, no mínimo, três formas de acessibilidade, podendo ser a língua de sinais, legenda em vídeo, descrição de imagens, etc.

Critério Clareza: relaciona-se aos elementos (texto, vídeo, áudio, imagem, etc.) que possibilitam ao sujeito entender a finalidade da informação. Ou seja, remete à facilidade de o cidadão entender a estrutura, a organização, a compreensão e a formatação dos dados ou das informações.

Existem alguns problemas informacionais que inviabilizam uma boa interpretação do usuário, como, por exemplo, em matérias jornalísticas cujo título apresenta uma temática e seu conteúdo se trata de outra, totalmente, diferente, ou ainda, apresenta imagens que não se conectam com a discussão central. Esse tipo de problema pode fazer com que o usuário não tenha interesse pela informação, além de afetar a credibilidade institucional.

Além disso, é comum que alguns documentos possuam termos técnicos que impossibilitem a compreensão do usuário. Para superar esse problema, é necessário que a instituição disponibilize um breve glossário para que o usuário possa compreender plenamente a informação. Será considerada como alcançada quando os elementos, além dos textuais, estiverem bem organizados e estruturados, com linguagem clara e contextualizada nos *websites* oficiais das universidades federais brasileiras.

Critério reutilização: refere-se às múltiplas formas e aos formatos em que as informações são apresentadas para o usuário (Excel, Word, PDF, html, dentre outros). Diferentes formatos de disponibilização da informação possibilitam que o indivíduo possa reutilizá-la para os seus diversos fins. Documentos digitalizados, por exemplo, impedem que o usuário consiga copiar a informação para um outro formato de documento.

Considerando o modelo de Wang e Strong (1996), não foram levados em contemplados para fazer parte da avaliação nesta pesquisa os critérios veracidade, credibilidade e confiabilidade da informação pelo fato de que todas as instituições fazem parte da estrutura da administração pública brasileira. Nesse sentido, considerando que as universidades federais possuem fé pública, cujas informações e cujos documentos emitidos por elas possuem presunção de veracidade e de legalidade, este critério foi excluído do processo de avaliação proposto.

5.3 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

O universo da pesquisa desta pesquisa engloba as universidades federais brasileiras, nas quais seus *websites* oficiais possuem informações alocadas no *menu* “Acesso à Informação”, de acordo com o Guia de Transparência Ativa (GTA) para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal elaborado pela CGU (Brasil, 2019).

A amostra se configurou na avaliação de 09 universidades federais da região do nordeste brasileiro. A escolha delas se deu mediante a amostra por conveniência, que, segundo Marconi e Lakatos (2002), é uma técnica de amostragem não probabilística e não aleatória, baseada na facilidade de acesso e na seleção de indivíduos ou grupos que possuem experiência, conhecimento ou fornecem informações relevantes para o estudo. Desse modo, considerando que as universidades federais compartilham de aspectos estruturais semelhantes, a escolha das federais do nordeste pode ser considerada como uma amostra representativa desse universo.

Nesse sentido, no Quadro 09 estão elencadas as universidades federais brasileiras que foram selecionadas.

Quadro 09 – Amostra da pesquisa

Estado	Universidade Federal	Website Oficial
Alagoas	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	https://ufal.br/
Bahia	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	https://www.ufba.br/
Ceará	Universidade Federal do Ceará (UFC)	https://www.ufc.br/
Maranhão	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	https://portalpadrao.ufma.br/
Paraíba	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	https://www.ufpb.br/
Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	https://www.ufpe.br/
Piauí	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	https://ufpi.br/
Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	https://www.ufrn.br/
Sergipe	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	https://www.ufs.br/

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

3.4 COLETA DOS DADOS

No tocante à coleta de dados, foi realizada uma pesquisa documental. De acordo com Gil (2010), esse tipo de pesquisa se utiliza de documentos que não tiveram um tratamento analítico, considerados fontes primárias, como: relatórios institucionais, legislações, diários, entre outros. Desse modo, foram analisados os seguintes documentos:

- a) Legislações brasileiras que versam sobre o direito de acesso à informação e sua disponibilidade em ambientes digitais para atender ao princípio da transparência pública;
- b) Ferramentas utilizadas para avaliar a transparência da informação em portais de transparência;
- c) Informações nas suas múltiplas formas (texto, vídeo, relatórios, etc.) presentes nos *websites* oficiais das universidades federais brasileiras.

Quanto ao item “A”, observou-se que a Constituição Brasileira de 1988 estabelece que o acesso à informação é um direito de todo cidadão, devendo a administração pública desenvolver portais eletrônicos que facilitem esse acesso, garantindo assim a publicidade e a transparência informacional. Em 2011, a LAI estabelece padrões que as instituições públicas devem seguir para possibilitar a transparência ativa e transparência passiva. No ano de 2014, o Departamento de Governo Eletrônico elaborou o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), o qual apresenta diretrizes e princípios para garantir o acesso a qualquer cidadão. Em 2021, foi criada a Lei nº 14.129 que institui o governo digital que visa facilitar a prestação de serviços aos cidadãos por meio de plataformas digitais, o que potencializa maior facilidade, flexibilidade e comodidade para o usuário. Reconhece-se, a partir dessas iniciativas legais, que o Brasil tem se preocupado com a entrega de informações de qualidade nos portais informacionais públicos.

Com relação ao item “B”, foram identificadas várias ferramentas para avaliar a transparência da informação nas entidades públicas, a exemplo da **Avaliação 360º da CGU**, que avalia os municípios brasileiros, e do **Índice de Transparência Ativa (ITA)** nos municípios do Distrito Federal e São Paulo. Além desses, a CGU criou o **Guia de Transparência Ativa (GTA)** para os órgãos e as entidades do Poder Executivo Federal. Nesse sentido, destaca-se a importância de ferramentas e de

meios para a avaliação da transparência, contudo, os métodos capazes de realizar esse tipo de avaliação mais robusta da qualidade das informações, ainda, são pouco abordados.

A ferramenta TranPa_BA desenvolvida para avaliar a transparência ativa da informação de arquivos e de bibliotecas como descrito por Pacios, Vianello e De La Mano (2020) apresenta alguns critérios de qualidade informacional, como forma, reutilização, acessibilidade e atualização, os quais foram essenciais para a elaboração dos critérios da ferramenta “QI Qualidade Informacional”.

No tocante ao item “C”, foram coletadas informações presentes nos *websites* oficiais das universidades federais brasileiras para avaliar a sua qualidade. Considerando que o ambiente acadêmico é formado por várias informações (financeiras, acadêmicas, comunicacionais, institucionais, entre outras), foram avaliadas informações Institucionais, Planejamento Estratégico, Estudantes, Docentes, Informações econômicas, Servidores, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e Perguntas Frequentes.

3.5 CONSTRUÇÃO DA FERRAMENTA QI

Para a construção da ferramenta “QI Qualidade Informacional” foi necessário previamente estabelecer os critérios da qualidade, as categorias de informações e a forma de distribuição de pontuações conforme descrito no Quadro 10:

Quadro 10– Avaliação da qualidade da informação nas universidades federais brasileiras

Nº	Categoria avaliada	Crítérios da qualidade da informação	Valor do critério da qualidade	Pontuação alcançada
01	Institucional - Organograma Institucional – Estatuto e Regimento Institucional Institucional – Departamentos	Abrangência	0-0,2 pontos	0 - 3,6 pontos
		Atualidade	0-0,2 pontos	
		Acessível	0-0,2 pontos	
		Acessibilidade	0-0,2 pontos	
		Clareza	0-0,2 pontos	

		Reutilização	0-0,2 pontos	
02	Ações e Programas – Carta de Serviços ao Usuário Ações e Programas – Relatórios de Gestão (2023) Ações e Programas – Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Abrangência	0-0,2 pontos	0 – 3,6 pontos
		Atualidade	0-0,2 pontos	
		Acessível	0-0,2 pontos	
		Acessibilidade	0-0,2 pontos	
		Clareza	0-0,2 pontos	
		Reutilização	0-0,2 pontos	
03	Estudantes – Cursos de graduação e pós-graduação ofertados Estudantes – Quantidade de alunos de graduação e pós-graduação Estudantes – Auxílio financeiro	Abrangência	0-0,2 pontos	0 - 3,6 pontos
		Atualidade	0-0,2 pontos	
		Acessível	0-0,2 pontos	
		Acessibilidade	0-0,2 pontos	
		Clareza	0-0,2 pontos	
		Reutilização	0-0,2 pontos	
04	Recursos Humanos – Quantitativo de professores efetivos Recursos Humanos – Quantitativo de professores estrangeiros Recursos Humanos – Quantitativo de pessoal apoio administrativo	Abrangência	0-0,2 pontos	0 – 3,6 pontos
		Atualidade	0-0,2 pontos	
		Acessível	0-0,2 pontos	
		Acessibilidade	0-0,2 pontos	
		Clareza	0-0,2 pontos	
		Reutilização	0-0,2 pontos	
05	Informações econômicas - 2024 – Diárias e Passagens	Abrangência	0-0,2 pontos	0 – 3,6 pontos
		Atualidade	0-0,2 pontos	

	Informações econômicas - 2024 – Receitas Informações Econômicas – Despesas	Acessível	0-0,2 pontos	
		Acessibilidade	0-0,2 pontos	
		Clareza	0-0,2 pontos	
		Reutilização	0-0,2 pontos	
		Atualidade	0-0,2 pontos	
		Acessível	0-0,2 pontos	
		Acessibilidade	0-0,2 pontos	
		Clareza	0-0,2 pontos	
		Reutilização	0-0,2 pontos	

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Para a atribuição dos valores para cada um dos critérios, adaptou-se a metodologia desenvolvida pela Controladoria Geral da União (CGU), dos Índices de transparência das universidades espanholas, da ferramenta TransPa_BA e dos informes de Transparência Ativa (ITA) do município de São Paulo.

Dessarte, considerando a alta subjetividade na avaliação da qualidade informacional, cada uma das categorias de análise dos elementos informativos dos portais de transparência das universidades, delimitadas na amostra desta pesquisa, foi realizada mediante os seguintes questionamentos constantes no Quadro 11.

Quadro 11 – Processo de pontuação dos critérios da qualidade da informação

Critérios	Questionamentos	Detalhamento da pontuação
Abrangência	A informação está disponível? A informação que o usuário precisa está completa? Com riqueza de detalhes para que ele reconheça a sua utilidade?	0 - Quando o item analisado não constar informações; 0,1 - Quando a informação estiver presente, mas ausente detalhamento das informações; 0,2 - Quando a

		informação lida estiver completa, com detalhamento adequado a depender de como se apresenta nas categorias.
Atualidade	A informação possui dados relacionados às últimas atualizações e, também, a identificação do responsável?	0 - Quando a informação não possuir data e responsável pela atualização ou a informação estiver desatualizada; 0,1 - Quando a informação possuir, apenas, data de atualização ou nome do responsável; 0,2 - Quando a informação possuir data de atualização e a identificação do responsável.
Acessível	É fácil acessar a informação? A página oferece uma boa navegabilidade?	0 - Quando a informação não puder ser acessada ou quando for acessada em mais de cinco cliques; 0,1 - Quando a informação puder ser plenamente acessada em até cinco cliques (pasta da informação ou a informação); 0,2 - Quando a informação puder ser acessada em até três cliques (pasta da informação ou a informação).
Acessibilidade	A informação é acessível a pessoas com deficiência (PcD)?	0 - Quando não existir um ou nenhum elemento de acessibilidade; 0,1 - Quando existir pelo menos dois elementos de acessibilidade (aumentar e diminuir o tamanho da letra, leitor de libras, contraste, alternativa de áudio/vídeo descrição e contraste de cores do texto com o fundo para garantir boa legibilidade); 0,2 - Quando existir três ou mais elementos de acessibilidade.

Clareza	A informação é apresentada de forma clara e de fácil entendimento pelo usuário?	0 - Quando a informação não possuir linguagem de fácil interpretação e compreensão; 0,1 - Quando a informação possuir clara compreensão, mas o texto/imagem/som não estiver bem estruturado; 0,2 - Quando a informação possuir uma estrutura de fácil interpretação e compreensão.
Reutilização	A informação pode ser manipulada/reutilizada pelo usuário nos diversos formatos nos quais está disponibilizada?	0 - Quando a informação for inexistente 0,1 - Quando a informação estiver em um formato (texto, PDF, Word, Excel, etc.); 0,2 - Quando a informação estiver disposta em dois ou mais formatos.

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Cumpre destacar que as perguntas estabelecidas foram elaboradas a partir de múltiplos estudos sobre qualidade da informação como apresentado no decorrer desta pesquisa. Dessa forma, considerando que se trata de um protótipo de avaliação útil para os gestores das universidades, para que a sua utilidade seja plenamente alcançada, faz-se necessária uma formação prévia para esclarecer os termos básicos de informação e as categorias.

Realizada a avaliação dos critérios de qualidade presentes nas supracitadas categorias, cada uma delas recebeu de 0 a 3,6 pontos, sendo:

- a) 0 pontos - considerado sem qualidade informacional
- b) 0,1 a 1,0 pontos - considerado com razoável qualidade informacional
- c) 1,1 a 3,0 pontos - considerado com boa qualidade informacional
- d) 3,1 a 3,6 pontos - considerado com ótima qualidade informacional

Para realizar a média aritmética de quanto cada categoria possui de qualidade informacional foi utilizada a seguinte fórmula:

$$QI = \frac{C1 + C2 + \dots + C5}{5}$$

Onde,

QI = Qualidade Informacional

C1, C2...C5 = Pontuação de cada categoria analisada

5 = Total de Categorias

Foi utilizada a média aritmética simples pelo fato de que cada categoria possui pesos iguais. É importante esclarecer que a coleta dos dados, em sua integralidade, foi realizada no período de março a maio de 2024.

Diante disso, após essa avaliação, o portal foi classificado conforme os seguintes parâmetros:

- a) 0 - Portal sem qualidade informacional
- b) 0,1 a 4,5 pontos - portal com baixa qualidade informacional
- c) 4,6 a 9,0 - portal com razoável qualidade informacional
- d) 9,1 a 13,5 - portal com boa qualidade informacional
- e) 13,6 a 18,0 - portal com ótima qualidade informacional

Após a avaliação da qualidade informacional disponível nos *websites* oficiais das universidades federais brasileiras, realizada mediante os critérios, os padrões e os cálculos das médias de cada uma das instituições delimitadas na amostra, foi criado um *ranking* que demonstra quais instituições possuem maior qualidade informacional, bem como quais são suas principais fragilidades e pontos fortes, os quais são identificados, nesta pesquisa, por meio de gráficos e tabelas comparativas.

Além disso, apresenta-se a criação de ferramenta que possibilita efetuar a organização dessas avaliações, conforme as categorias informacionais, cujo propósito é facilitar a análise dos resultados das dimensões de qualidade delimitadas pelos gestores das universidades. O design foi elaborado a partir do sistema *Figma* para *desktop* e *mobile*.

3.6 PRÉ-TESTE

Para auxiliar na elaboração da ferramenta de avaliação da qualidade informacional nos portais das universidades, utilizou-se a metodologia *Design Science Research*, a qual versa sobre um modelo de design inovador com a capacidade de apresentar soluções para problemas diversos, denominados de artefatos (Hevner; March; Park, 2004; Lacerda, *et al*, 2013; De Sordi; Meireles; Sanches, 2011). Oportuno

destacar que a criação de artefatos perpassa por processos de validação e criação, o que inclui a definição do público-alvo, os recursos necessários, dentre outras etapas. Sendo a qualidade informacional nos portais de transparência das universidades federais o objeto desta pesquisa, a criação de uma ferramenta tecnológica (artefato) busca auxiliar o usuário a diagnosticar a qualidade da informação, e considerando que essa proposta é um sistema informacional, a utilização do Design Science na etapa de pré-teste se apresenta como uma fase importante de validação.

Considerando a lógica existente entre a necessidade de artefatos para a resolução de problemas e o processo de desenvolvimento deles, Hevner, March e Park (2004) desenvolveram sete diretrizes que servem como uma bússola para quem se interessar em utilizar o *Design Science*.

A Primeira Diretriz versa sobre o artefato como objeto do estudo. De Sordi, Meireles; Sanches (2011) estabelecem que o processo de criação do artefato está atrelado à capacidade criativa do pesquisador que se cristaliza a partir da experimentação, determinação dos problemas e da intuitividade. No mesmo sentido, Lacerda, et. al (2013) alude que o objetivo nessa etapa é desenvolver artefatos que apresentem soluções aos problemas. Diante do exposto, o artefato produzido nesta pesquisa é um sistema informacional capaz de auxiliar na avaliação da qualidade de informações disponíveis nas universidades federais. O seu uso poderá apoiar os gestores na tomada de decisões que melhorem a experiência do usuário e as suas necessidades informacionais.

A Segunda Diretriz apresentada por Hevner, March e Park (2004) trata da relevância do problema, o qual precisa ser relevante para o grupo ou organização que a solução tecnológica está sendo desenvolvida. Quando as informações em portais de universidades não são claras, acessível e atual, por exemplo, compromete a qualidade informacional, para o usuário (docentes, discentes, gestores, governos, entre outros), o que pode desencadear em uma série de incertezas e inseguranças. Dessa perspectiva, observa-se que se trata de um problema de ordem social relevante, que atinge uma gama de usuários que utilizam e precisam constantemente das informações das universidades.

A Terceira Diretriz apresenta a necessidade de uma avaliação rigorosa do artefato com o intuito de demonstrar a sua utilidade, qualidade e eficácia. De Sordi, Meireles; Sanches (2011) acrescentam que essa avaliação pode ocorrer a partir de

diversos modos, e considerando que o que se pretende nesta pesquisa é a criação de um sistema informacional, foram utilizados múltiplos métodos conforme quadro 12:

Quadro 12 - avaliação rigorosa do artefato

Método de avaliação do sistema Qualidade Informacional	
Observação	Ao aplicar a ferramenta em três universidades foi diagnosticado alguns erros no processo de ranqueamento. A partir desse método foi possível ajustar o código, o que foi solucionado com êxito.
Analítica	O sistema foi criado com recursos que permitem qualidade na acessibilidade e usabilidade por todos os usuários, seguindo os princípios estabelecidos no WCAG.
Experimental	Foram realizados vários testes com dados artificiais para diagnosticar possíveis gargalos. Esse método permitiu verificar que após seis envios de relatório da avaliação do usuário para o e-mail cadastrado, o sétimo não chegava no endereço digital. Com esses múltiplos experimentos, o problema foi identificado e solucionado com a redefinição do código.

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Em relação à Quarta Diretriz, Hevner, March e Park (2004) esclarecem que o artefato deve apresentar contribuições para a área do conhecimento, as quais perpassam pela inovação, generalidade e importância. A inovação que se apresenta nesta pesquisa é a criação do próprio artefato, o qual surge da necessidade de investigar a qualidade informacional e gerar relatórios que possam nortear os gestores a disponibilizar informações que atendam às necessidades dos seus usuários plenamente. O desenvolvimento do sistema informacional também potencializa que novos estudos sejam realizados para sanar problemas afetivos as informações institucionais a partir de métricas. Dessa forma, considerando que a informação é um dos objetos de centralidade da Ciência da Informação, o estudo da qualidade informacional que se propõe possibilitará que novos conhecimentos e incrementos ao sistema surjam.

Quanto à Quinta Diretriz, os supracitados autores descrevem que a pesquisa em ciência do design depende da aplicação de métodos rigorosos tanto na construção quanto na avaliação do artefato. Conforme explicado, foram realizados diversos testes

para diagnosticar os possíveis problemas técnicos no sistema tecnológico desenvolvido, alcançando assim a referida diretriz.

A Sexta Diretriz estabelece que é preciso utilizar todos os recursos necessários para desenvolver o artefato e solucionar os problemas. Para a elaboração da ferramenta tecnológica utilizaram-se conhecimentos sobre qualidade informacional, princípios e normas de programação de acessibilidade internacional, análise de outros instrumentos de avaliação da qualidade de informações nas universidades, o que foi importante para a definição das dimensões e categorias de análise.

A Sétima e última Diretriz versa sobre a comunicação dos resultados. Assim, o que satisfaz esta diretriz é a elaboração de artigos científicos sobre qualidade informacional e o uso da ferramenta elaborada e o desenvolvimento desta tese, a qual apresenta uma linguagem de fácil interpretação e compreensão para leitores da área da tecnologia, da Ciência da Informação e de outros campos interdisciplinares.

Utilizando os parâmetros de análise de *Design Science* desenvolvidos por De Sordi, *et al.* (2020), a criação do artefato classifica-se da seguinte forma:

Quadro 13 - análise do artefato

Nome do artefato	Qualidade Informacional (QI)
Função do artefato	Auxiliar os gestores a avaliar a qualidade da informação em universidades federais a partir das dimensões Abrangência, Atualidade, Acessível, Acessibilidade, Clareza e Reutilização.
Usuário Típico	Gestores de Informação
Tipo de artefato	Sistema informacional
Ambiente	Universidades federais

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Além de elaborar e testar o artefato, nesta etapa de pré-teste, incluem-se também as produções, comunicações e atividades científicas elaboradas ao longo do doutorado, as quais foram importantes para o melhor conhecimento e aprofundamento na literatura nacional e internacional sobre a qualidade informacional e a transparência da informação em portais eletrônicos. Mesmo que estas produções não se enquadrem na seção de resultados e discussão por não responderem diretamente ao objetivo proposto, elas foram importantes no processo de lapidação para a consagração dos processos teóricos metodológicos, pois na medida em que os trabalhos foram

avaliados e criticados por pesquisadores da área surgiram novas oportunidades e desafios da pesquisa.

De 2021, ano de início do doutorado, até o final de 2023, o autor produziu cinco artigos científicos que tiveram como objeto de estudo a transparência, a proteção de informação e o direito à informação (*Qualis A2 e A4*), três capítulos de livros e um trabalho completo publicado em anais de eventos científicos (apêndice C).

Desse conjunto de produções, os resultados de três delas foram essenciais para a definição desta tese. A primeira trata-se de um artigo científico publicado em 2022 que teve como objetivo analisar a Lei Geral de Proteção de Dados e seus desafios para as organizações brasileiras. Na construção da pesquisa, observou-se que alguns dos princípios relacionados à proteção de dados são a qualidade dos dados e a transparência, pois as organizações precisam deixar claro para os seus usuários com exatidão, clareza e relevância como as suas informações serão utilizadas e tratadas. Também se evidenciou a necessidade dos dados e informações serem disponibilizados corretamente aos usuários. Nesse sentido, essa pesquisa desenvolveu no autor o interesse em compreender a importância da qualidade de dados e a transparência informacional em ambientes digitais em organizações públicas.

Em 2022 foi publicado um artigo tendo por objetivo analisar a transparência ativa da informação em uma rede social do ministério da mulher, da família e dos direitos humanos, com a intencionalidade de entender as medidas tomadas pelos gestores para combater a violência de gênero no período da pandemia. Na pesquisa, o autor conseguiu realizar um levantamento da legislação sobre a transparência da administração pública e sua relação direta com o princípio da publicidade e do direito de acesso à informação; as formas de transparência (passiva e ativa); e os objetivos da transparência para inibir a corrupção e oportunizar ao cidadão uma participação direta nas atividades desenvolvidas pela gestão pública.

A terceira pesquisa foi publicada como trabalho completo nos anais do XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), que ocorreu em Porto Alegre, em 2022, cujo objeto de estudo foi verificar os parâmetros de avaliação dos portais de transparência dos municípios utilizados pela Controladoria Geral da União (CGU), evidenciando assim que a avaliação não considerava os aspectos relacionados à acessibilidade e à qualidade da informação, mas apenas elementos descritos na Lei de Acesso à Informação.

Os resultados dessas pesquisas resultaram no refinamento do objeto de estudo e a necessidade da criação de uma metodologia que auxiliasse a todos os interessados em avaliar a qualidade da informação nas universidades federais.

4 ANÁLISE, DISCUSSÃO E INFERÊNCIAS DOS RESULTADOS

Nesta seção estão organizados os principais resultados obtidos na pesquisa e discussões. Inicialmente é apresentada a ferramenta “QI” com os seus respectivos campos e formatações; posteriormente são apresentados os resultados das nove universidades da região nordeste analisadas; e por fim, são descritos os principais desafios existentes na realidade das universidades para o desenvolvimento e fortalecimento da cultura da transparência informacional com qualidade.

4.1 FERRAMENTA QI: INTERFACE E FUNCIONALIDADES

Para auxiliar os gestores das universidades federais, na avaliação constante de seus sítios virtuais, faz-se necessário utilizar soluções digitais com parâmetros específicos. Nesse sentido, esta pesquisa dedicou-se a elaborar uma ferramenta digital com especificações que atendem às normas e padrões de transparência da informação e acessibilidade em canais digitais, conforme Figura 5:

Figura 5 – Ferramenta de avaliação: tela inicial



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

As cores escolhidas fazem referência àquelas utilizadas na bandeira brasileira, tendo em vista que se trata de uma ferramenta de abrangência nacional. As combinações foram pensadas em facilitar a leitura por todos os públicos, tendo em vista que os códigos das cores (Azul - #0072B2, Verde #009E73 e branco) foram escolhidos a partir da paleta *Color Universal Design* (CUD).

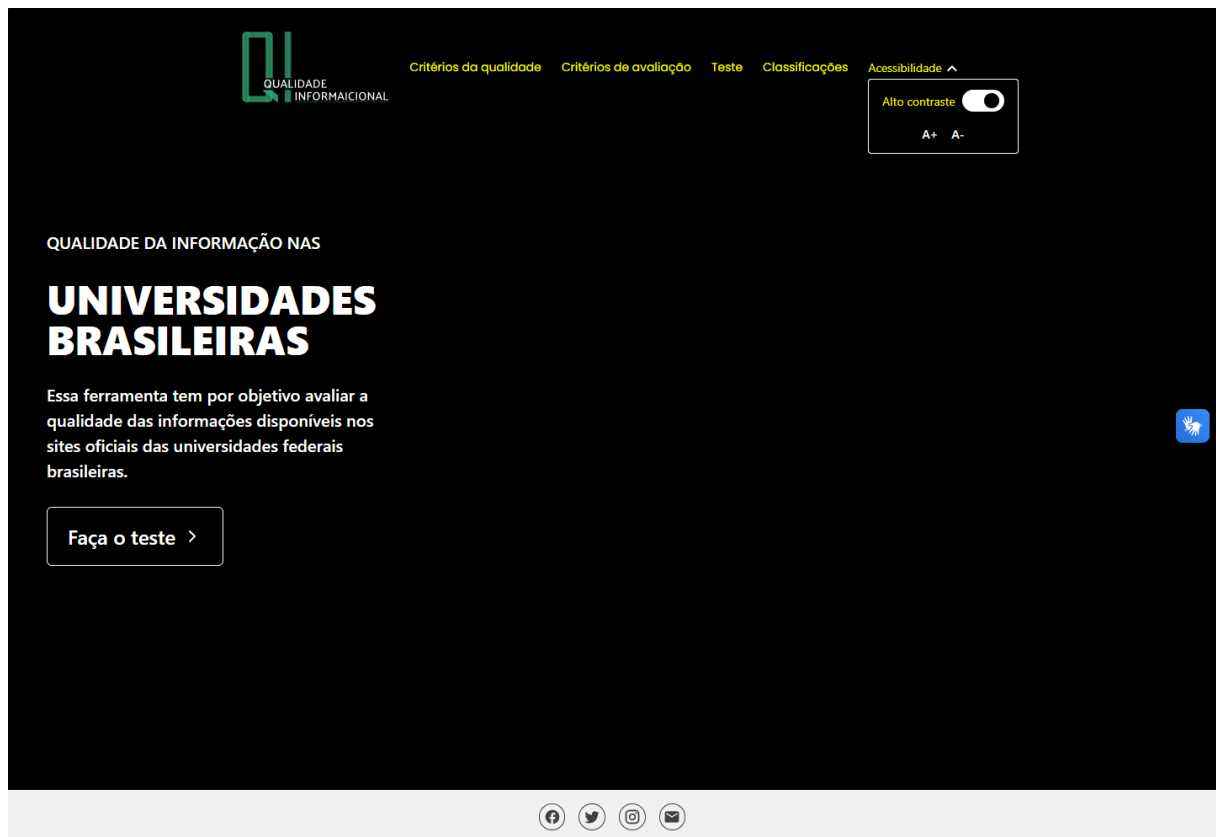
Além disso, seguindo as orientações descritas por Kulpa (2009), o site possui uma página inicial com o mínimo de conteúdos para facilitar a busca pelas

informações e evitar confusões nos usuários, recurso de ampliação da tela para pessoas com baixa visão, sem imagens em movimento para não gerar cansaço visual e dificuldade na leitura das informações, poucas cores na página com a finalidade de tornar a adaptação visual do usuário mais rápida e alto contraste entre o fundo e o texto.

Na tela inicial se encontram os campos “Critérios de Qualidade”, “Critérios de Avaliação”, “Teste”, “Classificações” e “Acessibilidade”. No rodapé da página podem ser inseridas as redes sociais e formas de contato com o proprietário para dúvidas, sugestões, elogios e críticas.

No item “Acessibilidade” estão incluídos os recursos que facilitam o acesso do cidadão nesse ambiente digital, como: o aumento ou a diminuição da fonte do texto; o alto contraste, que torna todo o fundo do *website* em preto para destacar os textos na cor branca e os *links* na cor amarela; e o Vlibras para a tradução de textos, áudios e vídeos em libras, conforme Figura 6:

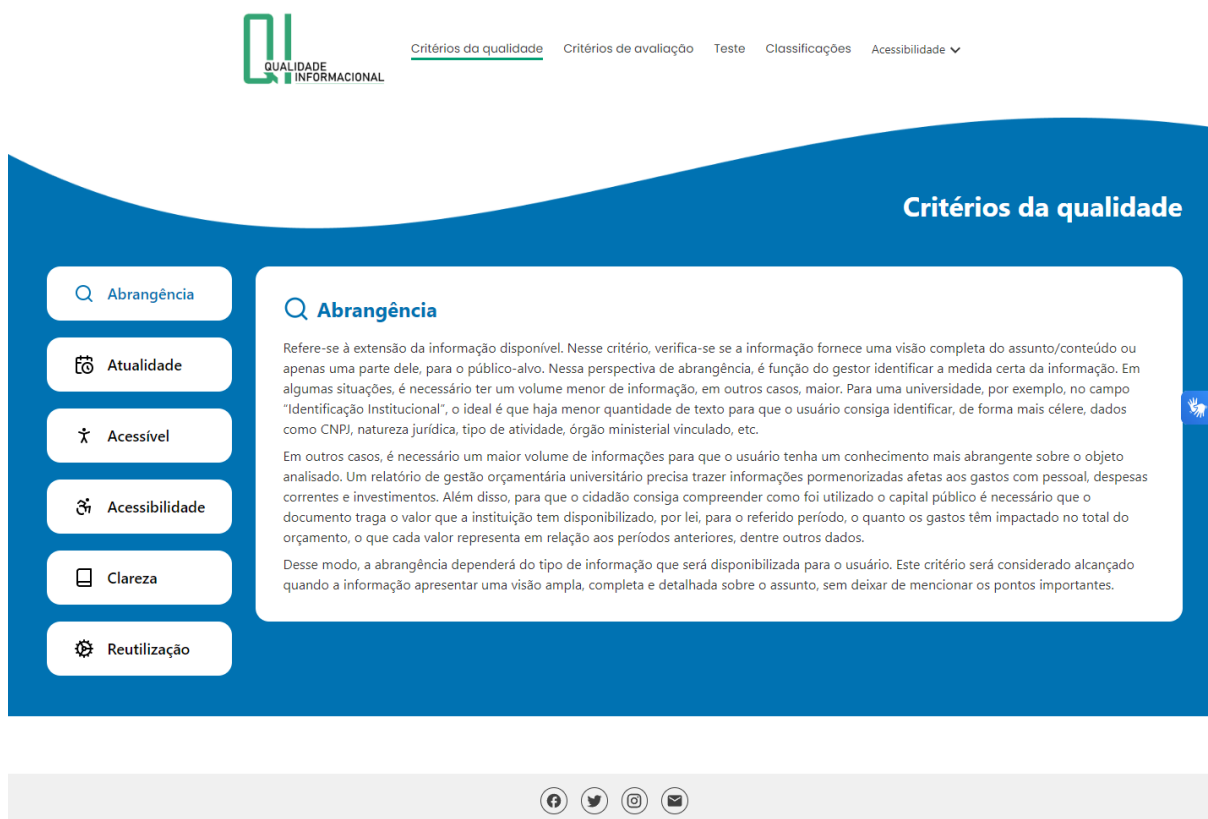
Figura 6 – Ferramenta de avaliação: tela inicial em alto contraste



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Com relação ao primeiro elemento “Critérios da Qualidade”, estão organizadas as informações referentes a cada um dos seis critérios da qualidade, elencados nesta pesquisa. Como descrito anteriormente, a literatura apresenta inúmeros critérios e dimensões da qualidade, porém, para a elaboração da ferramenta optou-se em trazer apenas aqueles que possui maior capilaridade com os documentos e informações a serem analisadas. Para facilitar a leitura, cada um deles foi separado em opções diferentes, conforme figura 7:

Figura 7 – Ferramenta de avaliação: critérios da qualidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Para facilitar a compreensão do usuário sobre a metodologia adotada para a avaliação da qualidade informacional nos *websites* oficiais das universidades, foi criada uma tela específica contendo essas informações. Ao clicar no item “Critérios da Qualidade”, o usuário será direcionado para uma tela que consta separadamente cada dimensão, os questionamentos adotados para a avaliação e a orientação para a definição da pontuação, conforme a Figura 8:

Figura 8 – Ferramenta de avaliação: critérios de avaliação

QUALIDADE INFORMACIONAL

Critérios de qualidade Critérios de avaliação Teste Classificações Acessibilidade

Processo de pontuação dos critérios de qualidade

Abrangência

Questionamentos	Detalhamento da pontuação
Questionamentos A informação está disponível? A informação que o usuário precisa está completa? Com riqueza de detalhes para que ele reconheça a sua utilidade?	0 - Quando o item analisado não constar informações; 0,1 - Quando a informação estiver presente, mas ausente detalhamento das informações; 0,2 - Quando a informação toda estiver completa, com detalhamento adequado a depender de como se apresenta nas categorias.

Atualidade

Questionamentos	Detalhamento da pontuação
Questionamentos A informação possui dados relacionados às últimas atualizações e, também, a identificação do responsável?	0 - Quando a informação não possuir data e responsável pela atualização ou a informação estiver desatualizada; 0,1 - Quando a informação possuir, apenas, data de atualização ou nome do responsável; 0,2 - Quando a informação possuir data de atualização e a identificação do responsável.

Acessível

Questionamentos	Detalhamento da pontuação
Questionamentos É fácil acessar a informação? A página oferece uma boa navegabilidade?	0 - Quando a informação não puder ser acessada ou quando for acessada em mais de cinco cliques; 0,1 - Quando a informação puder ser plenamente acessada em até cinco cliques (pasta da informação ou a informação); 0,2 - Quando a informação puder ser acessada em até três cliques (pasta da informação ou a informação).

Acessibilidade

Questionamentos	Detalhamento da pontuação
Questionamentos A informação é acessível a pessoas com deficiência (PcD)?	0 - Quando não existir em seu conteúdo elemento de acessibilidade; 0,1 - Quando existir pelo menos dois elementos de acessibilidade (aumentar e diminuir o tamanho da letra, leitor de telas, contraste, alternativo de áudio/vídeo descrição e contraste de cores do texto com o fundo para garantir boa legibilidade); 0,2 - Quando existir três ou mais elementos de acessibilidade.

Clareza

Questionamentos	Detalhamento da pontuação
Questionamentos A informação é apresentada de forma clara e de fácil entendimento pelo usuário?	0 - Quando a informação não possuir linguagem de fácil interpretação e compreensão; 0,1 - Quando a informação possuir clara compreensão, mas o texto/imagem/com não estiver bem estruturado; 0,2 - Quando a informação possuir uma estrutura de fácil interpretação e compreensão.

Manipulabilidade/Reutilização

Questionamentos	Detalhamento da pontuação
Questionamentos A informação pode ser manipulada/reutilizada pelo usuário nos diversos formatos nos quais está disponibilizada?	0 - Quando a informação for inexistente; 0,1 - Quando a informação estiver em um formato (texto, pdf, word, excel, etc.); 0,2 - Quando a informação estiver disponível em dois ou mais formatos.

Facebook Instagram Twitter Email

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No item “Teste”, o usuário será direcionado para uma tela na qual deverá preencher algumas informações previamente, como: nome da Universidade a ser avaliada, Estado, função que exerce, nome, e-mail, faixa etária, grau de escolaridade e sexo. Esses dados são importantes para mapear e gerar estatísticas, criar *rankings* e disponibilizar ao usuário o relatório final do seu teste (Figura 9).

Figura 9 – Ferramenta de avaliação: Teste/Identificação

A interface de avaliação, intitulada 'Bem-vindo, primeiro de tudo...', apresenta um formulário para coleta de dados pessoais e acadêmicos. No topo, há uma barra de navegação com links para 'Critérios da qualidade', 'Critérios de avaliação', 'Teste' (destacado), 'Classificações' e 'Acessibilidade'. Abaixo, uma progressão de sete passos indica que o usuário está no primeiro passo. O formulário contém campos para: Universidade a ser avaliada*, Estado*, Qual sua função?*, Nome*, E-mail*, Faixa etária*, Grau de escolaridade* e Sexo*. Um checkbox para 'Aceito os termos de uso' precede o botão verde 'Começar a avaliação'. O rodapé exibe ícones de redes sociais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Considerando que se trata de uma ferramenta que faz a utilização de alguns dados pessoais do usuário, atendendo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), nº 13.709/2018, foi criado um termo de consentimento e autorização para o uso de seus dados para a pesquisa (apêndice A). No termo também constam as especificações relacionadas ao uso e tratamento dos dados (apêndice B).

Preenchidas as informações, ao clicar no botão “começar a avaliação”, o usuário será direcionado para uma tela em que constará a Categoria que será avaliada do *website* oficial da universidade, depois, deverá escolher a pontuação para cada um dos critérios da qualidade, conforme Figura 10. Preenchido os campos de pontuação

da categoria, o usuário poderá inserir algumas observações, caso entenda serem pertinentes para justificar a pontuação.

Figura 10 – Ferramenta de avaliação: Teste/Categoria 01

Critérios da qualidade

Critérios de avaliação

Teste

Classificações

Acessibilidade

1

2

3

4

5

6

7

Institucional

Organograma

Abrangência

☆☆☆

Observação (opcional):

Atualidade

☆☆☆

Observação (opcional):

Acessível

☆☆☆

Observação (opcional):

Acessibilidade

☆☆☆

Observação (opcional):

Clareza

☆☆☆

Observação (opcional):

Reutilização

☆☆☆

Observação (opcional):

Estatuto e Regimento Institucional

Departamentos

Voltar

Próximo

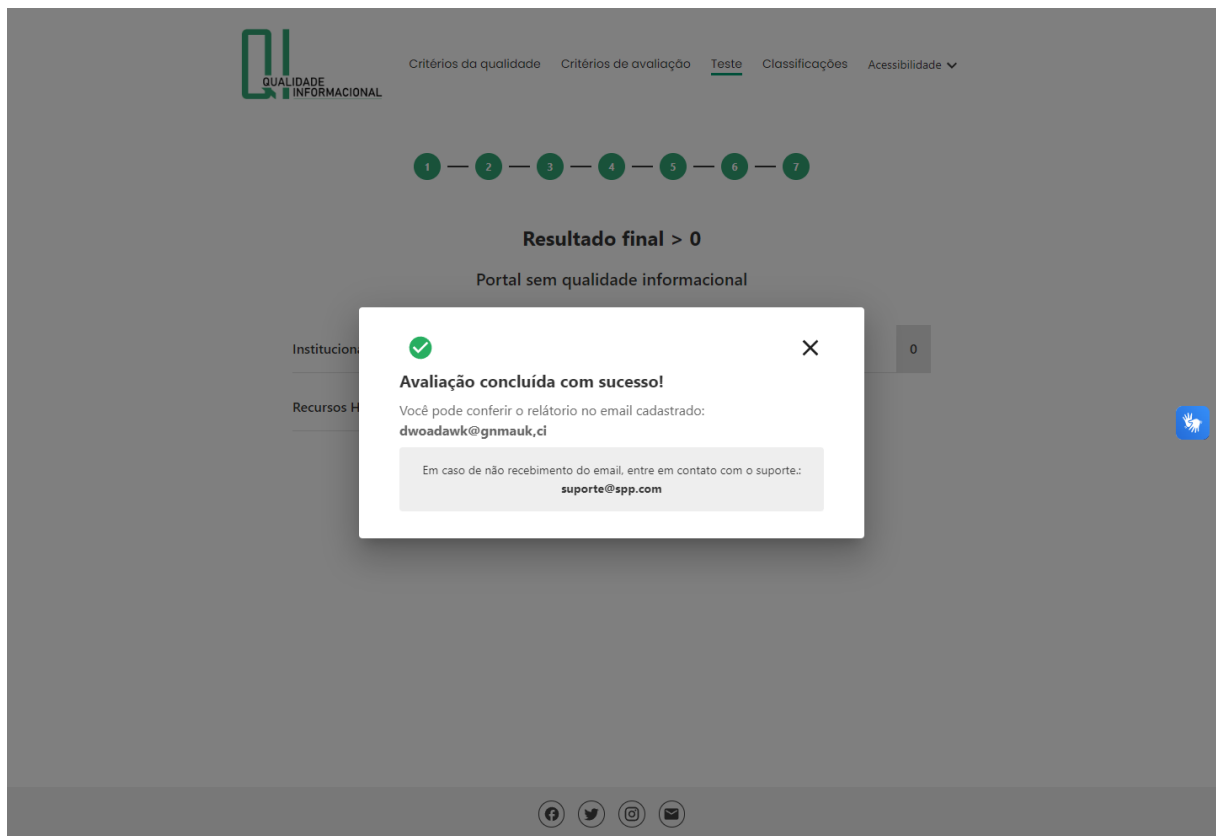
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Para facilitar a avaliação, ao passar o cursor no nome do critério da qualidade, o usuário visualizará a descrição dos critérios de avaliação para auxiliá-lo no processo. Também foram inseridos os ícones de avaliação em formato de estrelas pois são mais

fáceis de interpretar em uma primeira vista, simplifica a avaliação do usuário, e por serem usualmente utilizadas para avaliação de produtos e serviços.

Finalizada a avaliação de cada uma das sete categorias, o usuário deverá clicar no item “finalizar”, momento em que aparecerá uma mensagem automática informando que o teste foi finalizado e encaminhado um relatório para seu *e-mail*, conforme Figura 11.

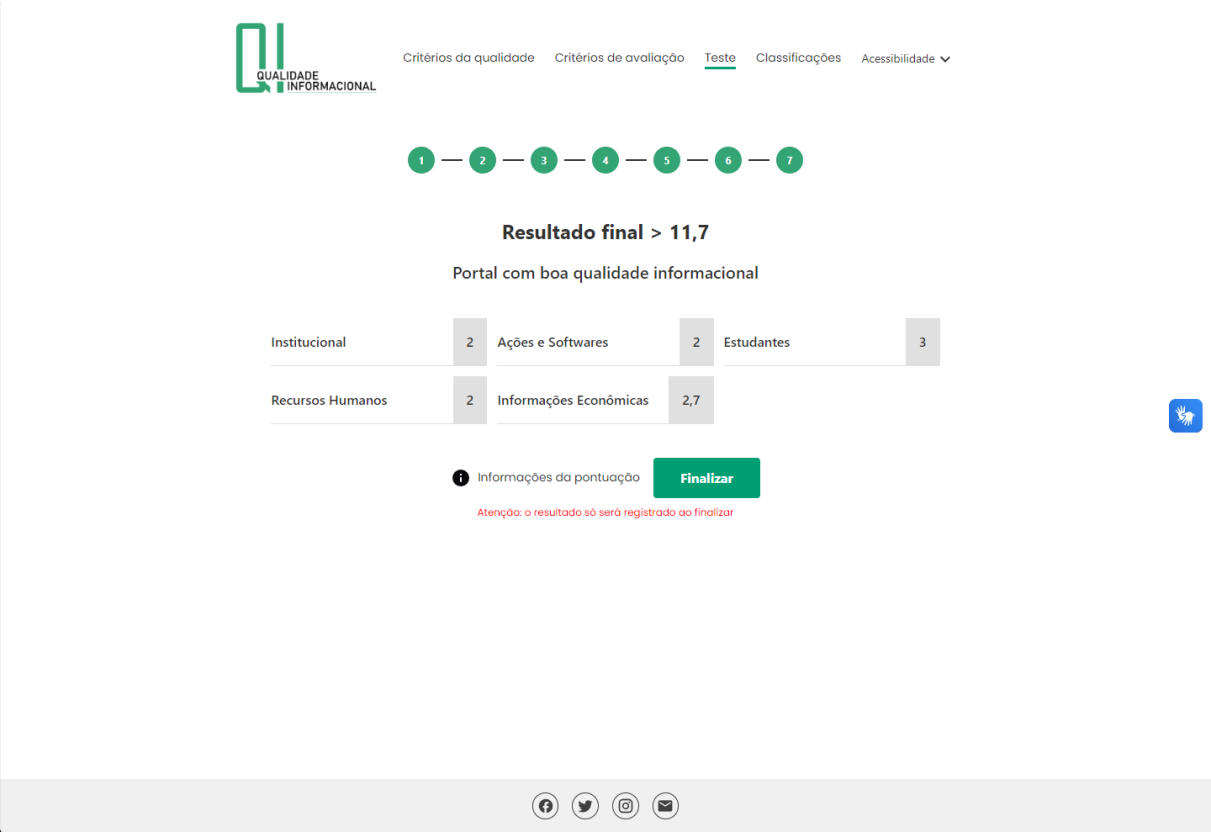
Figura 11 – Ferramenta de avaliação: Teste/Final



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Além disso, o usuário terá acesso à média de cada uma das categorias e o resultado final, que demonstrará se as informações do portal da universidade possuem ou não um adequado nível de qualidade, bem como a sua categoria com base na nota final.

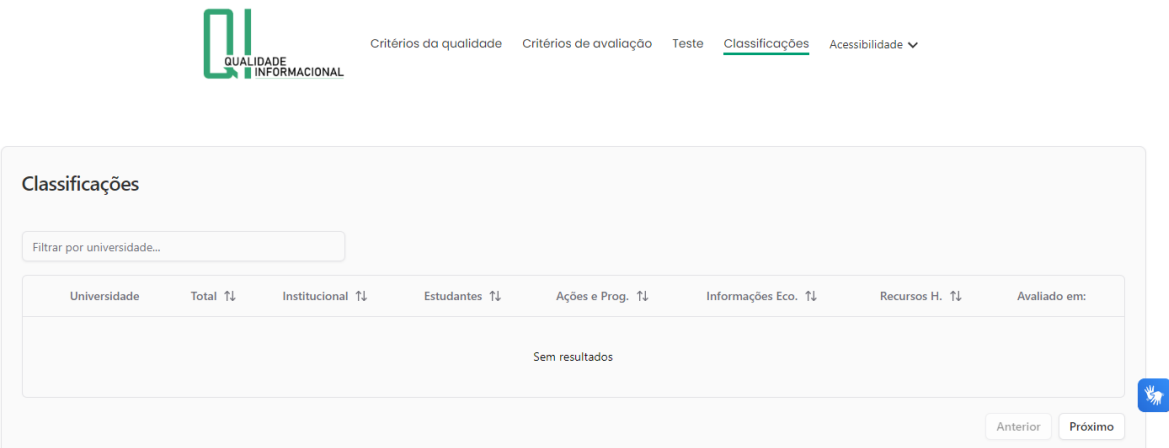
Figura 12 – Ferramenta de avaliação: Teste/Final - detalhamento



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Concluída a avaliação, a universidade analisada será incluída na tela do *ranking*, na qual constarão as pontuações de todas as instituições avaliadas e suas notas finais, como apresentado na Figura 13.

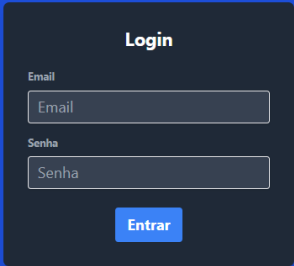
Figura 13– Ferramenta de avaliação: Classificações



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Para um controle mais efetivo dos gestores quanto a organização e o tratamento das informações dos avaliadores, foi criada uma área de “administrador”, o qual pode acessá-la pela criação de uma senha e login conforme imagem abaixo:

Figura 14 – Área do administrador

The image shows a login interface for an administrator. It features a dark blue background. In the center, there is a dark gray rectangular box with rounded corners. Inside this box, the word "Login" is written in white at the top. Below it, there are two input fields: the first is labeled "Email" in small white text, and the second is labeled "Senha" (Password) in small white text. Both input fields have a light gray border and placeholder text. Below the password field, there is a blue button with the word "Entrar" (Enter) in white. To the right of the login box, there is a small blue square icon with a white mouse cursor arrow pointing towards it.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ao acessar essa área, nela estão organizadas as estatísticas, no formato de gráficos do tipo pizza, do perfil dos avaliadores como sexo, faixa etária, profissão, especialização e estado.

Figura 15 – estatísticas dos avaliadores



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Logo abaixo das estatísticas encontram-se organizadas no formato de lista as avaliações de todos os usuários. Nessa área o gestor das informações poderá ter acesso de forma pormenorizada das pontuações atribuídas em cada critério e categoria, bem como as observações descritas.

Figura 16 – avaliações

Avaliações				
Nome	Email	Faixa etária	Especialização	Profissão
Paulo Ricardo	pauloricardo.silvalimma@gmail.com	25-34 anos	Mestrado	Professor
Paulo Ricardo	pauloricardo.silvalimma@gmail.com	25-34 anos	Mestrado	Professor
Paulo Ricardo	pauloricardo.silvalimma@gmail.com	25-34 anos	Mestrado	Professor
Paulo Ricardo	pauloricardo.silvalimma@gmail.com	25-34 anos	Mestrado	Professor
Paulo Ricardo	pauloricardo.silvalimma@gmail.com	25-34 anos	Mestrado	Professor
Paulo Ricardo	pauloricardo.silvalimma@gmail.com	25-34 anos	Mestrado	Professor
Paulo Ricardo	pauloricardo.silvalimma@gmail.com	25-34 anos	Mestrado	Professor
Paulo Ricardo	pauloricardo.silvalimma@gmail.com	25-34 anos	Mestrado	Professor
Paulo Ricardo	pauloricardo.silvalimma@gmail.com	25-34 anos	Mestrado	Professor

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A proposta dessa solução tecnológica é uma tentativa de gerar dados acerca da situação informacional dos portais de transparência das universidades federais brasileiras para que os gestores possam utilizá-los com o fim de instaurar as melhorias necessárias para elevar o nível de qualidade informacional.

4.2 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE INFORMACIONAL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS

Para a realização da avaliação das universidades, inicialmente, foi escolhido um conjunto de informações para serem analisadas na ferramenta QI conforme descrito no quadro 10. As referidas categorias são informações referentes a instituição, aos programas e planejamentos, as ofertas de cursos e auxílios, aos recursos humanos e econômicas. Cada uma delas foi selecionada com base nos principais documentos que versam sobre a organização de informações em ambientes digitais e avaliações nacionais e internacionais de qualidade e transparência informacional que serviram de base para esta tese.

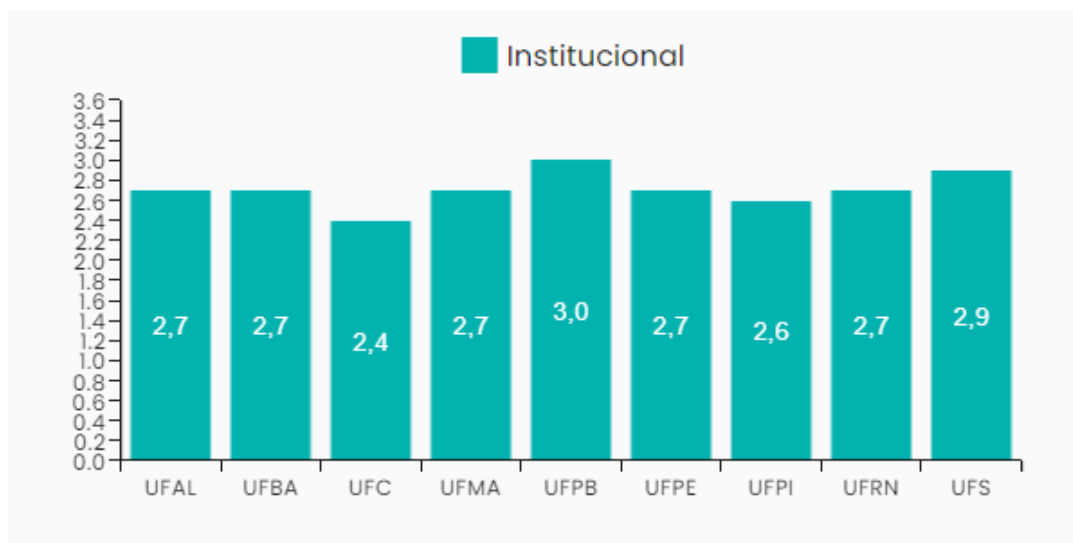
Na primeira categoria, foram avaliadas as Informações Institucionais, sendo elas: Organograma, Estatuto e Regimento Institucional e Departamentos.

No tocante ao **Organograma**, este trata-se de uma representação gráfica e visual da instituição, sendo descritos os níveis hierárquicos e as distribuições dos cargos. Esse tipo de representação auxilia os usuários a conhecerem a estrutura da universidade, os principais setores e suas funções. O **Estatuto e o Regimento Institucional** são dois documentos importantes de uma universidade, enquanto o primeiro tem por finalidade apresentar os objetivos, os princípios, a missão e as normas gerais para o seu funcionamento, o segundo estabelece as diretrizes para o funcionamento e procedimentos operacionais da instituição, como pesquisa, ensino, extensão, corpo docente, apoio técnico administrativo, dentre outros. Comumente os dois são apresentados em um único documento. Já os **Departamentos** são todos os setores e unidades existentes nas universidades que juntos trabalham para o alcance dos objetivos e missão da instituição, são exemplos desses departamentos a Reitoria, Pró-reitorias, Superintendências, Núcleos, Órgãos Suplementares, etc.

Nessa primeira categoria, as três universidades que obtiveram melhor conceito foram a UFPB com 3,0 pontos, UFS com 2,9 pontos, e UFPE com 2,8 pontos. Já a

universidade que obteve o menor conceito foi a UFC com 2,4 pontos conforme gráfico 2.

Gráfico 2 – Institucional



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os critérios de qualidade que as universidades mais obtiveram avaliação baixa foram Atualidade, por ausência de nome do responsável pela elaboração ou edição da informação, Acessível, pelo fato da informação está hospedada em um campo de difícil acesso pelo usuário, Acessibilidade em razão da ausência ou erros de funcionalidade dos recursos para aumentar ou diminuir o tamanho da fonte, de leitura pelo VLibras e alto contraste, por exemplo, e Reutilização, uma vez que a informação estava em formato de imagem ou PDF.

Na avaliação, verificou-se também situações em que havia recurso de Vlibras mas não era possível fazer a leitura da informação pelo fato de está apenas no formato de imagem, ou quando utilizado o recurso de alto contraste impossibilitava a leitura do texto conforme imagem abaixo:

Figura 17 - Imagem da página das funções de confiança UFPI

Autentique-se na Rede Sair Protocolo Acesso à Informação Ouvidoria Sala de Imprensa COVID-19

PÁGINA INICIAL > FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Funções de Confiança

Última atualização em Segunda, 06 de Fevereiro de 2023, 19h29

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Nome	Descrição	Unidade	Nível	Contato

VICE REITORIA

Nome	Descrição	Unidade	Nível	Contato

GABINETE DO REITOR

Nome	Descrição	Unidade	Nível	Contato

RECURSOS HUMANOS
TRANSPARÊNCIA EM GESTÃO DE PESSOAS
Contracheque Online
Funções de Confiança
Cronograma SIAPE
Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU)
Relatório de Atividades
Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (QRSTA)
Banco de Professor Equivalente do Magistério Superior (BPEq-MS)
Banco de Equivalência do Ensino Básico, Técnico e

Fonte: UFPI (2024).

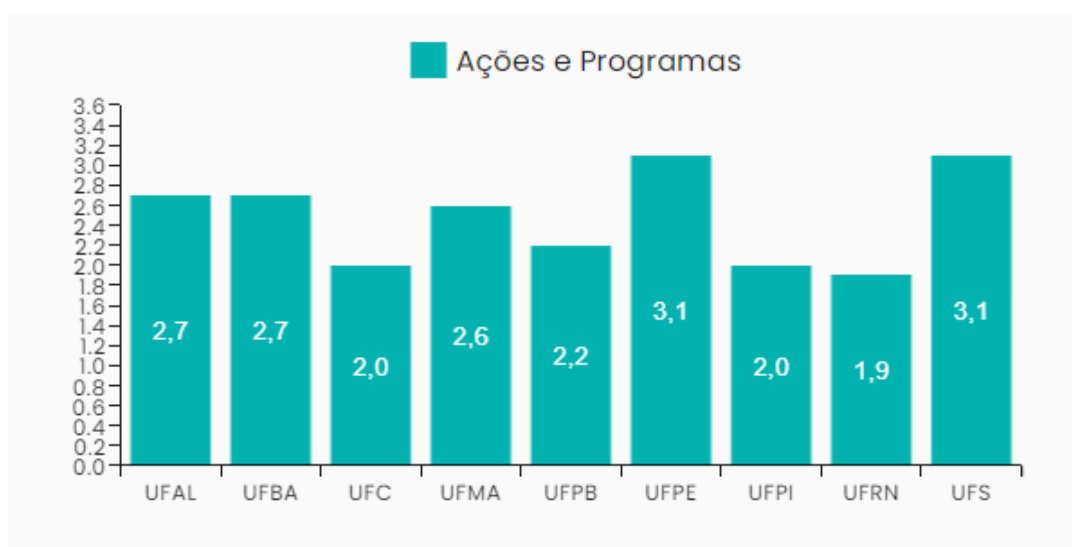
Diante do exposto, é notório que há a necessidade de uma revisão dos formatos em que as informações estão disponíveis para os usuários, bem como sejam incluídos e testados adequadamente os recursos de acessibilidade.

A segunda categoria avaliada foi Ações e Programas, na qual foram verificadas as informações referentes a Carta de Serviço ao Usuário, o Relatório de Gestão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A **Carta de Serviço ao Usuário** trata-se de um documento institucional que detalha os serviços oferecidos a sociedade, como também descreve a forma como usufruir deles, contatos dos responsáveis, prazos para o atendimento, dentre outras informações. O **Relatório de Gestão** é um documento no qual estão organizados os resultados obtidos pelas universidades em um ano, trazendo informações sobre ensino, pesquisa e extensão, transparência dos principais orçamentos, receitas e despesas, conjuntos de dados sobre docentes, discentes e técnicos, o alcance das metas e objetivos, etc. Para este campo, foi considerado o relatório de gestão do ano de 2023. Já o **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** é um documento no qual estão organizados os objetivos estratégicos delimitados pelas universidades a serem alcançados em um determinado recorte temporal, constando missão, estrutura organizacional, diretrizes pedagógicas

e atividades a serem desenvolvidas no âmbito da graduação, cursos técnicos e pós-graduação.

A partir dos resultados dessa segunda categoria, a UFPE e a UFS foram as universidades que tiveram um melhor resultado, com 3,1 pontos, já a UFRN obteve a menor pontuação, sendo 1,9 pontos e a UFC e UFPI obtiveram apenas 2,0 pontos conforme gráfico 3. Os critérios em que as universidades não alcançaram bons resultados também foram os mesmos da primeira categoria.

Gráfico 3 – Categoria Ações e Programas

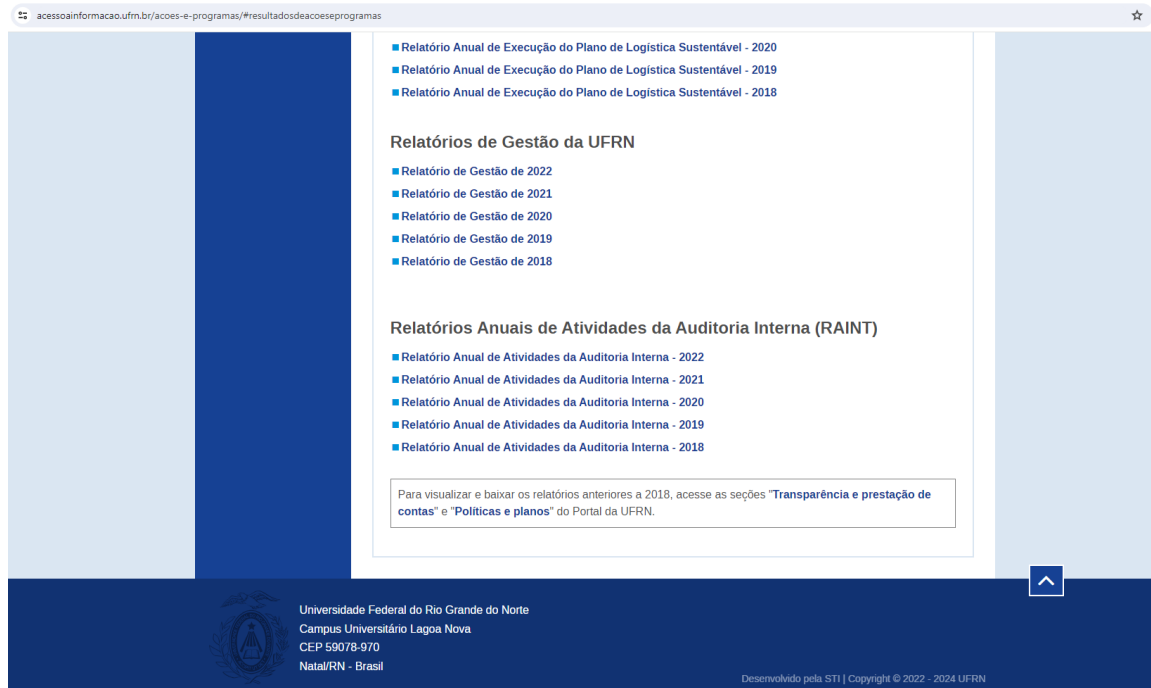


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Na UFPE e na UFS, merece destaque a Carta de Serviços ao Cidadão, a qual está disponível tanto no formato de texto quanto em PDF, facilitando assim o uso dos recursos de acessibilidade para as pessoas com deficiências. Além disso, as duas formas de disponibilizar a informação promove uma melhor reutilização delas pelo usuário. O que justifica as notas baixas da UFRN, UFC e UFPI foi a ausência do relatório de gestão de 2023, já que foram as únicas universidades da avaliação que ainda não o disponibilizou ou não foi encontrado na página.

Na seção de “Ações e Programas – Relatórios” da UFRN estão disponíveis os relatórios de gestão de 2018 a 2022 conforme figura 15.

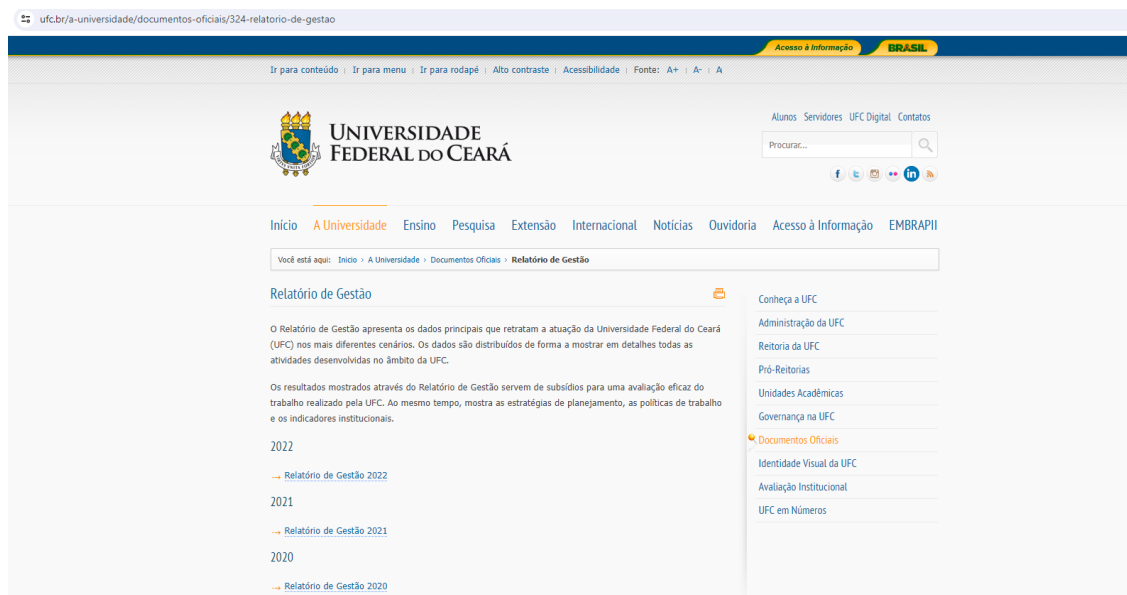
Figura 18 – Imagem da seção Ações e Programas da UFRN



Fonte: UFRN (2024).

Na busca pelo relatório de gestão da UFC, informava que a página estava em manutenção. O mesmo erro perdurou nos meses de março a maio de 2024, ficando disponível seu acesso em 25 de maio de 2024, porém, não estava listado o relatório de 2023.

Figura 19 – Imagem da seção de relatório de gestão da UFC



Fonte: UFC (2024).

Já na UFPI, na seção “Relatórios de Gestão” não foi encontrado nenhum relatório dos períodos anteriores, impossibilitando ao usuário o acesso às informações dos principais resultados obtidos pela universidade ao longo dos exercícios financeiros.

Figura 20 – Imagem de Relatórios de Gestão da UFPI

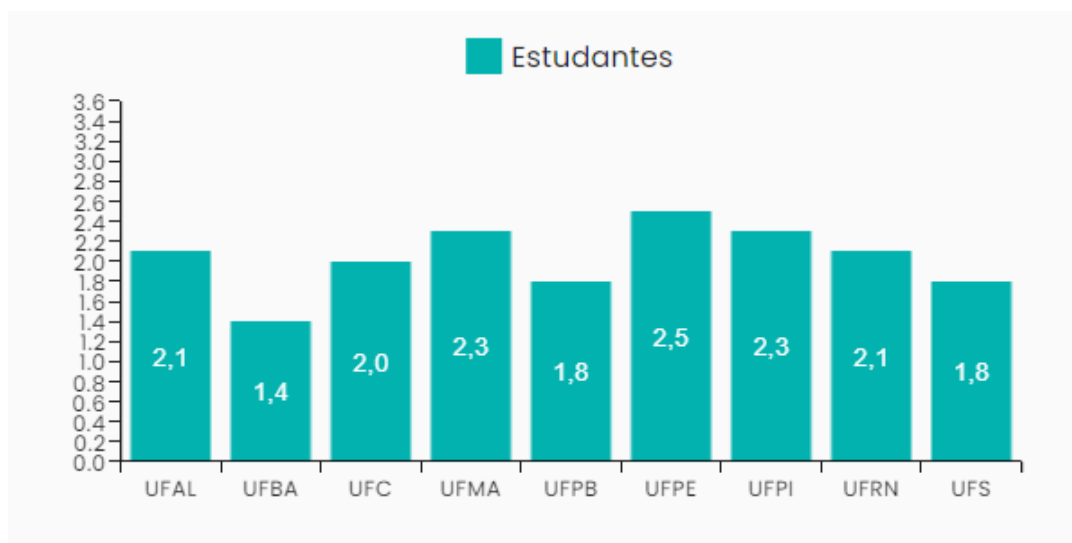


Fonte: UFPI (2024).

A terceira categoria avaliada foi Estudantes, na qual foram analisadas as informações referentes aos **Cursos de Graduação e Pós-Graduação ofertados**, **Quantidade de alunos de graduação e pós-graduação** e **Auxílio financeiro**. Nesta categoria, o objetivo principal foi verificar se as universidades tem gerenciado essas informações para a sociedade, uma vez que as principais dúvidas existentes pelos interessados giram em torno dos cursos e locais em que são ofertados e os tipos de auxílios financeiros que a instituição pode proporcionar aos interessados.

Nesta categoria, a UFPE e a UFPI tiveram as maiores notas, com 2,5 pontos para a primeira e 2,3 pontos para a segunda. Já a UFBA obteve 1,4 pontos, seguida da UFPB e UFS com 1,8 pontos cada, sendo as três menores notas conforme gráfico 4.

Gráfico 4 – Estudantes



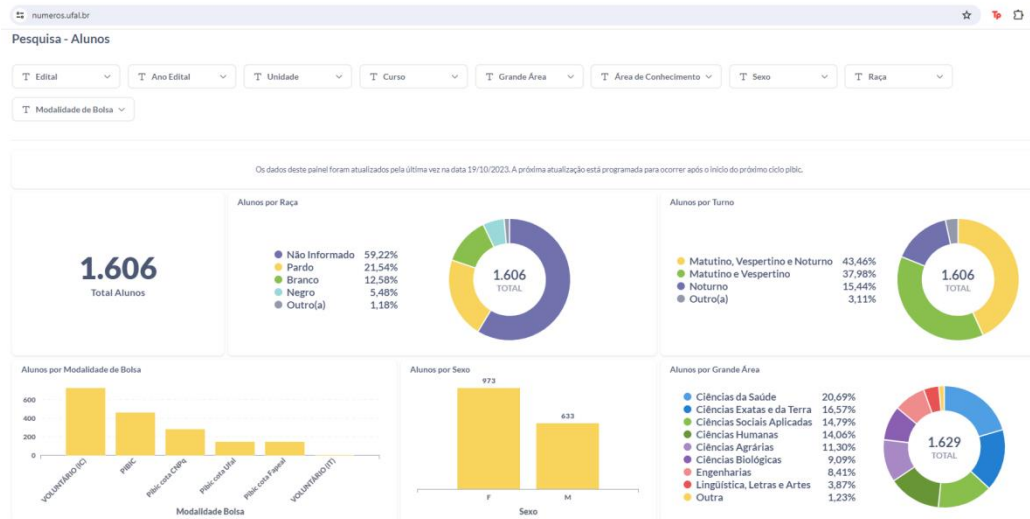
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os critérios de qualidade menos alcançados nesta categoria foram a ausência de atualização e responsável pela informação, recursos de acessibilidade, formatos para reutilização, abrangência e clareza principalmente sobre os cursos que são ofertados e sobre a estruturação dos tipos de auxílios financeiros que são disponibilizados para os estudantes. Em alguns casos não foram encontradas informações sobre os auxílios, como observado na UFBA; quantidade de alunos da graduação e pós-graduação como na UFPB; ou ausência de informações sobre os cursos de graduação e pós-graduação, em algumas universidades tinham apenas as informações da graduação ou apenas da pós-graduação como a UFS e UFMA.

Na maioria das universidades foram encontrados links da “Universidade em Números”, no qual são organizados em planilhas e gráficos do PowerBI os principais dados sobre quantitativo de alunos de graduação e pós-graduação por cursos e áreas, número de egressos, quantitativo de evasão por cursos, número de professores por campi, cursos, dentre outras informações. Em algumas universidades estão informações dos quantitativos apenas dos alunos de graduação, como na UFAL, e dos dois, como na UFPE, embora nesta os dados desta última sejam do ano de 2022.

Na UFAL, por exemplo, o usuário pode filtrar as seguintes informações do “Ufal em números” dos alunos da graduação: ano, unidade, curso, gênero, áreas do conhecimento, sexo, raça e modalidades de bolsas.

Figura 21 – Imagem do UFAL em números



Fonte: UFAL (2024).

Já na UFPE, os dados trazidos no “Ufpe em números” foram descritos e detalhados os cursos ofertados, os tipos de assistência estudantil, extensão, integrantes da comunidade, rankings, convênios, pesquisas (artigos publicados), centros acadêmicos e orçamentos, sendo, portanto, o mais completo. Quanto à pós-graduação, são descritos os cursos de pós *latu sensu* e *stricto sensu*, bem como os números de ingressantes, matriculados, concluintes e desligados, de 2016 a 2022. A nível exemplificativo, ao pesquisar o número de concluintes de cursos *stricto sensu* de 2022 do Centro de Artes e Comunicação (CAC), foram obtidos os resultados:

Figura 22 - UFPE em números



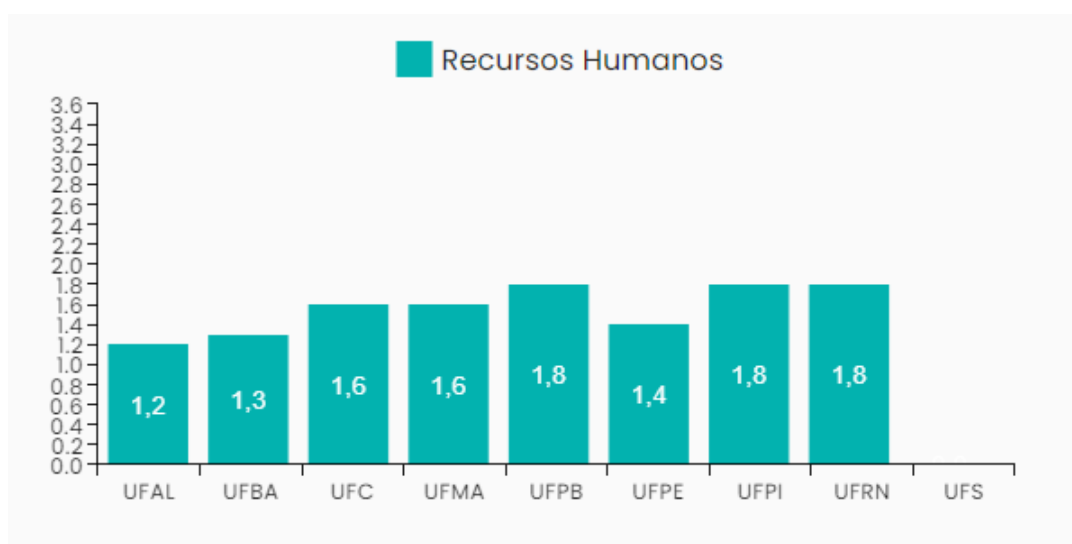
Fonte: UFPE (2024).

A disponibilidade e organização desses dados possibilita às universidades a tomar decisões importantes tais como: criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, criação de políticas que auxiliem na permanência dos alunos na universidade para minimizar a evasão, solicitação de novos recursos para fomentar a pesquisa, o ensino e a extensão, dentre outras possibilidades.

Na quarta categoria, Recursos Humanos, foram analisadas as informações referentes ao **Quantitativo de professores efetivos**, **Quantitativo de professores estrangeiros** e **Quantitativo de pessoal de apoio administrativo**. Normalmente essas informações são encontradas em “Acesso à informação – Servidores” nos sites das universidades.

Os resultados desta categoria foram em sua maioria baixos, conforme depreende do gráfico 5, pois em todas as universidades não foram encontradas informações referentes a professores estrangeiros, por exemplo, ou as informações sobre professores e técnicos efetivos não estavam organizadas corretamente ou completas, ferindo principalmente os critérios de qualidade Abrangência e Clareza. Os melhores resultados foram 1,8 pontos para a UFPB, UFPI e UFRN, já a menor pontuação foi a da UFS, uma vez que o único link de acesso a essas informações leva o usuário ao Portal de Transparência da União, porém, não havia a informação filtrada.

Gráfico 5 – Recursos Humanos



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Na UFPB, as informações sobre os servidores da instituição estão disponíveis no Portal de Transparência da União, contudo, diferente da UFS, ao clicar no link, o usuário tem acesso as informações filtradas, podendo inclusive pesquisar pelos tipos de vínculos, lotação, situação (ativo, inativo ou pensionistas).

Figura 23 – informações sobre servidores da UFPB no Portal de Transparência

portal.datransparencia.gov.br/servidores/orgao?pagina=1&paginaAtual=1&offset=0&direcaoOrdenacao=asc&tipoVinculo=2%2C1%2C4%2C3&orgaosServidorExercicio=UR22200018380500%2C2UR26240000000001%2C2COR26240...

Portal da Transparência

Busque por órgão, cidade, CNPJ, servidor...

Sobre o Portal | Painéis | Consultas Detalhadas | Controle social | Rede de Transparência | Receba Notificações | Aprenda mais

VOCE ESTÁ AQUI: INICIO > SERVIDORES E PENSIONISTAS > CONSULTA DE SERVIDORES POR ÓRGÃO

Consulta de Servidores por Órgão | Portal da Transparência do Governo Federal

ORIGEM DOS DADOS

FILTRO

OCULTAR FILTROS DE CONSULTA

FILTROS APLICADOS:

Tipo de Vínculo: Cargo | Função | Militares | Outros

Órgão / Entidade / Unidade Organizacional de Exercício (SIAPE): 26240 - Universidade Federal da Paraíba

22200018380500 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA (UORG) | 26240000000001 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA (UORG)

LIMPAR

Dados atualizados até: 02/2024 (Banco Central do Brasil (BACEN) - Servidores), 03/2024 (Comandos Militares - Servidores), 04/2024 (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) - Servidores)

Tabela de dados

IMPRIMIR | BAIXAR | REMOVER/ADICIONAR COLUNAS | PAINEL DE SERVIDORES | VISUALIZAÇÃO GRÁFICA

DETALHAR	CARGO SUPERIOR LOTACÃO	CARGO LOTACÃO	VÍNCULO DE LOTACÃO (SIAPE)	CARGO EXERCÍCIO	VÍNCULO DE EXERCÍCIO (SIAPE)	ATIVOS	INATIVOS	PENSIONISTAS
Detalhar	MIN. DESENVOLV. IND. COMÉRCIO E SERVIÇOS	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	SUPERINTENDÊNCIA DE GOIAS	Universidade Federal da Paraíba	CT - DPTO DE ENGENHARIA MECANICA	1	0	0
Detalhar	MIN. DESENVOLV. IND. COMÉRCIO E SERVIÇOS	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Inválido	Universidade Federal da Paraíba	CT - DPTO DE ENGENHARIA MECANICA	1	0	0
Detalhar	MIN. DO DESENV. AGR. E AGROPEC. FAMILIAR	Companhia Nacional de Abastecimento	Inválido	Universidade Federal da Paraíba	ACE - DIVISAO PROTOCOLO EXPEDICAO DOCUM	1	0	0

Fonte: Informações da UFPB no Portal de Transparência da União (2024).

Embora as informações estejam disponibilizadas no referido portal, resta claro que estas não são abrangentes, pois sua organização não possibilita ao usuário enxergar completamente a informação em uma estrutura descritiva, interferindo assim na compreensão e interpretação. Além disso, ainda que haja um link para disponibilização da informação no portal de transparência nacional, é importante que as instituições disponibilizem na estrutura do seu próprio site para facilitar a sua encontrabilidade.

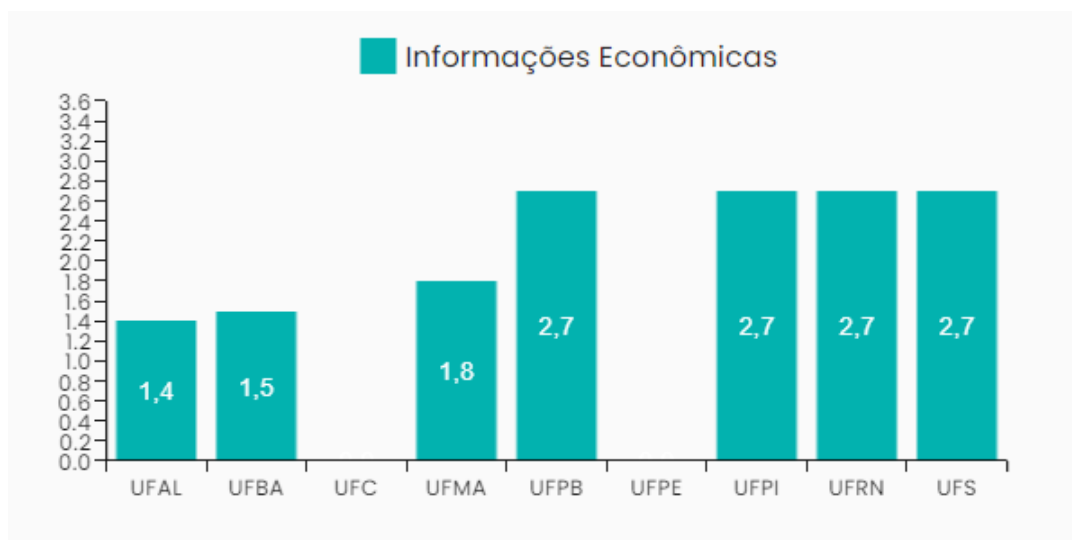
Na UFBA, no “Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos” estão discriminadas as informações sobre a situação de cada servidor (professor e técnico), escolaridade, data de ingresso na instituição, classe, unidade de exercício, dentre outras. Esses filtros de busca auxiliam o usuário a verificar as informações de forma mais precisa.

Sobre as informações relacionadas aos professores estrangeiros, não foi encontrada uma seção em nenhuma universidade para este fim. Em alguns relatórios, foi verificada a categoria “professor visitante”, porém, não especifica se trata de um professor estrangeiro ou professor de uma outra universidade brasileira que está realizando alguma atividade na universidade.

A última categoria analisada foi Informações Econômicas 2024, cujas subcategorias escolhidas foram **Diárias e Passagens**, **Receitas** e **Despesas**. As diárias e passagens são informações relacionadas a concessão de diárias e passagens, nacionais e internacionais nas universidades para os servidores e comunidade acadêmica. As receitas são consideradas todos os recursos obtidos para custear as despesas e investimentos nas universidades. Já as despesas são os gastos e investimentos com aquisições e contratações de obras, serviços e compras para a instituição.

Conforme avaliação e gráfico 6, as melhores notas nesta categoria foram da UFPB, UFPI, UFRN e UFS, todas com 2,7 pontos. A universidade que não obteve pontuação nessa categoria foi a UFPE e a UFC, ficando com 0 pontos.

Gráfico 6 – Informações Econômicas – 2024

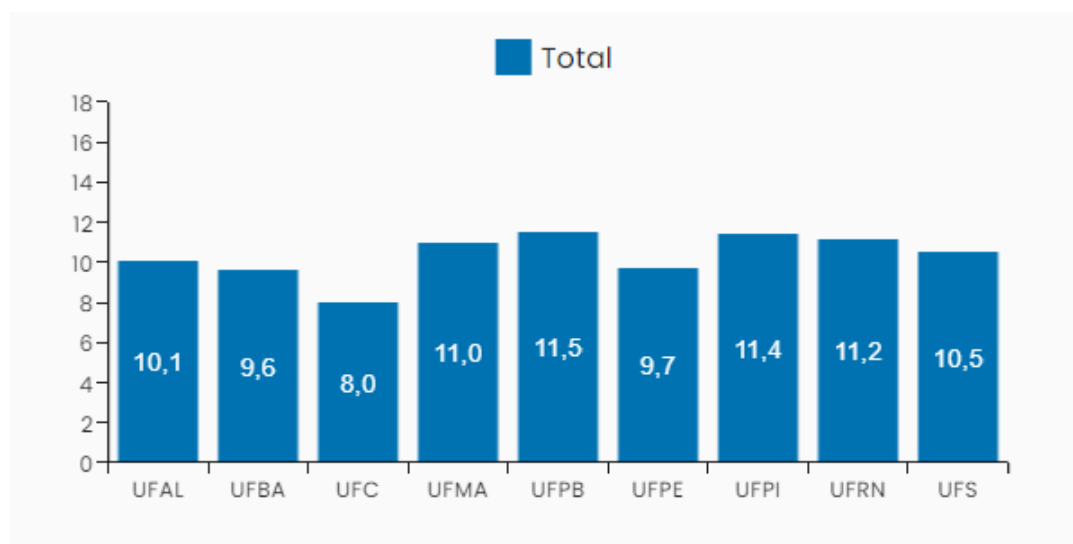


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nesta categoria, a maioria das universidades disponibilizam essas informações apenas no Portal de Transparência da União. Entretanto, como orientação dos tribunais de contas estaduais e da União descrevem, as informações devem constar no ambiente digital da própria instituição, e não apenas no portal da união. No caso

em específico da UFPE, o link disponibilizado leva o usuário para a página principal do Portal Federal e não para a guia de informações filtradas da instituição, inviabilizando assim a sua avaliação. Destarte, o resultado final da avaliação demonstrou que as melhores notas foram da UFPB, UFPI e UFRN, já as menores notas foram da UFC, UFBA e UFPE.

Gráfico 7 – Avaliação final das universidades



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os resultados apresentados demonstram que há uma série de mudanças que precisam ser realizadas nas organizações para que as informações disponibilizadas para a sociedade sejam efetivamente transparentes e com qualidade, uma vez que, nenhuma das universidades obteve o conceito ótimo. Já a UFC foi a única instituição que obteve o conceito razoável.

Dentre os critérios de qualidade que as universidades menos alcançaram foram o de atualidade, acessibilidade e reutilização. Logo, é preciso que as informações recebam minimamente o nome da pessoa ou setor responsável pela disponibilização e data de inclusão ou alteração; importante que os recursos de acessibilidade sejam inseridos nas páginas para que as pessoas com deficiências consigam acessar plenamente as informações de seu interesse; que as informações estejam disponíveis em formatos que possam ser reutilizados, pois, em sua maioria, os resultados das categorias estavam em PDF ou imagem, não sendo possível reutilizá-los facilmente.

4.3 PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O FORTALECIMENTO DA CULTURA DA TRANSPARÊNCIA INFORMACIONAL COM QUALIDADE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Como descreveu Ibáñez (2009), a cultura da transparência nas universidades permite que a sociedade tenha acesso às informações, uma vez que esta é coparticipante do processo de desenvolvimento de políticas públicas e melhorias da educação. Além disso, o autor destaca que, enquanto entidades geradoras de conhecimentos, as universidades precisam desenvolver mecanismos que possibilitem aos usuários ter informações acessíveis.

É incoerente pensar que os portais de transparência são ferramentas capazes de resolver o problema da transparência informacional nas entidades da administração pública brasileira por si só. Decerto, é preciso refletir criticamente a partir de outros ângulos para além da obrigação imposta pela legislação, o que inclui a participação social, a gestão organizacional e a qualidade da informação disponibilizada para os usuários como proposto por Wang e Strong (1996), Eppler e Wittig (2000), De Sordi (2015) e Pacios, Vianello e De La Mano (2020).

Considerando que a informação surge e se insere nos contextos de relações sociais, Gómez (2002, p. 4) a reconhece como um objeto cultural que impulsiona o sujeito a realizar uma ação informacional que “[...] antecipa e condiciona a concepção ou aceitação de algo como informação.” Essa ação de informação se desdobra em três dimensões: i) semântico-discursiva, respondendo às condições do que se deseja informar, se relacionando, também, ao contexto prático-discursivo, à semântica e ao conteúdo; ii) meta-informacional, estabelecendo regras sobre a forma de como a informação será interpretada, bem como o seu contexto; e iii) infraestrutural, deixando disponível o conteúdo da informação, ligado ao processo de inscrição, tratamento, armazenagem e transmissão. Nessa senda, compreende-se que não se trata da mera disponibilidade de dados em portais eletrônicos, é imperioso que se considere os potenciais usuários para que estes consigam acessar, compreender, interpretar e utilizar as informações para sanar suas necessidades.

Analisando os resultados das avaliações das universidades, verificou-se a ausência de um posicionamento crítico dos gestores e colaboradores responsáveis por inserir as informações nos sites digitais acessíveis aos usuários, havendo na verdade, em alguns tipos de informações administrativas, apenas uma

disponibilização de informações sem um tratamento e cuidado adequado, resultando assim em uma transparência opaca como esquematizado por Jardim (1999), pois por mais que a informação esteja disponível, não é possível observá-la nitidamente em razão da ausência de qualidade.

Dessa perspectiva, quando as informações não estão límpidas para o usuário, é certo que este terá dificuldades de fazer uso delas, ferindo assim o pacto democrático, bem como impossibilitando o indivíduo de realizar uma participação mais efetiva no controle das instituições (Rodrigues, 2014).

Lançando um olhar mais atencioso para os critérios de qualidade detalhados na ferramenta QI desta pesquisa, os resultados apontam para a necessidade de mudanças nas universidades para a consagração de uma transparência informacional com qualidade.

No tocante ao critério Abrangência, algumas universidades não disponibilizam a informação completamente e com detalhamento para os usuários, ou a insere em um documento com um conjunto de outros dados de difícil encontrabilidade, como ocorreu por exemplo na análise da UFS, UFMA, na subcategoria “Cursos de Graduação e Pós-graduação”. Apesar da página trazer uma descrição sobre quais são os cursos de graduação ofertados, não apresenta estruturalmente os cursos de pós-graduação. Como descreve De Sordi (2016), a abrangência da informação envolve a percepção do usuário final de reconhecê-la como suficiente para satisfazer a sua necessidade. Nesse sentido, se não há o detalhamento necessário da informação, o usuário não terá capacidade de utilizá-la para suprir sua carência.

Essa ausência de maior descrição da informação também interfere na interpretação e compreensão dos interessados, ferindo assim o critério da clareza. Sobre esse critério, além da ausência ou demasiada informação, a forma como elas é apresentada pode interferir na clareza, tais como o uso exagerado de emojis, sinais, símbolos e abreviações. Nos estudos de Ferreira (2021), quando o autor avaliou redes sociais digitais como canais de transparência, percebeu que o uso desses elementos trazia desconforto para pessoas cegas ou com baixa visão que utilizam leitor de tela, pois esse recurso de acessibilidade lê todos os elementos presentes na informação, afetando diretamente a compreensão da mensagem. Desse modo, faz-se necessário que os responsáveis por inserir as informações utilizem linguagem acessível para auxiliar na compreensão dos usuários conforme proposto por Araújo e Marques (2019).

Um outro problema comum verificado nas universidades que ferem a Abrangência e a Clareza na categoria informações econômicas foi a presença de links de acesso ao Portal de Transparência da União, no qual são apresentados apenas dados sem o tratamento adequado. É certo que as universidades federais têm a obrigatoriedade de disponibilizar as informações sobre receitas, despesas e orçamentos no referido portal, todavia, isso não isenta a apresentação delas nos seus respectivos sítios eletrônicos.

Sobre o critério Atualidade, De Sordi (2016) ressalta que com o tempo, as informações tendem a se desatualizar e a perder sua conexão com a realidade que retratam. No contexto da transparência Platt Neto, *et al.* (2007) foi categórico ao afirmar que os ambientes digitais das entidades públicas precisam ser atualizados. Porém, o que mais foi verificado nas análises foi a ausência de comprovação das atualizações e os responsáveis por elas. Na maioria dos casos observou-se que as informações ou não estavam com data de alteração/inclusão ou sem o nome dos responsáveis. Essa prática impossibilita ao usuário buscar o responsável para solicitar mais esclarecimentos ou apresentar possíveis erros, por exemplo.

Em relação ao critério Acessível, as universidades, de uma forma geral, mantiveram os links em locais de fácil encontrabilidade. Contudo, a facilidade em encontrá-los depende também de algumas habilidades do usuário, como aptidão em utilizar os recursos tecnológicos. Por essa razão, a ideia é que a construção dos ambientes digitais seja realizada seguindo as diretrizes nacionais e internacionais, como o W3C e WCAG, permitindo assim uma navegação intuitiva e rápida.

No quesito Acessibilidade, foi notório perceber que as universidades avançam em passos lentos, com poucos recursos de acessibilidade para as pessoas com deficiência, e quando dispõe deles, o formato de algumas informações não é compatível para o seu uso, impossibilitando o usuário a ter o acesso pleno as informações conforme vasta legislação nacional que trata desse direito fundamental. Logo, a mera disposição desses recursos não basta se os ambientes digitais tiverem elementos que dificultem ou impeçam o acesso à informação para usuários com limitações visuais, auditivas, motoras, cognitivas ou múltipla, pois na perspectiva de Rocha, Alves e Duarte (2012), a disponibilização da tecnologia não assegura o acesso à informação. Como descrito por Ventura e Siebra (2015), a acessibilidade contribui para a inclusão social e para a compreensão de que todos os usuários possuem os mesmos direitos de ter acesso as informações públicas.

A Reutilização das informações foi um dos critérios com menor alcance pelas universidades, pois os formatos apresentados, em sua maioria, não permitiam ao usuário reutilizá-las em sua totalidade, como imagens e PDFs. Como pondera Pacios, López e García (2021), ainda que o PDF seja um dos formatos mais utilizados por entes públicos, sua edição dificulta a extração da informação, e para superar esse problema, a sugestão é que ele seja seguido de outras formas como XML, CSV, XLS, DOC, por exemplo.

Sobre esse critério de qualidade, Coelho (2015, p. 39) discorre que

O conteúdo que antes era estático pode agora ser dividido e reunido de formas diferentes, para corresponder aos interesses e necessidades de cada indivíduo ou de comunidades que colaboram em linha. Deste modo, a web 2.0 pode estimular o desenvolvimento de competências importantes ao nível da comunicação, da expressão pessoal, da recolha de informação, da socialização, da colaboração, da criatividade, da construção do conhecimento e da sua disseminação.

Embora os novos avanços tecnológicos permitam a disponibilização de informações em diversos formatos para atender as necessidades dos múltiplos públicos, notou-se que as universidades ainda não avançaram para a efetivação dessa reutilização.

Diante do exposto, é notória a importância da manutenção e revisão contínua dos critérios de qualidade da informação nas universidades federais brasileiras. Para que floresça um cenário transparente com qualidade, é preciso, minimamente, realizar treinamentos com os profissionais responsáveis em disponibilizar as informações nos sítios eletrônicos, remodelação na política de gestão informacional e investimento em recursos tecnológicos que permitam a criação de um ambiente acessível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imperioso destacar que mesmo que a democratização do Estado tenha surgido a partir da necessidade de manter a transparência para a sociedade sobre as suas ações, na prática, ainda há barreiras para a sua completa efetividade, as quais vão de aspectos técnicos, humanos e éticos, por exemplo. Dessa perspectiva, não devemos esquecer que o Estado e a administração pública mantêm sob sua custódia informações de interesse social nas diversas áreas (saúde, educação, segurança, etc.), e a publicidade destas impactam na credibilidade do serviço público.

A partir dos estudos sistematizados nesta pesquisa, a transparência administrativa possui várias funções voltadas para a promoção da responsabilidade dos gestores, participação social, redução da corrupção, entre outras possibilidades, o que contribui para eficiência e melhoria da gestão pública. Dessa forma, faz-se necessário, além de tornar as informações públicas, garantir a qualidade das informações disponibilizadas em seus canais de comunicação digitais.

No Brasil, existem instrumentos legais criados para orientar os órgãos a realizarem essa transparência informacional de forma eficiente. O principal deles é a Lei de Acesso à Informação (LAI) que busca fortalecer a participação social na elaboração de políticas públicas, combater a corrupção, práticas ilícitas e abuso de poder, e também, garantir que o cidadão tenha acesso a informações de seu interesse, desde que não sejam sigilosas.

Além das leis, existem metodologias que buscam analisar se os órgãos estão aplicando os preceitos da LAI em suas estruturas. A CGU, por exemplo, apresenta um relatório interessante acerca da transparência informacional dos municípios brasileiros, denominado de Avaliação 360°. Apesar de trazer um panorama da situação dos municípios, essa metodologia não busca analisar a qualidade dos dados e informações disponibilizados para a sociedade, sendo, portanto, uma avaliação parcial da transparência.

Para construir um portal de transparência, faz-se necessário inserir o máximo de elementos que possibilitem o acesso a todo cidadão. Nessa perspectiva, o Departamento de Governo Eletrônico desenvolveu o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG) que define que os entes públicos precisam seguir os padrões internacionais de acessibilidade com qualidade em qualquer dispositivo.

Mesmo com esse arcabouço de legislações e técnicas úteis para o desenvolvimento de portais de transparência eficientes, na prática, ainda prevalecem inúmeros problemas relacionados à qualidade informacional, como a ocultação de informações, dados desatualizados, informações incompletas, dentre outros, os quais são objeto de estudos das diversas áreas do conhecimento, em especial, da Ciência da Informação.

Diante desse contexto, o objetivo geral desta pesquisa foi desenvolver uma metodologia para avaliar a qualidade das informações administrativas veiculadas nos portais de transparência ativa das universidades federais brasileiras. Para dar conta do objetivo geral foram elencados os objetivos específicos. O primeiro, “identificar, a partir da LAI, quais parâmetros são utilizados para a avaliação da transparência ativa dos portais eletrônicos das universidades federais”. Apesar da referida lei não trazer um tópico exclusivo sobre como as instituições públicas devem disponibilizar informações com a qualidade em seus portais e sítios oficiais, apresenta alguns conceitos importantes sobre transparência ativa e passiva, definições de informação sigilosa, dados e procedimentos de tratamento e disponibilidade informacional que precisa ser franqueada forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, sendo, portanto, um avanço no campo jurídico e social.

Para alcançar o segundo objetivo “Desenvolver parâmetros para a avaliação da qualidade das informações administrativas veiculadas nos portais de transparência ativa das universidades federais brasileiras”, foi preciso fazer uma vasta busca na literatura para compreender as múltiplas maneiras de se referenciar a qualidade informacional, em especial, nas produções nacionais e internacionais da CI. Esse esforço proporcionou diagnosticar que a qualidade informacional é subjetiva e com múltiplos critérios definidores, como precisão, objetividade, credibilidade, confiabilidade, interpretabilidade, facilidade de compreensão, representação concisa, consistência representacional, acessibilidade e segurança de acesso. Esse procedimento foi necessário para a formulação dos critérios da metodologia desenvolvida.

Já o terceiro objetivo proposto foi “verificar se a qualidade da informação e os parâmetros definidos na LAI se evidenciam nos portais de transparência ativa das universidades”. A partir dos resultados, observou-se que as universidades federais brasileiras, por serem instituições públicas da estrutura federal, essas também possuem a responsabilidade de garantir a transparência informacional de

todas as suas ações mediante seus portais de transparência. Para auxiliar essas instituições, a CGU, em 2019, criou um Guia de publicação ativa nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, no qual, estabelece a criação de um *menu*, denominado de “Acesso à Informação”, em seus *websites* oficiais, organizado com várias categorias de informação disponíveis com riqueza de detalhes. Porém, no processo de avaliação dos sites oficiais das universidades, ainda que existissem os campos conforme orientação da CGU, as informações ou estavam presentes desestruturadas e com baixa qualidade informacional ou não estava impossibilitando o usuário em acessá-las.

Conforme observado na literatura, definir qualidade informacional é uma tarefa complexa, em virtude de sua alta subjetividade. Entretanto, alguns critérios de qualidade podem ser observáveis e mensuráveis por parte dos gestores para proporcionar aos usuários informações que supram as suas necessidades de forma efetiva conforme percebeu-se nas avaliações das universidades mexicanas e espanholas. Nas produções científicas, principalmente no domínio da Ciência da Informação, há critérios ou dimensões de qualidade que as organizações podem priorizar para promover uma excelente transparência, tais como Abrangência, Atualidade, Acessível, Acessibilidade, clareza e Reutilização.

Cada um desses critérios possui uma finalidade específica, e que juntos, potencializam a disseminação transparente de informações com qualidade para a sociedade. A partir deles, foi elaborada uma ferramenta denominada QI – Qualidade Informacional, capaz de auxiliar os gestores das universidades a avaliar as informações disponibilizadas em seus sítios eletrônicos. Considerando que as universidades produzem informações diversas para a sociedade, foram considerados alguns conjuntos delas, os quais foram separados em cinco grandes categorias: Institucional, Ações e Programas, Estudantes, Recursos Humanos, e Informações Econômicas – 2024.

Utilizando a metodologia desenvolvida para avaliar a qualidade informacional das universidades federais da região nordeste observou-se que esses órgãos possuem inúmeras fragilidades para que as suas informações possuam totalmente qualidade, cujos critérios que tiveram menor pontuação foram a atualidade, a acessibilidade, e a reutilização.

A criação de uma ferramenta para avaliar a qualidade informacional se faz necessária para que os gestores tenham uma visão mais ampla das categorias

informacionais, bem como saibam onde se encontram as principais fragilidades no uso e acesso da informação pelo usuário.

Alguns desafios enfrentados para a consolidação desta pesquisa se deram principalmente na esfera técnica, pois o autor não possui formação em ciência da computação ou outra área da tecnologia. Porém, após aprender o básico de lógica e conceitos de programação, estrutura de dados, funções e procedimentos, ferramentas de ambiente e desenvolvimento, a partir de cursos livres disponíveis na internet e auxílio direto com programadores experientes, os quais foram primordiais para a criação da ferramenta, foi possível desenvolver um ambiente digital com recursos de acessibilidade ausentes em muitas universidades (alto contraste, cores acessíveis, recurso de aumentar e diminuir o tamanho do texto e Vlibras) e com critérios de qualidade e de avaliação de fácil compreensão pelos usuários avaliadores, cujos resultados podem potencializar em melhorias contínuas na qualidade informacional.

Como sugestões para a adequação de uma ferramenta similar no âmbito dos portais das universidades federais, é necessário que sejam realizados testes com os usuários internos (colaboradores) e externos (sociedade) para a inclusão e melhoria contínua dos recursos de acessibilidade; testes automatizados para detectar possíveis inconformidades da ferramenta com as normas e diretrizes descritas na legislação nacional e internacional sobre acessibilidade; refinamento na descrição das categorias de análise de outros tipos de documentos e informações; disponibilização de vídeos sobre como funciona a ferramenta e cada critério de qualidade; determinação de outros dados dos avaliadores para gerar novos conhecimentos sobre o público que estiver analisando a qualidade da informação; melhoria da área do administrador com outros tipos de formatos e recursos tecnológicos para este fim como o Power BI; treinamento com os colaboradores para que estes compreendam a importância da disponibilização de informações em ambientes digitais com qualidade, bem como desenvolvam competências para elaborar os documentos institucionais com informações com qualidade.

Desse modo, o produto desta pesquisa possibilitará que novos conhecimentos relacionados aos processos de gestão e organização informacional, transparência e qualidade sejam elaborados. Além disso, outras pesquisas podem surgir no sentido de descrever outros critérios de qualidade e reformulação de parâmetros de avaliação para que as universidades federais possam melhorar a transparência da informação no nível internacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. **O que é ciência da informação?** Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARAÚJO, L. P. M.; MARQUES, R. M. Uma análise da transparência ativa nos sites ministeriais do Poder Executivo Federal brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, 2019. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/9236>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BATISTA, C. L. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. **TransInformação**, Campinas, 22(3):225-231, set./dez., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/3z97zWGknVLKYgjbWf7ZmYP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2022.

BELKIN, N. J. Information concepts for information science. **Journal of Documentation**, 1978. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/belkin-information-concepts-for-information-science-pdf-free.html>. Acesso em: 06 dez. 2022.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 22 de setembro de 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da fazenda. **Relatório foco em custos 2022**. Publicado em 2023. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:47106. Acesso em: 29 dez. 2023.

BRASIL. Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101964>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Guia de Transparência Ativa (GTA) para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal**. 6ª ed. 2019. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/46643/1/gta_6_versao_2019.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Escala brasil transparente 360°**. 2ª edição, Brasília, 2021. Disponível em: <https://mbt.cgu.gov.br/publico/portal/metodologia360edicao2/66>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Checklist de Acessibilidade Manual para o Desenvolvedor eMAG** – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/emag-checklist-acessibilidade-desenvolvedores.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Departamento de governo eletrônico. **eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Versão 3.1. abr. 2014. Disponível em: <http://emag.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em: 06 maio 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.582, de 30 de junho de 2002**. Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet. 2005. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/64750/3/Decreto_%20n_5482_30_06_2005.pdf. Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010**. Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.540, de 05 de novembro de 2020**. Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10540.htm#art19. Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9755.htm. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §

3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.** Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 21 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** e institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).— Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.** Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. 2021. Disponível em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.** Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.** Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 2016. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp156.htm#art27. Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ISO nº 9000/2005**. Sistemas de gestão da qualidade - fundamentos e vocabulário. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Relatório de atividades do brasil**. Comissão Nacional. 1981. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BRASILEIRO, E. T. **Quarta revolução industrial e direito do trabalho**. São Paulo, SP : Almedina, 2022.

BRITTO, E. **Qualidade total**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

BUTA, B. O.; TEIXEIRA, M. A. C.; SCHURGELIES, V. Accountability nos atos da administração pública federal brasileira. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 14, n. 4, out/dez, 2018. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/accountability_nos_atos_da_administracao_publica_federal_brasileira.pdf. Acesso em: 06 dez. 2022.

CALAZANS, A. T. S. **Construção de um modelo para avaliar a qualidade da informação estratégica**. 2008. (tese). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, UnB, Brasília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3648/1/2008_AngelicaToffanoSeidelCalazans.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

CALAZANS, A. T. S. Qualidade da informação: conceitos e aplicações. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 20, n. 1, p. 29-45, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/hfvRLR68SKzJrtDQ3DqGKLw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 30-50, fev./abr. 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049/8182>. Acesso em: 12 dez. 2022.

CANOTILHO, J. J. G.; MOREIRA, V. **Constituição da república portuguesa anotada**. 3 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1993

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo

Horizonte. **Anais...**Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 08 dez. 2022.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 12, n. 1, jan/abr. 2007.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. *In*: **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVANNA, J. M.; GUEVARA, A. L. L. **Examen de transparencia 2021**: Informe de transparencia voluntaria en la web de las universidades españolas. Madrid: Fundación Haz. Noviembre, 2022.

CITROEN, C. L. The role of information in strategic decision-making. **International Journal of Information Management**, v. 31, n. 6, p. 493-501, 2011.

COELHO, H. S. Direitos autorais na web 2.0: desafios e oportunidades para as bibliotecas. **Ciencias de la Información** (Cuba), v. 46, n., 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUMP, N. Managing professional integration in an acute hospital: a socio-political analysis. **The International Journal of Public Sector Management**, United Kingdom, v. 15, n. 2, p. 107-17, 2002.

DANTAS, M. **A lógica do capital informação: monopólio e monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DATHEIN, R. **Inovação e Revoluções Industriais: uma apresentação das mudanças tecnológicas determinantes nos séculos XVIII e XIX**. Publicações DECON Textos Didáticos 02/2003. DECON/UFRGS, Porto Alegre, Fevereiro 2003. Disponível em: <https://lume-re-demonstracao.ufrgs.br/artnoveau/docs/revolucao.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2022.

DEMO, P. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/885/920>. Acesso em: 10 out. 2022.

DE SORDI, J. O. **Administração da informação: fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DE SORDI, J. O.; MEIRELES, M.; SANCHES, C. Design science aplicada às pesquisas em administração: reflexões a partir do recente histórico de publicações internacionais. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 8, n. 1, p.

.10-36 , jan./mar, 2011. Disponível em: <https://redalyc.org/pdf/973/97318493002.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2023.

DE SORDI, J.O. et al. . Design science research in practice: what can we learn from an analysis of published artifacts?. **Informing Science**: the international journal of an emerging transdiscipline, v. 23, 2020. Disponível em: <http://www.inform.nu/Articles/Vol23/ISJv23p001-023DeSordi6067.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Índice de transparência ativa 2019**. Controladoria-geral do Distrito Federal, 2019. Disponível em: <https://www.cg.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/RELAT%C3%93RIO-2019-iTA.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.

ENGLISH, L.P. **Improving data warehouse and business information quality**. New York: Wiley & Sons, 1999.

EPPLER, M. J.; WITTIG, D. Conceptualizing information quality: A review of information quality frameworks from the last ten years. 2000 *In: Proceedings...* Conference on Information Quality - ICIQ, p. 83–96, M.I.T. Information Quality Program. Massachusetts Institute of Technology, U.S.A., 2000.

FARIA, G. N. **Teoria jurídica da informação**. 2010. Tese (doutorado). Programa de Doutorado em Direito da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_FariaGNA_1r.pdf. Acesso em: 06 dez. 2022.

FERGUSON, B.; LIM, J. N. W. Incentives and clinical governance: money following quality? **Journal of Management in Medicine**, United Kingdom, v. 15, p. 453-487, 2001.

FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. Enfoques objetivo y subjetivo del concepto de información. **Revista Española de Documentación Científica**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 320–331, 1994. Disponível em: <https://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/1079>. Acesso em: 8 dez. 2022.

FERREIRA, J. R. S. **Transparência ativa da informação mediada por redes sociais eletrônicas**: parâmetros de qualidade de uso nos Ministérios Públicos Estaduais brasileiros. 2021 dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/9239>. Acesso em: 04 ago. 2023.

FERREIRA, R. S. A sociedade da informação no brasil:um ensaio sobre os desafios do estado. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 1, 2003. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21733>. Acesso em: 21 nov. 2022.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M.S.; MARTELETO, R.M.; LARA, M.G. (Orgs.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008.

FROHMANN, Bernd.Documentation redux: prolegomenon to (another) Philosophy of Information. **Library Trends**,Champaign, Ill.,v. 52, n. 3, p. 387-407, 2004.

GARCIA, E. pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica - uma discussão necessária. **Revista línguas & letras**, v. 17, n. 35, 2016. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/search/search?simpleQuery=garcia&searchField=query> . Acesso em: 21 jan. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GÓNZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, [Rio de Janeiro], v. 1, n. 6, dez.2000. Disponível em:<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/4591>. Acesso em: 10 nov. 2022.

GÓNZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013>. Acesso em: 05 dez. 2022.

GOUVEIA, L. M. B. **Sociedade da Informação** – Notas de contribuição para uma definição operacional, novembro de 2004. Disponível em: http://homepage.ufp.pt/lmbg/reserva/lbg_socinformacao04.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

GUERRA FORD, O. Autonomía con responsabilidad: la transparencia y el acceso a la información en las instituciones de educación superior en México. 2009. *In*: ALMAZÁN, D. R.; GUERRA FORD, O. (org.). **La transparencia en las universidades públicas de México**. México: Article 19, 2009.

HEALD, D. A. Varieties of transparency. *In*: **Transparency: the key to better governance?: proceedings of the british academy** 135. Oxford University Press, 2006. p. 25-43. Disponível em: <https://www.davidheald.com/publications/Healdvarieties.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2022.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRED, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. – 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770250/epubcfi/6/10/%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright%3D4/54/1:52\[tul%2Co..](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770250/epubcfi/6/10/%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright%3D4/54/1:52[tul%2Co..) Acesso em: 12 dez. 2022.

HEVNER, A. R.; MARCH, S. T.; PARK, J. Design science in Information Systems Research. **MIS Quarterly**, v.28, n.1, 2004, p.75-105. Disponível em: https://wise.vub.ac.be/sites/default/files/thesis_info/design_science.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

HOTT, D. F. M., RODRIGUES, G. M., OLIVEIRA, L. P. Acesso e acessibilidade em ambientes web para pessoas com deficiência: avanços e limites. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, 8.v. 12, n. 4, 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8318/5419>. Acesso em: 20 dez. 2022.

HUANG, K.-T.; LEE, Y. W.; WANG, R. Y. **Quality information and knowledge**. Prentice-Hall: New York, 1999.

IBÁÑEZ, E. A. transparencia y rendicion de cuentas en la benemérita universidad autónoma de Puebla. 2009. In: ALMAZÁN, D. R.; GUERRA FORD, O. (org.). **La transparencia en las universidades públicas de México**. México: Article 19, 2009.

INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. **Open Budget Survey 2017 Methodology**. 2017. Disponível em: <https://internationalbudget.org/open-budget-survey/methodology/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

JARDIM, J. M. **Transparência e opacidade do estado no brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999.

JARDIM, J. M. A face oculta do Leviatã: gestão da informação e transparência administrativa. **Revista do Serviço Público**, Brasília 59 (1): 81-92 Jan/Mar 2008. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/141/146>. Acesso em: 05 dez. 2022.

KAHN, Beverly K.; STRONG, D. M. Product and service performance model for information quality: An update. In: Conference on Information Quality (IQ, 3 1998), Cambridge, 1998. **Proceeding** Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 1998.

KIRCHNER, A.; KAUFMANN, H.; SCHMID, D. **Gestão da qualidade**: Segurança do trabalho e gestão ambiental. tradução da 2ª edição alemã Ingeborg Sell. --São Paulo: Edgard Blucher, 2008.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992

KULPA, C. C. **A contribuição de um modelo de cores na usabilidade das interfaces computacionais para usuários de baixa visão**. 2009. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17632/000721399.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 abr. 2024.

LACERDA, D. P. et al. Design Science Research: método de pesquisa para a engenharia de produção. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 20, n. 4, p. 741-761, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/3CZmL4JJxLmxCv6b3pnQ8pq/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEE, Y. W. et al. AIMQ: a methodology for information quality assessment. **Information & Management**, v. 40, p. 133-146, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. Disponível em: <https://mundonativodigital.files.wordpress.com/2016/03/cibercultura-pierre-levy.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

LIU, L.; CHI, L.N. Evolutional data quality: a theory specific view. In: **International conference on information quality**, 7., 2004, MIT. Proceedings. Cambridge: MIT, 2002.

LILLRANK, P. The quality of information. International. **Journal of Quality and Reliability Management**, v. 20, p. 691-703, 2003.

LIMA, P. R. S.; FERREIRA, J. R. S.; SOUZA, E. D. Direito ao esquecimento e desindexação da informação: ambivalências e desafios no ambiente digital. **Logeion: filosofia da informação**, v. 7, p. 28-48, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/147595>. Acesso em: 18 nov. 2022.

LIMA, P. R. S.; PRESSER, N. H. A Lei Geral de Proteção de Dados e os desafios para a gestão nas organizações brasileiras na era do Big Data. **P2P e Inovação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 109–120, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5918>. Acesso em: 25 jun. 2023.

LOBO, R. N. **Gestão da qualidade**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

LOZADA, G.; NUNES, K. S; **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Sagah, 2019.

LOZANO, A. R. P.; VIANELLO, M.; DE LA MANO, M. TransPa_BA, una herramienta para la mejora de la publicidad activa en bibliotecas y archivos. **Ibersid: revista de sistemas de información y documentación**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 55–76, 2020. DOI: 10.54886/ibersid.v14i2.4684. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/4684>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MARTINI, R. **Sociedade da informação**: para onde vamos. São Paulo: Trevisan Editora, 2017.
MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2016.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Tradução de Helena Vilar de Lemos. Brasília, Brinquet de lemos, 1999.

MIRANDA, A. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 78-88, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/890/925>. Acesso em: 10 out. 2022.

MONTEIRO, S. D. O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. **DataGramaZero**, Revista de Ciência da Informação. V.8, n.3, 2007. Disponível em: <http://tonysoftwares.com.br/2-perfil/5141-o-ciberespaco-o-termo-a-definicao-eo-conceito>. Acesso em: 27 out. 2022.

NAJJAR, Lotfollah. **The impact of information quality and ergonomics on service quality in the banking industry**. Degree of Doctor of Philosophy. *University of Nebraska – Lincoln*, 2002. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/dissertations/AAI3064565>. Acesso em: 7 jun. 2023.

NEUMAN, W. L. **Social research methods: qualitative and quantitative approaches**. Ed. Pearson, EUA, 2014. Disponível em: https://letrunghieutvu.yolasite.com/resources/w-lawrence-neuman-social-research-methods_-qualitative-and-quantitative-approaches-pearson-education-limited-2013.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

NOBRE, M. **A teoria crítica**. Zahar, São Paulo, 2004.

OLETO, R.R. Percepção da qualidade da informação. **Ciência da Informação**, v.35, n.1, p.57-62, 2006. Disponível em: <https://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1153>. Acesso em: 02 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Ano internacional das pessoas deficientes**. Vaticano, 1981.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Nova Iorque, 2007. Disponível em: https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_convencao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf. Acesso em: 11 dez. 2022.

PACIOS, A. R.; VIANELLO, M.; DE LA MANO, M. TransPa_BA: uma ferramenta para la mejora de la publicidad activa en bibliotecas y archivos. **Ibersid**, 2020.

PACIOS, A. R.; LÓPEZ, F. G.; GARCÍA, A. M. M. Evaluación de la transparencia en las Bibliotecas Públicas del Estado. **Métodos de Información**, v. 12, nº 22, p. 58-85, 2021. Disponível em: <https://e-archivo.uc3m.es/rest/api/core/bitstreams/3ff78e84-d5d6-4253-bbcb-dc814d0b2b97/content>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PALADINI, E. P. **Gestão e avaliação da qualidade**: uma abordagem estratégica. São Paulo: Atlas, 2019.

PLATT NETO, O. A. et al. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contab. Vista & Rev.**, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./ mar. 2007.

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F. da.; VIEIRA, A. L. Transparência das contas públicas: um enfoque no uso da internet como instrumento de publicidade na UFSC. **Revista contemporânea de contabilidade**, v.1, nº5, Jan./Jun., 2006, p. 135-146. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/1143/872>. Acesso em: 26 nov. 2022.

PINHO, J. A. G. Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, internet e democracia na realidade brasileira. **Revista de Administração de empresas**, v. 51, n. 1, p. 98-106, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/TQ3xtN8WBhBC8nBSBqd7smh/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PINHO, J. A. G. Accountability em Portais Estaduais e Municipais no Brasil: realidades distantes das promessas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, II, São Paulo, 2006. **Anais [...]** São Paulo: Anpad, 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENAPG213-TC.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PETTER, S.; DELONE, W.; MCLEAN, E. Information systems success: The quest for the independent variables. **Journal of Management Information Systems**, v. 29, n. 4; p. 7-62, 2013.

POPOVIČ, A.; HACKNEY, R.; COELHO, P. S.; JAKLIČ, J. Towards business intelligence systems success: Effects of maturity and culture on analytical decision making. **Decision Support Systems**, v. 54, n. 1, p. 729-739, 2012.

RESENDE, W. C.; NASSIF, M. N. Aplicação da lei de acesso à informação em portais de transparência governamentais brasileiros. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 20, n. 42, p. 1-16, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39056>. Acesso em: 13 maio 2023.

ROCHA, J. A. P.; ALVES, C. D.; DUARTE, A. B. S. E-acessibilidade e usuários da informação com deficiência. **Inclusão social**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 78-91, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1668>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RODRIGUES, J. G. Publicidade, transparência e abertura na administração pública. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 266, p. 89-123, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/32142/30937/60006>. Acesso em: 03 dez. 2022.

ROSA, T. C. **O acesso à informação**: estudo do caso das universidades federais brasileiras. 2021 tese (doutorado) Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Tradução e Documentação da Universidade de Salamanca, Espanha, 2021. Disponível em: <https://gredos.usal.es/handle/10366/149299>. Acesso em: 07 ago. 2023.

ROSSIN, Donald. An exploratory analysis of information quality in supply chains: Efficient and responsive models. **Journal of Global Business Issues**, v.1, n. 2, p. 151-158, 2007.

ROZA, R. H. Ciência da informação, tecnologia e sociedade. BIBLOS - **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 32, n. 2, p. 177-190, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114879>. Acesso em: 21 jun. 2022.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, P. L. V. A. da. C.; CARVALHO, A. M. G. de. Sociedade da informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.19, n.1, p. 45-55, jan./abr. 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4036247/mod_resource/content/2/Sociedade%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o_PI%C3%A1cidaAngela%20Grossi.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.

SANTOS, K. G. D.; CARVALHO, K. A. Acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas universitárias: estudo de caso no centro federal de educação tecnológica de minas gerais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 13 No 1, n. 1, p. 5-19, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/135960>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SÃO PAULO. Relatório sistematizado - ITA 2022: indicador da transparência ativa. São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/controladoria_geral/Relatorio_Final_ITA_Junho%202022_vf_publicacao_24_08_2022.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SEMIDÃO, R. A. M. **Dados, informação e conhecimento enquanto elementos de compreensão do universo conceitual da ciência da informação**: contribuições teóricas. 2014. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), 2011. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos->

[Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/semidao_ram_me_mar.pdf](#). Acesso em: 10 dez. 2022.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. 37.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

SIU, M. C. K. Accountability no Setor Público: uma reflexão sobre transparência governamental no combate à corrupção. **Revista do Tribunal de Contas da União**, 2011. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/197>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SOUZA, E. D. **A Ciência da Informação**: fundamentos epistêmico-discursivo do campo científico e do objeto de estudo. Maceió: Edufal, 2015. 222p.

SOUZA, E. D. **A Epistemologia Interdisciplinar na Ciência da Informação**: dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar. 2011. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-8P2JNH/1/epistemologia_interdisciplinar_edivanio.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

SOUZA, J. S. F.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. O poder da informação na sociedade da informação e nas organizações empresariais. **Cadernos BAD** (Portugual), n. 1, p. 125-138, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/61284>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SPENDER, J. Gerenciando sistemas de conhecimento. In: FLEURY, M.; OLIVEIRA, JR., M. (Orgs.). **Gestão estratégica do conhecimento**: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2001.

STRONG, D.M.; LEE, Y.W.; WANG, R.Y., 10 Potholes in the road to information quality. **IEEE Computer**, v. 18, n.162, 1997.

STVILIA, Besiki; GASSER, Les; TWIDALE, Michael; SMITH, Linda. A framework for information quality assessment. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 12, p. 1720-1733, 2007. <https://doi.org/10.1002/asi.20652>

TAKAHASHI, T. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília:Socinfo/MCT, 2000. Disponível em:<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cida>. Acesso em: 12 nov. 2022.

TORRES, Russell; SIDOROVA, Anna. Reconceptualizing information quality as effective use in the context of business intelligence and analytics. **International Journal of Information Management**, v. 49, p. 316-329, 2019.

VALENTE, N. T. Z.; FUJINO, A. Atributos e dimensões de qualidade da informação nas ciências contábeis e na ciência da informação: um estudo comparativo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 2, p. 141-167, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37630>. Acesso em: 24 jul. 2023.

VALENTIM, M. L. P.; ANÇANELLO, J. V. Análise de conceitos sobre valor da informação no âmbito da ciência da informação. **Convergência em Ciência da Informação**, v. 1 n. 1, n. 1, p. 26-46, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/135304>. Acesso em: 16 jan. 2023.

VEGA-ALMEIDA, R. L.; ARENCIBIA-JORGE, R. El lado oscuro de Internet: un estudio bibliométrico de la literatura sobre comportamientos adictivos en línea. **Rev. Esp. Doc. Cient.**, n.42, out./dez. 2019. Disponível em: <http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/1057/1740>. Acesso em: 20 out. 2022.

VENTURA, K. S.; SIEBRA, S. A. A lei de acesso à informação e a transparência ativa: o papel da e-acessibilidade. In: XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação, **Anais (...)** Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt5>. Acesso em: 20 dez. 2022.

VENTURA, K. S.; SIEBRA, S. A. E-acessibilidade na transparência ativa: a aplicação das tecnologias para implementação da lei de acesso à informação. **Informação & Tecnologia**, v. 2, n. 2, p. 71-87, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41806>. Acesso em: 20 dez. 2022.

VIANA, G. B. **Um Framework para Adaptação de Conteúdo e Navegação em Portais de Governo Eletrônico**. 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

VIANNA, W. B.; PINTO, A. L.; PINTO, A. L. Deficiência, acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: aspectos bibliométricos relevantes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 2, p. 125-151, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36189>. Acesso em: 12 dez. 2022.

WANG, R. Y.; STRONG, D. M. Beyond accuracy: What data quality means to data consumers. **Journal of Management Information Systems**, v. 12, n. 4, p. 5 – 33, 1996.

WATSON, Hugh J.; GOODHUE, Dale; WIXOM, Bárbara. The benefits of data warehousing: why some organizations realize exceptional payoffs. **Information & Management**, v. 39, p. 491-502, 2002.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/articlo/view/889/924>. Acesso em: 10 out. 2022.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM. **Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.1**. Recomendação W3C de 05 de Junho de 2018. Disponível em: <https://www.w3c.br/traducoes/wcag/wcag21-pt-BR/#conformance>. Acesso em: 10 dez. 2022.

WEB ACCESSIBILITY INITIATIVE. **Web Accessibility Evaluation Tools List**. 2020.
Disponível em: <https://www.w3.org/WAI/ER/tools/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO

Em observância à Lei nº. 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e outras normas aplicáveis sobre proteção de Dados Pessoais, manifesto-me de forma informada, livre, expressa e consciente, no sentido de autorizar a ferramenta QUALIDADE INFORMACIONAL a realizar o tratamento de meus Dados Pessoais para as finalidades e de acordo com as condições aqui estabelecidas.

Finalidades do tratamento

Os meus Dados Pessoais poderão ser utilizados pela ferramenta QI - QUALIDADE INFORMACIONAL para:

1. Elaborar estatísticas comparativas sobre a realidade da qualidade da informação das instituições públicas;
2. Fomentar, desenvolver e melhorar soluções para avaliar a qualidade informacional;
3. Realizar pesquisas com os usuários que responderam a ferramenta QI - QUALIDADE INFORMACIONAL.

Estou ciente que a QI - QUALIDADE INFORMACIONAL poderá tomar decisões automatizadas com base em meus Dados Pessoais, sendo garantido a mim o direito de solicitar a revisão dessas decisões.

Confidencialidade

Estou ciente do compromisso assumido pela equipe gestora da QI - QUALIDADE INFORMACIONAL de tratar os meus Dados Pessoais de forma sigilosa e confidencial, mantendo-os em ambiente seguro e não sendo utilizados para qualquer fim que não os descritos acima.

Revogação

Estou ciente que, a qualquer tempo, posso retirar o consentimento ora fornecido, hipótese em que as atividades desenvolvidas pela QI - QUALIDADE INFORMACIONAL alterar sua finalidade e prejudicar nossa relação. Declaro e concordo que os meus Dados Pessoais poderão ser armazenados, mesmo após o término do tratamento – inclusive após a revogação do consentimento desde que tornados anônimos.

Por fim, declaro ter lido e ter sido suficientemente informado sobre o conteúdo deste Termo e concordo com o tratamento dos meus Dados Pessoais aqui descrito de forma livre e esclarecida, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados e às demais normativas sobre proteção de Dados Pessoais aplicáveis.

APÊNDICE B

Especificação e Tratamento de Dados Pessoais

Para realizar o levantamento da situação das Universidades Federais Brasileiras quanto a qualidade das informações disponíveis em seus portais, a QI - QUALIDADE INFORMACIONAL realiza a coleta de dados pessoais por meio do cadastro na etapa de teste. Abaixo, apresentamos as informações pessoais coletadas e suas respectivas finalidades:

Nome: usamos esse dado para permitir a sua identificação em nossos canais de atendimento;

Universidade: usamos esse dado para compreendermos qual instituição está sendo avaliada pelo usuário;

Função: usamos esse dado para permitir verificar a qual público de você pertence;

Formação: utilizamos esse dado para conhecer o grau de escolaridade que você possui;

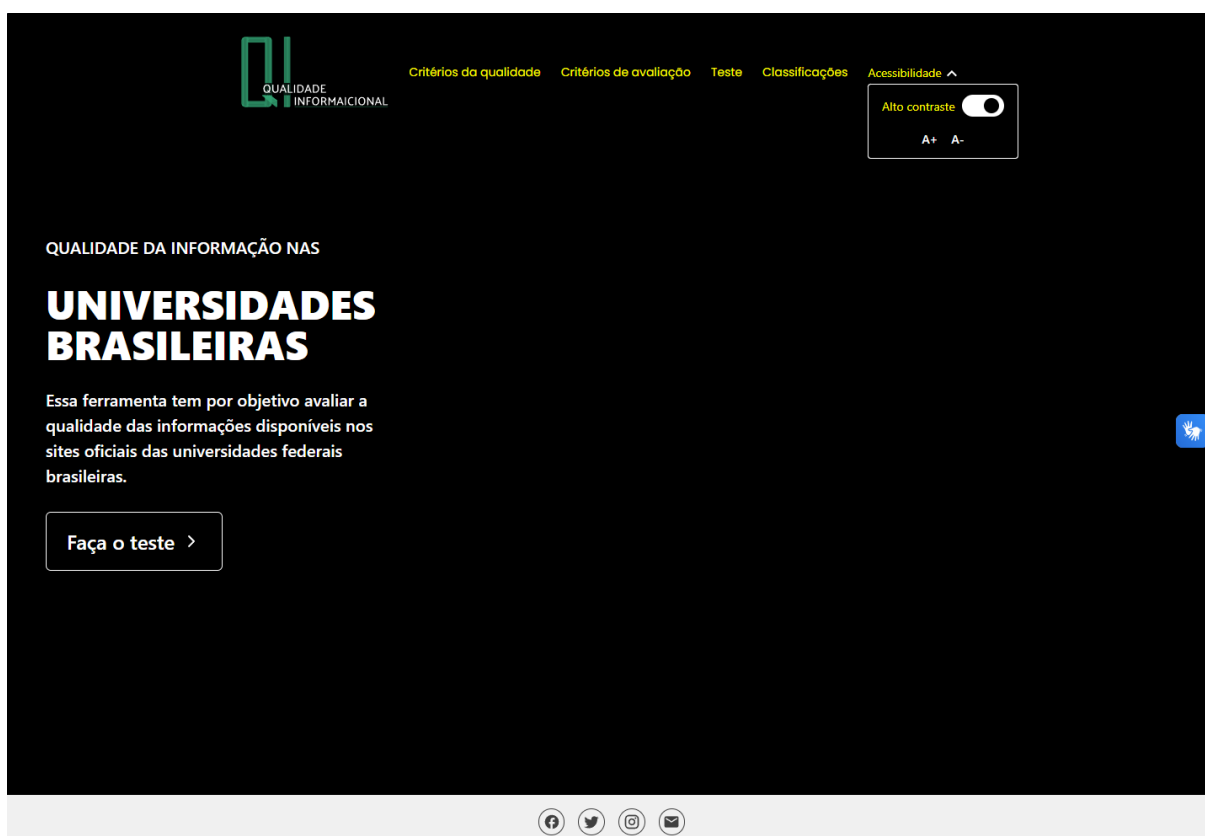
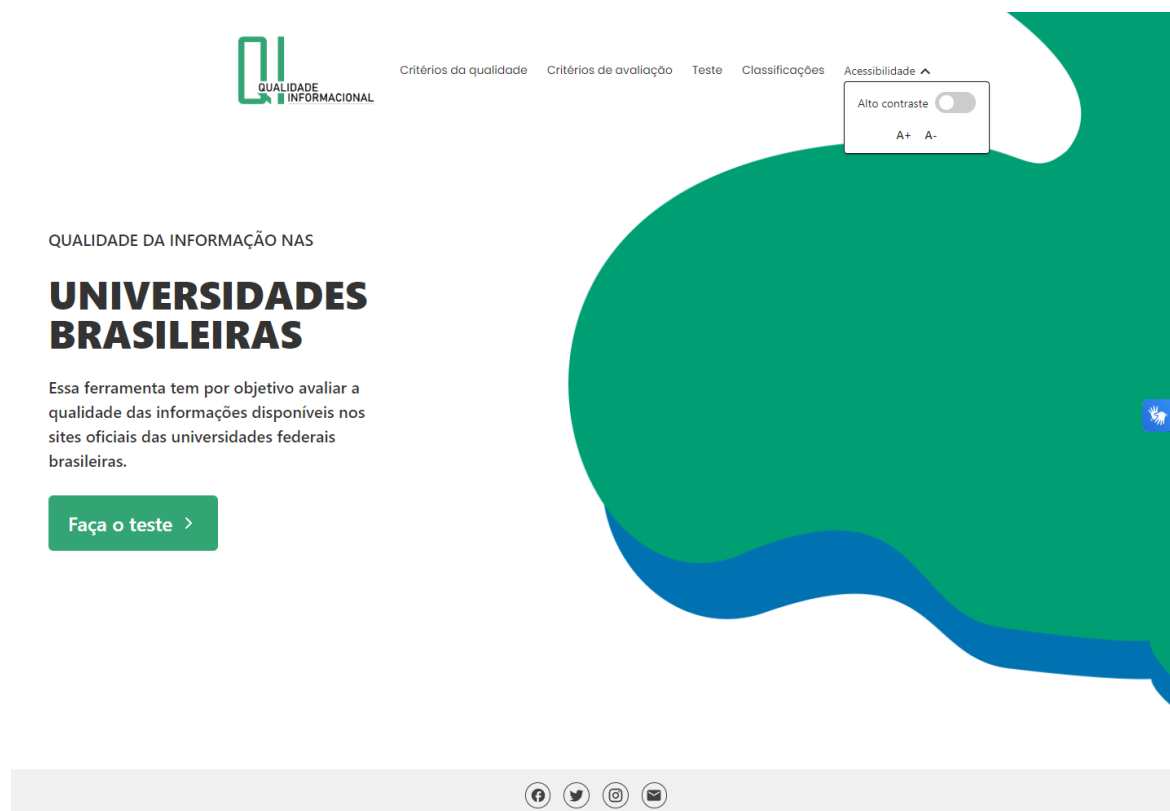
Sexo: O campo "sexo" permite entender melhor a composição demográfica dos respondentes

Idade: Compreender a distribuição etária dos respondentes ajuda a contextualizar os resultados, permitindo uma análise mais detalhada sobre como diferentes faixas etárias percebem a qualidade da informação

E-mail: usamos esse dado para realização de pesquisas de pesquisa de satisfação e envio de relatório final após a finalização da pesquisa.

APÊNDICE C

TELAS DA FERRAMENTA QUALIDADE INFORMACIONAL - DESKTOP



Critérios da qualidade

 **Abrangência**

 **Atualidade**

 **Acessível**

 **Acessibilidade**

 **Clareza**

 **Reutilização**

Abrangência

Refere-se à extensão da informação disponível. Nesse critério, verifica-se se a informação fornece uma visão completa do assunto/conteúdo ou apenas uma parte dele, para o público-alvo. Nessa perspectiva de abrangência, é função do gestor identificar a medida certa da informação. Em algumas situações, é necessário ter um volume menor de informação, em outros casos, maior. Para uma universidade, por exemplo, no campo "Identificação Institucional", o ideal é que haja menor quantidade de texto para que o usuário consiga identificar, de forma mais célere, dados como CNPJ, natureza jurídica, tipo de atividade, órgão ministerial vinculado, etc.

Em outros casos, é necessário um maior volume de informações para que o usuário tenha um conhecimento mais abrangente sobre o objeto analisado. Um relatório de gestão orçamentária universitário precisa trazer informações pormenorizadas afetas aos gastos com pessoal, despesas correntes e investimentos. Além disso, para que o cidadão consiga compreender como foi utilizado o capital público é necessário que o documento traga o valor que a instituição tem disponibilizado, por lei, para o referido período, o quanto os gastos têm impactado no total do orçamento, o que cada valor representa em relação aos períodos anteriores, dentre outros dados.

Desse modo, a abrangência dependerá do tipo de informação que será disponibilizada para o usuário. Este critério será considerado alcançado quando a informação apresentar uma visão ampla, completa e detalhada sobre o assunto, sem deixar de mencionar os pontos importantes.



Critérios da qualidade

 **Abrangência**

 **Atualidade**

 **Acessível**

 **Acessibilidade**

 **Clareza**

 **Reutilização**

Atualidade

A informação precisa está atualizada, com data, dia, mês e ano da atualização, bem como, com a identificação do profissional que a realizou. Esse critério é importante, pois considerando que por algum motivo a organização não possa prestar seus serviços (feriados, mudança de gestão e de servidores, manutenção, etc.), se o usuário não tiver acesso a essa informação atualizada, poderá ser prejudicado.

Além de prejudicar o usuário, pode também afetar a imagem institucional, por falta de credibilidade. Será considerada totalmente alcançada, quando no documento estiver a última data de modificação do documento, assim como o nome da pessoa responsável.



Critérios da qualidade

 Abrangência

 Atualidade

 **Acessível**

 Acessibilidade

 Clareza

 Reutilização

Acessível

Refere-se à facilidade com que a informação pode ser encontrada, recuperada e usada pelo usuário. Será considerada alcançada quando a informação puder ser obtida sem qualquer tipo de bloqueio (página não encontrada, não for possível abrir a informação, o texto estiver em outra língua, etc.).



Critérios da qualidade

 Abrangência

 Atualidade

 **Acessível**

 **Acessibilidade**

 Clareza

 Reutilização

Acessibilidade

Refere-se às práticas de desenvolvimento de websites que permitem que pessoas com deficiências possam acessar e utilizar o conteúdo disponível na internet. Será considerada alcançada na totalidade quando permitir, no mínimo, três formas de acessibilidade, podendo ser a língua de sinais, legenda em vídeo, descrição de imagens, etc.



Critérios da qualidade

🔍 Abrangência

📅 Atualidade

♿ Acessível

♿ Acessibilidade

📄 Clareza

⚙️ Reutilização

📄 Clareza

Relaciona-se aos elementos (texto, vídeo, áudio, imagem, etc.) que possibilitam ao sujeito entender a finalidade da informação. Ou seja, remete à facilidade de o cidadão entender a estrutura, a organização, a compreensão e a formatação dos dados ou informações.

Existem alguns problemas informacionais que inviabilizam uma boa interpretação do usuário, como, por exemplo, em matérias jornalísticas cujo título apresenta uma temática e seu conteúdo se trata de outra, totalmente, diferente, ou ainda, apresenta imagens que não se conectam com a discussão central. Esse tipo de problema pode fazer com que o usuário não tenha interesse pela informação, além de afetar a credibilidade institucional.

Além disso, é comum que alguns documentos possuam termos técnicos que impossibilitem a compreensão do usuário. Para superar esse problema, é necessário que a instituição disponibilize um breve glossário para que o usuário possa compreender plenamente a informação. Será considerada como alcançada quando os elementos, além dos textuais, estiverem bem-organizados e estruturados, com linguagem clara e contextualizada nos websites oficiais das universidades federais brasileiras.



Critérios da qualidade

🔍 Abrangência

📅 Atualidade

♿ Acessível

♿ Acessibilidade

📄 Clareza

⚙️ Reutilização

⚙️ Reutilização

Refere-se às múltiplas formas e formatos em que as informações são apresentadas para o usuário (Excel, Word, PDF, html, dentre outros). Diferentes formatos de disponibilização da informação possibilitam que o indivíduo possa reutilizá-la para os seus diversos fins. Documentos digitalizados, por exemplo, impedem que o usuário consiga copiar a informação para um outro formato de documento.



Processo de pontuação dos critérios de qualidade

Abrangência

Questionamentos

A informação está disponível?
A informação que o usuário precisa está completa?
Com riqueza de detalhes para que ele reconheça a sua utilidade?

Detalhamento da pontuação

0 - Quando o item analisado não constar informações;
0,1 - Quando a informação estiver presente, mas ausente detalhamento das informações;
0,2 - Quando a informação lida estiver completa, com detalhamento adequado a depender de como se apresenta nas categorias.

Atualidade

Questionamentos

A informação possui dados relacionados às últimas atualizações e, também, a identificação do responsável?

Detalhamento da pontuação

0 - Quando a informação não possuir data e responsável pela atualização ou a informação estiver desatualizada;
0,1 - Quando a informação possuir, apenas, data de atualização ou nome do responsável;
0,2 - Quando a informação possuir data de atualização e a identificação do responsável.

Acessível

Questionamentos

É fácil acessar a informação?
A página oferece uma boa navegabilidade?

Detalhamento da pontuação

0 - Quando a informação não puder ser acessada ou quando for acessada em mais de cinco cliques;
0,1 - Quando a informação puder ser plenamente acessada em até cinco cliques (pasta da informação ou a informação);
0,2 - Quando a informação puder ser acessada em até três cliques (pasta da informação ou a informação).

Acessibilidade

Questionamentos

A informação é acessível a pessoas com deficiência (PcD)?

Detalhamento da pontuação

0 - Quando não existir um ou nenhum elemento de acessibilidade;
0,1 - Quando existir pelo menos dois elementos de acessibilidade (aumentar e diminuir o tamanho da letra, leitor de libras, contraste, alternativa de áudio/vídeo descrição e contraste de cores do texto com o fundo para garantir boa legibilidade);
0,2 - Quando existir três ou mais elementos de acessibilidade.

Clareza

Questionamentos

A informação é apresentada de forma clara e de fácil entendimento pelo usuário?

Detalhamento da pontuação

0 - Quando a informação não possuir linguagem de fácil interpretação e compreensão;
0,1 - Quando a informação possuir clara compreensão, mas o texto/imagem/som não estiver bem estruturado;
0,2 - Quando a informação possuir uma estrutura de fácil interpretação e compreensão.

Reutilização

Questionamentos

A informação pode ser manipulada/reutilizada pelo usuário nos diversos formatos nos quais está disponibilizada?

Detalhamento da pontuação

0 - Quando a informação for inexistente;
0,1 - Quando a informação estiver em um formato (texto, pdf, word, excel, etc.);
0,2 - Quando a informação estiver disposta em dois ou mais formatos.



[Critérios da qualidade](#) [Critérios de avaliação](#) [Teste](#) [Classificações](#) [Acessibilidade](#) ▼



Bem-vindo, primeiro de tudo...

Você sempre poderá fazer uma nova avaliação

Universidade a ser avaliada*

Selecione... ▼

Estado*

Selecione... ▼

Qual sua função?*

Selecione... ▼

Nome*

E-mail*

Faixa etária*

Selecione... ▼

Grau de escolaridade*

Selecione... ▼

Sexo*

Selecione... ▼

☐ Aceito os [termos de uso](#)

Começar a avaliação





Institucional

Estatuto e Regimento Institucional ^

Abrangência ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Atualidade ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Acessível ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Acessibilidade ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Clareza ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Reutilização ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):



Departamentos ▾

Organograma ▾



Critérios da qualidade Critérios de avaliação Teste Classificações Acessibilidade ▾



Ações e programas

Carta de Serviços ao Usuário ^

Abrangência ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Atualidade ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Acessível ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Acessibilidade ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Clareza ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Reutilização ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Relatórios de Gestão ▾

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ▾

Voltar **Próximo**





Critérios da qualidade Critérios de avaliação Teste Classificações Acessibilidade ▾



Estudantes

Cursos de Graduação e Pós-Graduação Ofertados ^

Abrangência ⓘ ☆☆☆

Observação (opcional):

Atualidade ⓘ ☆☆☆

Observação (opcional):

Acessível ⓘ ☆☆☆

Observação (opcional):

Acessibilidade ⓘ ☆☆☆

Observação (opcional):

Clareza ⓘ ☆☆☆

Observação (opcional):

Reutilização ⓘ ☆☆☆

Observação (opcional):

Quantidade de Alunos de Graduação e Pós-Graduação ▾

Auxílio Financeiro ▾

Voltar

Próximo





Critérios da qualidade Critérios de avaliação Teste Classificações Acessibilidade ▾



Recursos humanos

Quantidade de Docentes Efetivos ^

Abrangência ⓘ ☆☆☆

Observação (opcional):

Atualidade ⓘ ☆☆☆

Observação (opcional):

Acessível ⓘ ☆☆☆

Observação (opcional):

Acessibilidade ⓘ ☆☆☆

Observação (opcional):

Clareza ⓘ ☆☆☆

Observação (opcional):

Reutilização ⓘ ☆☆☆

Observação (opcional):

Quantidade de Docentes Estrangeiros ▾

Quantitativo de Pessoal Apoio Administrativo ▾

Voltar

Próximo





Critérios da qualidade Critérios de avaliação Teste Classificações Acessibilidade ▾



Informações econômicas

Orçamento Anual ^

Abrangência ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Atualidade ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Acessível ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Acessibilidade ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Clareza ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Reutilização ⓘ☆☆☆

Observação (opcional):

Receitas ▾

Despesas ▾

Voltar Próximo





[Critérios da qualidade](#) [Critérios de avaliação](#) [Teste](#) [Classificações](#) [Acessibilidade](#) 

1

2

3

4

5

6

7

Resultado final > 0
Portal sem qualidade informacional

Institucional	0	Ações e Softwares	0	Estudantes	0
Recursos Humanos	0	Informações Econômicas	0		

 Informações da pontuação

Finalizar

Atenção: o resultado só será registrado ao finalizar





[Critérios da qualidade](#) [Critérios de avaliação](#) [Teste](#) [Classificações](#) [Acessibilidade](#) 

1

2

3

4

5

6

7

Resultado final > 0



Avaliação concluída com sucesso!

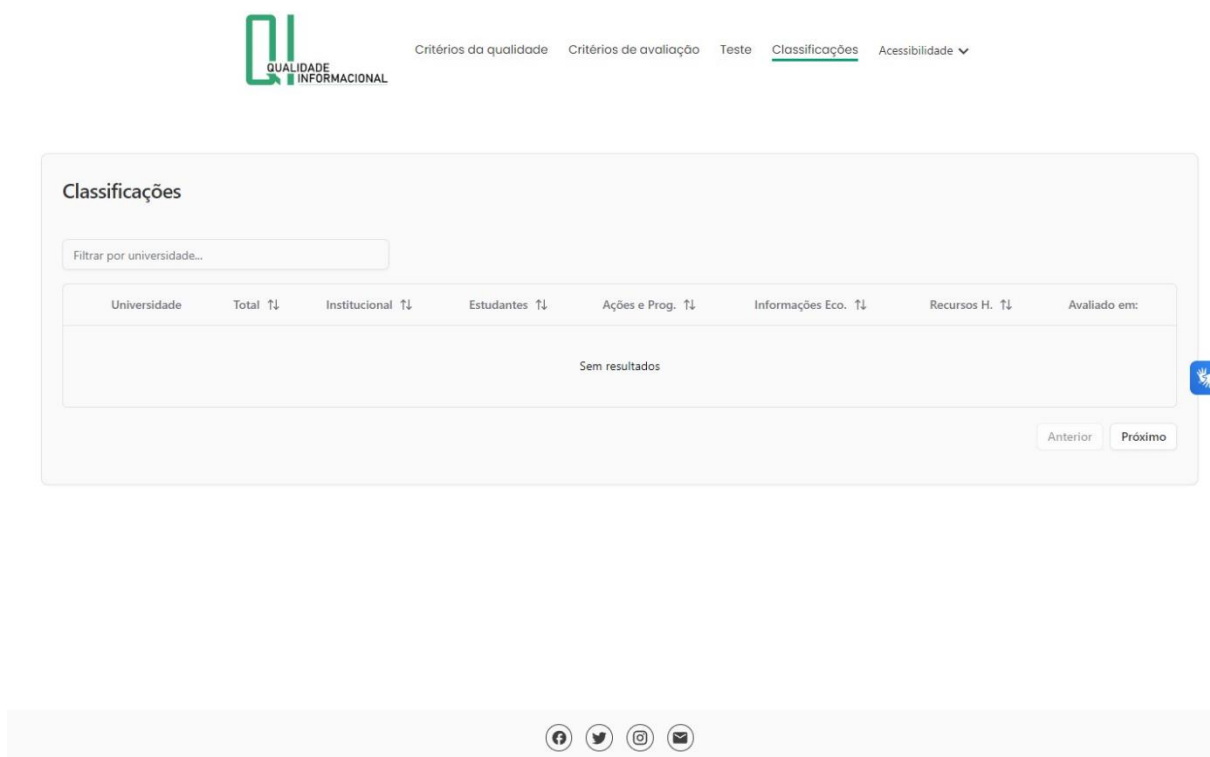
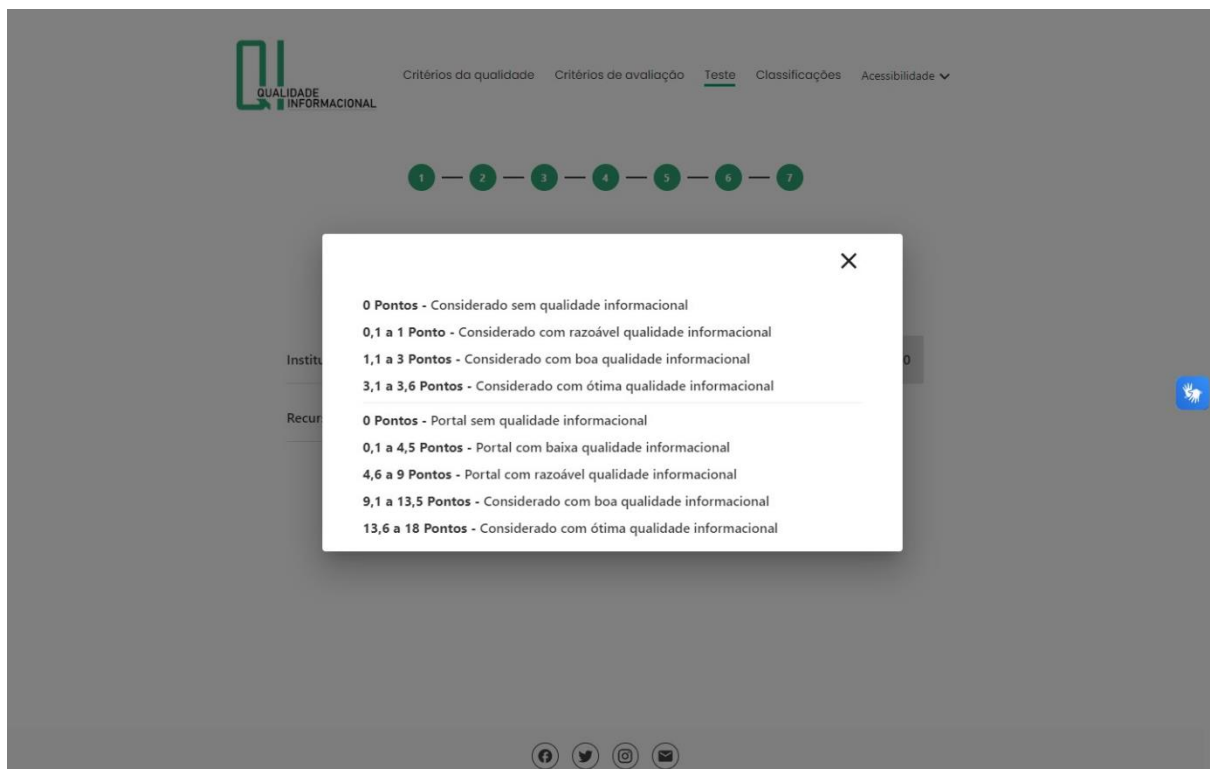
X

Você pode conferir o relatório no email cadastrado:
dwodawk@gnmauk.ci

Em caso de não recebimento do email, entre em contato com o suporte.:
suporte@spp.com

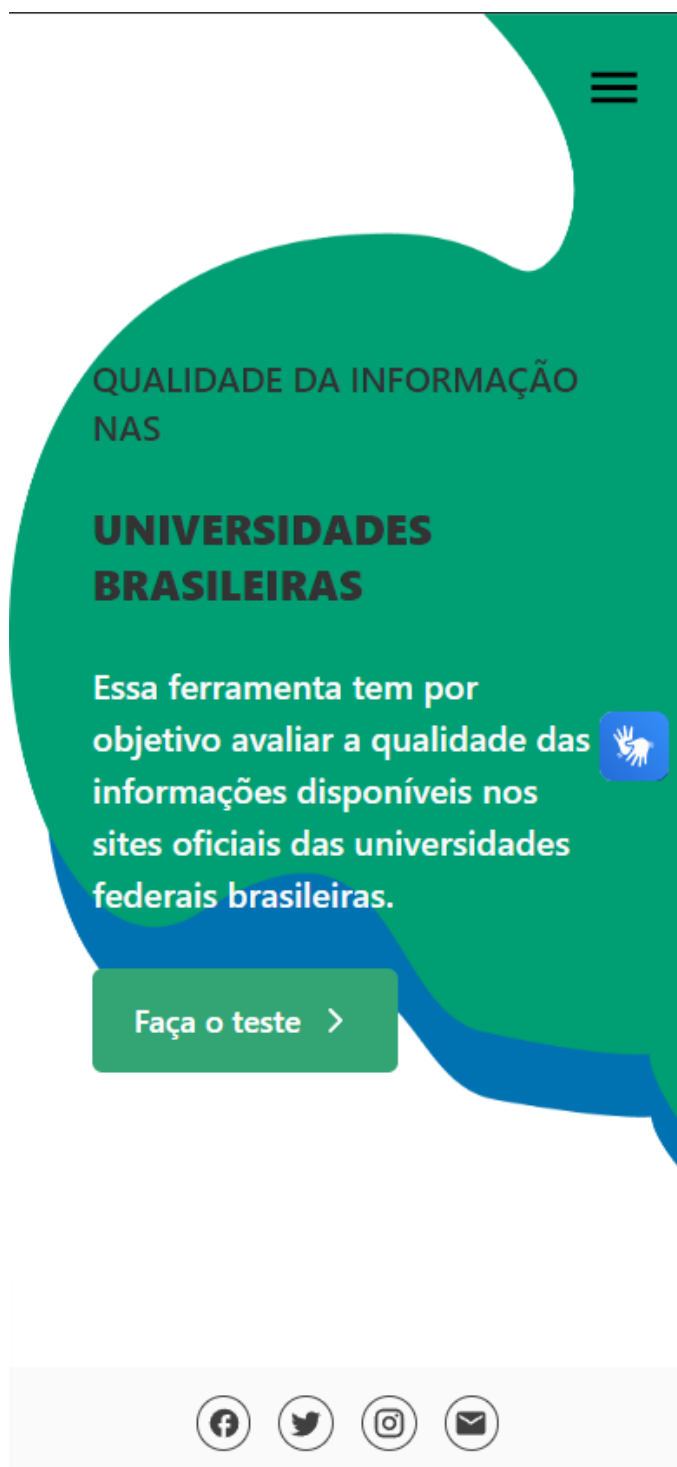
Atenção: o resultado só será registrado ao finalizar





APÊNDICE D

TELAS DA FERRAMENTA QUALIDADE INFORMACIONAL - MOBILE







Critérios da qualidade

Critérios de avaliação

Teste

Classificações

Acessibilidade ▼



Essa
obje
infor
sites
fede

Fa



Critérios da qualidade

 Abrangência

 Atualidade

 Acessível

 Acessibilidade

 Clareza

 Reutilização

Abrangência

Refere-se à extensão da informação disponível. Nesse critério, verifica-se se a informação fornece uma visão completa do assunto/conteúdo ou apenas uma parte dele, para o público-alvo. Nessa perspectiva de abrangência, é função do gestor identificar a medida certa da informação. Em algumas situações, é necessário ter um volume menor de informação, em outros casos, maior. Para uma universidade, por exemplo, no campo "Identificação Institucional", o ideal é que haja menor quantidade de texto para que o usuário consiga identificar, de forma mais célere, dados como CNPJ, natureza jurídica, tipo de atividade, órgão ministerial vinculado, etc.

Em outros casos, é necessário um maior volume de informações para que o usuário tenha um conhecimento mais abrangente sobre o objeto analisado. Um relatório de gestão orçamentária universitário precisa trazer informações pormenorizadas afetas aos gastos com pessoal, despesas correntes e investimentos. Além disso, para que o cidadão consiga compreender como foi utilizado o capital público é necessário que o documento traga o valor que a instituição tem disponibilizado, por lei, para o referido período, o quanto os gastos têm impactado no total do orçamento, o que cada valor representa em relação aos períodos anteriores, dentre outros dados.

Desse modo, a abrangência dependerá do tipo de informação que será disponibilizada para o usuário. Este critério será considerado alcançado quando a informação apresentar uma visão ampla, completa e detalhada sobre o assunto, sem deixar de mencionar os pontos importantes.







Selecionar Serviço

1/7

Próximo: Institucional

Bem-vindo, primeiro de tudo...

Você sempre poderá fazer uma nova avaliação

Universidade a ser avaliada*

Estado*



Qual sua função?*

Nome*

E-mail*

Faixa etária*

Grau de escolaridade*

Sexo*

☐ Aceito os [termos de uso](#)

Começar a avaliação



Institucional

Próximo: Ações e programas

2/7

Institucional

Estatuto e Regimento

Institucional

Abrangência ? ★★☆☆

Observação (opcional):

Atualidade ? ★★★★★

Observação (opcional):

Acessível ? ★★★★★

Observação (opcional):

Acessibilidade ? ★★★★★

Observação (opcional):

Clareza ? ★★★★★

Observação (opcional):



Reutilização ? ★★★★★

Observação (opcional):

Departamentos ▾

Organograma ▾

Voltar

Próximo



**Resumo**

Anterior: Informações econômicas

7/7

Resultado final > 0

Portal sem qualidade
informacional

**Avaliação concluída
com sucesso!**

Você pode conferir o relatório
no email cadastrado:

dwoadawk@gnmauk.ci

Em caso de não recebimento
do email, entre em contato com
o suporte.: **suporte@spp.com**



Informações
da
pontuação

Finalizar

Atenção: o resultado só será registrado ao
finalizar





Resumo

Anterior: Informações econômicas

7/7

Resultado final > 0

Portal sem qualidade
informacional

Institucional	0
Ações e Softwares	0
Estudantes	0
Recursos Humanos	0
Informações Econômicas	0



Informações
da
pontuação

Finalizar

Atenção: o resultado só será registrado ao
finalizar





0 Pontos - Considerado sem qualidade informacional

0,1 a 1 Ponto - Considerado com razoável qualidade informacional

1,1 a 3 Pontos - Considerado com boa qualidade informacional

3,1 a 3,6 Pontos - Considerado com ótima qualidade informacional

0 Pontos - Portal sem qualidade informacional

0,1 a 4,5 Pontos - Portal com baixa qualidade informacional

4,6 a 9 Pontos - Portal com razoável qualidade informacional

9,1 a 13,5 Pontos - Considerado com boa qualidade informacional

13,6 a 18 Pontos - Considerado com ótima qualidade informacional





Classificações

Filtrar por universidade...

Universidade	Total ↑↓	Instituição
UFAL	18	2,60
UFAL	10	2,60
UFAL	7,9	2,60
UFPE	9,4	2,60
UFPE	9,4	2,60
UFPE	9,4	2,60
UFPE	9,4	2,60
UFPE	9,4	2,60
UFPE	9,4	2,60
UFPE	9,4	2,60



Anterior Próximo

APÊNDICE E**AVALIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)				
1 INSTITUCIONAL	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Organograma	Abrangência	0,2	O organograma possui os níveis de cargos e departamentos	https://ufal.br/transparencia/institucional/organograma.pdf/view
	Atualidade	0	Sem data e responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade		A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste e cores que possibilitam a legibilidade.	
	Clareza	0,2	O organograma está claro	
	Reutilização	0,1	O organograma está disponível apenas no formato PDF	
Estatuto e Regimento Institucional	Abrangência	0,2	A informação está completa. Com riqueza de detalhamento sobre o Estatuto e Regimento Institucional	https://ufal.br/transparencia/institucional/Estatuto_Regimento_Ufal.pdf/view
	Atualidade	0,2	O documento possui data e nome do responsável pela sua elaboração	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade		A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste e cores que possibilitam a legibilidade.	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão das informações	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF	
Departamentos	Abrangência	0,2	As informações quanto aos departamentos da UFAL estão disponíveis de forma abrangente, apresentando nome de cada setor, responsáveis, telefone para contato e e-mail e descrição das principais atividades	https://ufal.br/ufal/institucional/orgaos-de-apoio
	Atualidade	0	Não há informação sobre atualização das informações	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,2	As informações possuem contraste de cores entre o texto e o fundo; há leitor de libras; possui alto contraste	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão da informação	
	Reutilização	0,1	As informações estão disponíveis apenas no formato de texto	
Pontuação total: 2,7				
2 AÇÕES E PROGRAMAS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Carta de Serviços ao Usuário	Abrangência	0,2	A carta de serviços apresenta informações suficientes para o usuário sobre a universidade, setores e serviços	https://servicos.ufal.br/publicos/cidadao
	Atualidade	0	Não há informações sobre última atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste e cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	Disponível apenas no formato de texto	
Relatórios de Gestão	Abrangência	0,2	Os relatórios de gestão contábil e orçamentário de 2023 são abrangentes e detalhados, inclusive fazendo comparação com o exercício de 2023 com o de 2022	https://ufal.br/transparencia/relatorios/gestao/2023
	Atualidade	0,1	Os relatórios constam apenas o ano do exercício financeiro	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste e cores que possibilitam a legibilidade.	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão e interpretação	
	Reutilização	0,1	As informações estão disponíveis apenas em PDF	
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Abrangência	0,2	O PDI apresenta informações suficientes para o usuário sobre o planejamento da Universidade	https://pdi.ufal.br/documentos/pdi-2019-2023
	Atualidade	0,2	A informação está atualizada	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	O PDI da Ufal está em PDF. Porém, o objetivo do PDI e informações gerais constam em texto. Há vídeo com legenda explicando o que é o PDI e sua importância.	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão da informação	
	Reutilização	0,1	O PDI da Ufal está em PDF.	
Pontuação total: 2,7				
3 ESTUDANTES	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Cursos de graduação e pós-graduação ofertados	Abrangência	0,2	Nos links constam as informações sobre os cursos de graduação e pós-graduação para que o usuário conheça quais são os cursos ofertados.	https://ufal.br/estudante/graduacao e https://ufal.br/estudante/pos-graduacao
	Atualidade	0	Não há informações sobre última atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	Os links de cursos de graduação e pós-graduação estão em texto	
	Clareza	0,2	As informações dos cursos estão claras e precisas.	
	Reutilização	0,1	Os links de cursos de graduação e pós-graduação estão em texto	
Quantidade de alunos de graduação e pós-graduação	Abrangência	0,1	Há apenas o levantamento de informações em dados numéricos sem descrições completas. Só há informações da graduação	https://numeros.ufal.br/
	Atualidade	0,1	Não há o nome do responsável pelas informações disponíveis.	
	Acessível	0	A informação foi encontrada após pesquisa no "busca no site"	
	Acessibilidade	0	Não há recursos de acessibilidade	
	Clareza	0,1	As informações são apenas dados numéricos	
	Reutilização	0,1	O link gera apenas dados em gráficos e não pode ser realizado o download	
Auxílio financeiro	Abrangência	0,2	Estão apresentados os tipos de auxílios financeiros para os acadêmicos	https://ufal.br/estudante/assistencia-estudantil/auxilios-financeiros-aos-estudantes
	Atualidade	0	Não há informações sobre atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Pode ser lido pelo VÍlbras, contraste e cores que possibilitam a legibilidade e alto contraste	
	Clareza	0,2	As informações estão claras sobre os tipos de auxílios.	
	Reutilização	0,1	As informações estão apenas no formato texto	
Pontuação total: 2,1				
4 RECURSOS HUMANOS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
	Abrangência	0,1	É apresentado apenas um quadro com o quantitativo de professores, sem informações a respeito do curso em que cada um atua, por exemplo	
	Atualidade	0,1	A informação é atualizada. Mas não há nome de responsável pelo levantamento das informações.	

Quantitativo de professores efetivos	Acessível	0,1	Acessível em até cinco cliques	https://ufal.br/servidor/admissao/vagas	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.		
	Clareza	0,1	Não há texto complementar para auxiliar na análise e interpretação das informações		
	Reutilização	0,1	A informação está apenas no formato PDF.		
Quantitativo de professores estrangeiros	Abrangência	0	No relatório não há informações sobre o quantitativo de professores estrangeiros, apenas visitantes.		
	Atualidade	0			
	Acessível	0			
	Acessibilidade	0			
	Clareza	0			
	Reutilização	0			
Quantitativo de pessoal apoio administrativo	Abrangência	0,1	É apresentado apenas um quadro com o quantitativo de servidores, sem informações a respeito do curso em que cada um atua, por exemplo	https://ufal.br/servidor/admissao/vagas	
	Atualidade	0,1	A informação é atualizada. Mas não há nome de responsável pelo levantamento das informações.		
	Acessível	0,1	Acessível em até cinco cliques		
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.		
	Clareza	0,1	Não há texto complementar para auxiliar na análise e interpretação das informações		
	Reutilização	0,1	A informação está apenas no formato PDF.		
Pontuação total: 1,2					
5 INFORMAÇÕES ECONÔMICAS 2024		Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Diárias e Passagens	Abrangência	0	Não foram encontradas informações sobre Diárias e Passagens		
	Atualidade	0			
	Acessível	0			
	Acessibilidade	0			
	Clareza	0			
	Reutilização	0			
Receitas	Abrangência	0,2	O campo orçamento está em atualização, impossibilitando a análise. 09.05.2024. Mas as informações referentes as receitas estão no relatório do primeiro trimestre de 2024. Há descrição detalhada das receitas.	https://ufal.br/transparencia/orcamento e https://ufal.br/transparencia/gastos/demonstracoes-contabeis-orgao-26231-ufal-e-hu	
	Atualidade	0,1	Possui data, mas não há o nome de quem produziu o relatório		
	Acessível	0	A pasta foi acessada em até três cliques, porém, para encontrar a informação foi preciso realizar mais cliques.		
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.		
	Clareza	0,2	As informações estão organizadas de forma clara		
	Reutilização	0,1	A informação está apenas no formato PDF.		
Despesas	Abrangência	0,2	As informações referentes as receitas estão no relatório do primeiro trimestre de 2024. Há descrição correta das despesas	https://ufal.br/transparencia/gastos/demonstracoes-contabeis-orgao-26231-ufal-e-hu	
	Atualidade	0,1	Possui data, mas não há o nome de quem produziu o relatório		
	Acessível	0	A pasta foi acessada em até três cliques, porém, para encontrar a informação foi preciso realizar mais cliques.		
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.		
	Clareza	0,2	As informações estão organizadas de forma clara		
	Reutilização	0,1	A informação está apenas no formato PDF.		
Pontuação total: 1,4					
Pontuação Total Final: 10					

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)				
1 INSTITUCIONAL	Crítérios	Pontuação	Observações	Link de acesso
Organograma	Abrangência	0,2	O organograma apresenta informações suficientes quanto aos cargos e setores da instituição.	https://www.ufba.br/sites/porta1.ufba.br/files/Organograma_UFBA_2015_novo.pdf
	Atualidade	0	Não há nome do responsável pela elaboração, nome e data da criação ou última atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	O organograma está disponível apenas no formato PDF	
Estatuto e Regimento Institucional	Abrangência	0,2	A informação está completa. Com riqueza de detalhamento sobre o Estatuto e Regimento Institucional	https://www.ufba.br/sites/porta1.ufba.br/files/Estatuto_Regimento_UFBA_0.pdf
	Atualidade	0,2	O documento possui data e nome do responsável pela sua elaboração	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF,	
Departamentos	Abrangência	0,2	As informações quanto aos departamentos da UFBA estão disponíveis de forma abrangente, apresentando nome de cada setor, responsáveis, telefone para contato e e-mail.	https://ufba.br/estrutura/orgaos_estruturantes
	Atualidade	0	Não há data de atualização das informações	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,2	As informações possuem contraste de cores entre o texto e fundo; há leitor de libras; possui alto contraste	
	Clareza	0,2	As informações estão claras	
	Reutilização	0,1	As informações estão disponíveis apenas em formato de texto	
Pontuação total: 2,7				
2 AÇÕES E PROGRAMAS	Crítérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Carta de Serviços ao Usuário	Abrangência	0,2	A carta de serviços apresenta informações suficientes para o usuário sobre a universidade, setores e serviços.	https://cartadeservicos.ufba.br/carta-em-pdf
	Atualidade	0,2	O documento possui data e nome do responsável pela sua elaboração	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF	
Relatórios de Gestão	Abrangência	0,2	O relatório de Gestão apresenta informações suficientes para o usuário sobre a Missão, Visão, governança, extensão, ensino, dentre outras informações relacionadas a gestão. Relatório das atividades de 2023 publicado em 2024.	https://proplan.ufba.br/relatorio-de-gestao-2023
	Atualidade	0,2	O relatório é atual. Possui nome do responsável e data de atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão da informação	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF	
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Abrangência	0,1	Apresenta informações suficientes para o usuário sobre o planejamento da Universidade, porém, está desatualizado	https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/pdi-2018-2022.pdf
	Atualidade	0	O PDI está desatualizado. A versão disponível é de 2018 a 2022	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.	
	Clareza	0,2	O PDI foi elaborado com seções bem descritas e com informações capazes de facilitar a compreensão e interpretação pelo usuário	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF	
Pontuação total: 2,7				
3 ESTUDANTES	Crítérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Cursos de graduação e pós-graduação ofertados	Abrangência	0,2	Nos links constam as informações sobre os cursos de graduação e pós-graduação para que o usuário conheça quais são os cursos ofertados.	https://prpgp.ufba.br/ e https://heyzine.com/f1ip-book/t7e737eaa9.html
	Atualidade	0,1	A informação dos cursos de graduação está com data de 2024; os cursos de pós-graduação estão listados mas sem data.	
	Acessível	0,2	Os links de acesso as informações podem ser acessados em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	O link de cursos de graduação é no formato de HTML mas não tem acessibilidade pelo Vibras, tem a opção de áudio mas não funciona. Os links de cursos de pós-graduação podem ser lidos no Vibras, mas não há outro recurso na página de acessibilidade.	
	Clareza	0,2	As informações dos cursos estão claras e precisas.	
	Reutilização	0,1	As informações da Graduação estão em HTML, já o da pós-graduação em lista.	
Quantidade de alunos de graduação e pós-graduação	Abrangência	0,1	O relatório apresenta os números de discentes dos cursos de graduação e pós-graduação, mas não descreve quantos alunos por curso, por exemplo.	https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/ufba-em-numeros-2023_ano-base-2022_-_final.pdf
	Atualidade	0,1	O relatório tem como ano base 2022, o qual foi publicado em 2023.	
	Acessível	0	Após buscar pela informação em todas as "abas" sem sucesso, pesquisei no "busca" o termo "UFBA em números". Assim consegui acesso ao documento.	
	Acessibilidade	0,1	As informações estão no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.	
	Clareza	0,1	O relatório não faz discussão sobre os dados e seus impactos, como também não especifica a quantidade de discentes por curso, impossibilitando uma análise mais específica.	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF	

Auxílio financeiro	Abrangência	0	Não foi identificado um campo específico no portal da universidade que descreva os tipos de auxílio financeiros.	
	Atualidade	0		
	Acessível	0		
	Acessibilidade	0		
	Clareza	0		
	Reutilização	0		
Pontuação total: 1,4				
4 RECURSOS HUMANOS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Quantitativo de professores efetivos	Abrangência	0,2	Estão presentes informações sobre os professores, lotação, formação, dentre outras	https://sigrh.ufba.br/sigrh/public/menu_consultas_servidores_ufba.jsf
	Atualidade	0	Não há informações sobre data de atualização e responsável	
	Acessível	0,2	Os links de acesso as informações podem ser acessados em três cliques	
	Acessibilidade	0	Há apenas contraste de cores entre o texto e o fundo	
	Clareza	0,2	As informações estão claras	
	Reutilização	0,1	As informações estão no formato de texto	
Quantitativo de professores estrangeiros	Abrangência	0	Informação não encontrada	
	Atualidade	0		
	Acessível	0		
	Acessibilidade	0		
	Clareza	0		
	Reutilização	0		
Quantitativo de pessoal apoio administrativo	Abrangência	0,2	Estão presentes informações sobre o pessoal de apoio administrativo, funções e lotação	https://sigrh.ufba.br/sigrh/public/portal_ufba/form_busca_servidor_ufba.jsf
	Atualidade	0	Não há informações sobre data de atualização e responsável	
	Acessível	0,2	Os links de acesso as informações podem ser acessados em três cliques	
	Acessibilidade	0	Há apenas contraste de cores entre o texto e o fundo	
	Clareza	0,1	As informações estão claras	
	Reutilização	0,1	As informações estão no formato de texto	
Pontuação total: 1,3				
5 INFORMAÇÕES ECONÔMICAS - 2024	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Diárias e Passagens	Abrangência	0	O link de acesso ao portal de transparência não leva o usuário até a informação	http://www.portaltransparencia.gov.br/
	Atualidade	0		
	Acessível	0		
	Acessibilidade	0		
	Clareza	0		
	Reutilização	0		
Receitas	Abrangência	0,1	Há apenas informações no Portal da Transparência das Receitas, sem muitas descrições	https://portaldatransparencia.gov.br/receitas/consulta?paginacaoSimple=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=2023&ate=2024&orgaos=OR26232&colunasSelecionadas=ano%2CorgaoSuperior%2CorgaoVinculado%2Cfuncao%2CsubFuncao%2Cprograma%2Ccacao%2CcategoriaEconomicas%2CgrupoDespesa%2CelementoDespesa%2CorcamentoInicial%2CorcamentoAtualizado%2CorcamentoRealizado%2CvalorEmpenhado%2CpercentualRealizado&ordenarPor=ano&direcao=desc
	Atualidade	0,1	A informação é atual	
	Acessível	0	Acessível em mais de cinco cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Estão descritas apenas informações numéricas, sem descrição e detalhamento	
	Reutilização	0,2	As informações estão disponíveis em texto e excel	
Despesas	Abrangência	0,1	Há apenas informações no Portal da Transparência das despesas, sem muitas descrições.	https://portaldatransparencia.gov.br/orcamento/despesas?paginacaoSimple=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=2020&ate=2023&orgaos=OR26232&colunasSelecionadas=ano%2CorgaoSuperior%2CorgaoVinculado%2Cfuncao%2CsubFuncao%2Cprograma%2Ccacao%2CcategoriaEconomicas%2CgrupoDespesa%2CelementoDespesa%2CorcamentoInicial%2CorcamentoAtualizado%2CorcamentoRealizado%2CvalorEmpenhado%2CpercentualRealizado&ordenarPor=ano&direcao=desc
	Atualidade	0,2	A informação é atual	
	Acessível	0	Acessível em mais de cinco cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Estão descritas apenas informações numéricas, sem descrição e detalhamento	
	Reutilização	0,2	As informações estão disponíveis em texto e excel	
Pontuação total: 1,5				
Pontuação Total Final: 9,7				

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)				
1 INSTITUCIONAL	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Organograma	Abrangência	0,2	O organograma apresenta informações suficientes quanto aos cargos e setores da instituição.	https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2023_base_2022.pdf
	Atualidade	0,2	O organograma possui data e responsável	
	Acessível	0	Acessível após inúmeros cliques	
	Acessibilidade	0,1	O organograma possui contraste de cores que facilitam a leitura, possui recurso de aumentar e diminuir o tamanho	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato de imagem	
Estatuto e Regimento Institucional	Abrangência	0,2	A informação está completa. Com riqueza de detalhamento sobre o Estatuto e Regimento Institucional	https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/estatuto_ufc/estatuto_ufc.pdf e https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/regimento_geral_ufc/regimento_geral_ufc.pdf
	Atualidade	0,2	O documento possui data e nome do responsável pela sua elaboração	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF,	
Departamentos	Abrangência	0,1	As informações quanto aos departamentos da UFC estão disponíveis de forma abrangente, apresentando nome de cada setor, responsáveis, telefone para contato e e-mail. Entretanto, não descreve minimamente quais são as atribuições deles para que o usuário entenda a sua função.	https://www.ufc.br/a-universidade/administracao-da-ufc
	Atualidade	0	Não há data de atualização das informações	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	As informações possuem alto contraste e contraste de cores. O recurso aumentar e diminuir não funcionam	
	Clareza	0,1	A ausência de descrição dos setores interfere na compreensão e interpretação do usuário	
	Reutilização	0,1	A informação está disponível apenas em formato de texto	
Pontuação total: 2,4				
2 AÇÕES E PROGRAMAS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Carta de Serviços ao Usuário	Abrangência	0,2	A carta de serviços apresenta informações suficientes para o usuário sobre a universidade, setores e serviços.	https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/carta_de_servico_s_ao_cidadao/carta_de_servicos_ao_cidadao_2021.pdf
	Atualidade	0,2	O documento possui data e nome do responsável pela sua elaboração	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF,	
Relatórios de Gestão	Abrangência	0	O relatório de gestão de 2023 não está disponível.	https://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/324-relatorio-de-gestao
	Atualidade	0		
	Acessível	0		
	Acessibilidade	0		
	Clareza	0		
	Reutilização	0		
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Abrangência	0,2	Apresenta informações suficientes para o usuário sobre o planejamento da Universidade	https://pdi.ufc.br/wp-content/uploads/2024/02/publicacao-pdi-2023-2027.pdf
	Atualidade	0,2	A informação está atualizada	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão da informação	
	Reutilização	0,1	O PDI está em PDF.	
Pontuação total: 2,0				
3 ESTUDANTES	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Cursos de graduação e pós-graduação ofertados	Abrangência	0,2	As informações são abrangentes, com descrições sobre quantitativos de cursos de graduação e pós-graduação	https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/co/anuario_estatistico_ufc_2023_base_2022.pdf e https://app.powerbi.com/view?r=eyJjb2RlODBiZGFmIjYyYjAwNi00ZTAYLWE2NjktNmI5NWZkNjQ2MTE1IiwidC6lmi1OTFhZTU0LTlmZyZiInDU4OS1UZTY2LTkwMjFhNDENmM3YyJ9
	Atualidade	0,2	A informação possui data e responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.	
	Clareza	0,2	As informações são claras	
	Reutilização	0,1	A informação está em PDF	
Quantidade de alunos de graduação e pós-graduação	Abrangência	0,2	As informações são abrangentes, com descrições sobre quantitativos de alunos de cursos de graduação e pós-graduação	
	Atualidade	0,2	A informação possui data e responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.	
	Clareza	0,2	As informações são claras	
	Reutilização	0,1	A informação está em PDF	
Auxílio financeiro	Abrangência	0	Não foram identificados os tipos de auxílios ofertados pela instituição	
	Atualidade	0		
	Acessível	0		
	Acessibilidade	0		
	Clareza	0		
	Reutilização	0		
Pontuação total: 2,0				
4 RECURSOS HUMANOS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Quantitativo de professores	Abrangência	0,2	As informações sobre o quantitativo de professores são abrangentes, com descrições de formação, local de atividades, dentre outras.	https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico
	Atualidade	0,2	A informação possui data e responsável	
	Acessível	0	Acessível após inúmeros cliques	

efetivos	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade.	co/anuario_estatistico_ufc_2023_base_2022.pdf		
	Clareza	0,2	As informações são claras			
	Reutilização	0,1	As informações estão em PDF			
Quantitativo de professores estrangeiros	Abrangência	0	Não há descrito o número de professores estrangeiros			
	Atualidade	0				
	Acessível	0				
	Acessibilidade	0				
	Clareza	0				
	Reutilização	0				
Quantitativo de pessoal apoio administrativo	Abrangência	0,2	As informações sobre o quantitativo de técnicos são abrangentes, com descrições de formação, local de atividades, dentre outras.	https://www.ufc.br/images/ files/a_universidade/anuario_estatisti co/anuario_estatistico_ufc_2023_base_2022.pdf		
	Atualidade	0,2	A informação possui data e responsável			
	Acessível	0	Acessível após inúmeros cliques			
	Acessibilidade	0,1	O documento em PDF possui contraste de cores e recurso de aumentar e diminuir			
	Clareza	0,2	As informações são claras			
	Reutilização	0,1	As informações estão em PDF			
Pontuação total: 1,6						
5 INFORMAÇÕES ECONÔMICAS - 2024	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso		
Diárias e Passagens	Abrangência	0	Não foram encontradas informações econômicas no site da instituição			
	Atualidade	0				
	Acessível	0				
	Clareza	0				
	Reutilização	0				
Receitas	Abrangência	0				
	Atualidade	0				
	Acessível	0				
	Acessibilidade	0				
	Clareza	0				
Despesas	Reutilização	0				
	Abrangência	0				
	Atualidade	0				
	Acessível	0				
	Acessibilidade	0				
	Clareza	0				
	Reutilização	0				
Pontuação total: 0,0						
Pontuação Total Final: 8						

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)				
1 INSTITUCIONAL	Críticos	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Organograma	Abrangência	0,2	O organograma apresenta informações suficientes quanto aos cargos e setores da instituição.	https://portalpadrao.ufma.br/transparencia/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional
	Atualidade	0,1	O organograma possui apenas data de alteração	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	O organograma possui contraste de cores que facilitam a leitura; é possível ler com o VÍBRAS	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato de imagem	
Estatuto e Regimento Institucional	Abrangência	0,2	A informação está completa. Com riqueza de detalhamento sobre o Estatuto e Regimento Institucional	https://portalpadrao.ufma.br/transparencia/acesso-a-informacao/institucional/institucional
	Atualidade	0,2	O documento possui data e nome do responsável pela sua elaboração	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF	
Departamentos	Abrangência	0,2	A informações quanto aos departamentos da UFMA estão disponíveis de forma abrangente, apresentando nome de cada setor, responsáveis, telefone para contato e e-mail.	https://portalpadrao.ufma.br/transparencia/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional-da-ufma-31-05-2023.pdf
	Atualidade	0	Não há informações sobre atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão da informação	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF	
Pontuação total: 2,7				
2 AÇÕES E PROGRAMAS	Críticos	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Carta de Serviços ao Usuário	Abrangência	0,2	A carta de serviços apresenta informações suficientes para o usuário sobre a universidade, setores e serviços	https://drive.google.com/file/d/1BbuatVmyWx_PXhKutV04oqCFqN_Z0nCtU/view
	Atualidade	0,2	O documento possui data e nome do responsável pela sua elaboração	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF;	
Relatórios de Gestão	Abrangência	0,2	O relatório de Gestão apresenta informações suficientes para o usuário sobre a Missão, Visão, governança, extensão, ensino, dentre outras informações relacionadas a gestão. Relatório das atividades de 2023 publicado em 2024.	https://portalpadrao.ufma.br/transparencia/institucional/relatorios-d-e-gestao/relatorio-de-gestao-2023-ufma-27-03-2024_n.pdf
	Atualidade	0,2	O documento possui data e nome do responsável pela sua elaboração	
	Acessível	0	O documento só foi encontrado no item "busca"	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão da informação	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF	
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Abrangência	0,2	Apresenta informações suficientes para o usuário sobre o planejamento da Universidade	https://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/q6rPia3tF6Fr4P.pdf
	Atualidade	0,2	O documento possui data e nome do responsável pela sua elaboração	
	Acessível	0	O documento só foi encontrado no item "busca"	
	Acessibilidade	0,1	O PDI está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão da informação	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF	
Pontuação total: 2,6				
3 ESTUDANTES	Críticos	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Cursos de graduação e pós-graduação ofertados	Abrangência	0,1	Na pasta de campos/cursos só são descritos os cursos de graduação, e não de pós-graduação	https://portalpadrao.ufma.br/proen/campi-cursos/projetos-pedagogicos-dos-cursos
	Atualidade	0	Não há informações sobre atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	A informação é acessível pelo VÍBRAS, tem alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	A ausência de informações sobre os cursos de pós-graduação interfere na clareza	
	Reutilização	0,1	A informação está disponível apenas em texto	
Quantidade de alunos de graduação e pós-graduação	Abrangência	0,1	O relatório apresenta os números de discentes dos cursos de graduação, mas não da pós-graduação	https://aop.powerbi.com/view?r=eyJrjoiZTFmYTQ0MzYiYzIjImC00NDhlWE1ZlQhZmNmZyYyVklwdC6jg3M2EOOWMylTE2NzgtNDliMy1hMmOxLWE0YrjE5NmNINDo0Zj9
	Atualidade	0,2	Há data de atualização e autoridades envolvidas na elaboração	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação possui recurso de aumentar e diminuir; tem contraste de cores.	
	Clareza	0,1	O relatório não faz discussão sobre os dados e seus impactos, como também não especifica a quantidade de discentes por curso, impossibilitando uma análise mais ampla	
	Reutilização	0	A informação está disponível no formato PowerBI	
Auxílio financeiro	Abrangência	0,2	Estão descritos os tipos de auxílios ofertados pela Universidade	https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proaes/paginas/pagina_es_tatica.jsf?id=9424
	Atualidade	0	Não há informação sobre a atualização da informação	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	O texto pode ser lido pelo VÍBRAS, tem alto contraste e contraste do texto	
	Clareza	0,2	As informações possuem clareza	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato de texto	
Pontuação total: 2,3				

4 RECURSOS HUMANOS		Critérios	Pontuação	Observações	Link de acesso
Quantitativo de professores efetivos	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portalpadrao.ufma.br/transparencia/acesso-a-informacao/servidores/servidores	
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável		
	Acessível	0,1	Acessível após cinco cliques		
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores		
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento		
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel		
Quantitativo de professores estrangeiros	Abrangência	0	Não há informações para professores estrangeiros no PT	https://portalpadrao.ufma.br/transparencia/acesso-a-informacao/servidores/servidores	
	Atualidade	0			
	Acessível	0			
	Acessibilidade	0			
	Clareza	0			
	Reutilização	0			
Quantitativo de pessoal apoio administrativo	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência		
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável		
	Acessível	0,1	Acessível após cinco cliques		
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores		
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento.		
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel		
Pontuação total: 1,6					
5 INFORMAÇÕES ECONÔMICAS - 2024		Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Diárias e Passagens	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portaldatransparencia.gov.br/viagens/consulta?paginaacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2022&ate=07%2F07%2F2022&orgaos=OR26272&colunasSelecionadas=id%2Cpcdp%2CnumPcdp%2Csituacao%2CorgaoSuperior%2Corgao%2Ctipo%2Ccpf%2Cnome%2Cde%2Cate%2Cdestinos%2CvalorTotal%2CviagemUrgente&ordenarPor=de&direcao=desc	
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável		
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques		
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores		
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento		
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel		
Receitas	Abrangência	0	O link de acesso as receitas do PT não levam o usuário para a informação da Instituição	https://portaldatransparencia.gov.br/	
	Atualidade	0			
	Acessível	0			
	Acessibilidade	0			
	Clareza	0			
	Reutilização	0			
Despesas	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/consulta?paginaacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2024&ate=31%2F05%2F2024&orgaos=OR26272&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CmesAno%2CorgaoSuperior%2CorgaoVinculado%2CunidadeGestora%2Cfuncao%2CsubFuncao%2Cprograma%2Cacao%2CprogramaGoverno%2Cautor%2CplanoOrcamentario%2CgrupoDespesa%2CElementoDespesa%2CmodalidadeDespesa%2CvalorDespesaEmpenhada%2CvalorDespesaLiquidada%2CvalorDespesaPaga%2CvalorRestoPago	
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável		
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques		
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores		
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento.		
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel		
Pontuação total: 1,8					
Pontuação Total Final: 11					

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)				
1 INSTITUCIONAL	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Organograma	Abrangência	0,2	O organograma é uma imagem com a sigla dos setores, com descrição completa das atividades de cada setor	https://ufpi.br/institucional-ufpi
	Atualidade	0,1	A informação possui data de atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	O texto possui alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,2	As informações são claras	
	Reutilização	0,1	A informação é apenas uma imagem	
Estatuto e Regimento Institucional	Abrangência	0,2	A informação está completa. Com riqueza de detalhamento sobre o Estatuto e Regimento Institucional	https://ufpi.br/estatutos-regimentos-e-resolucoes
	Atualidade	0,2	O documento possui data e nome do responsável pela sua elaboração	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF,	
Departamentos	Abrangência	0,1	Não descreve as atividades e total de funcionários	https://ufpi.br/funcoes-de-confianca#
	Atualidade	0,1	Só há data de última atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	Há recurso de Vibriar e contraste de cores. Porém, no alto contraste as informações ficam apagadas.	
	Clareza	0,1	Não há descrição mínima das atividades exercidas pelos ocupantes dos cargos de cada departamento	
	Reutilização	0,1	A informação está em texto	
Pontuação total: 2,6				
2 AÇÕES E PROGRAMAS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Carta de Serviços ao Usuário	Abrangência	0,2	A carta de serviços apresenta informações suficientes para o usuário sobre a universidade, setores e serviços	https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/SCS/Carta_de_Servi%C3%A7os_ao_Cidad%C3%A3o_-_UFPI_-_Jan201820180306104147.pdf
	Atualidade	0,1	O documento possui apenas data de atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,2	A informação está em texto e PDF	
Relatórios de Gestão	Abrangência	0	Após uma vasta busca pelos relatórios de gestão, na pasta não constam nenhum resultado. Foi feita uma pesquisa no "Busca" porém sem sucesso, impossibilitando a avaliação desse item	https://ufpi.br/component/content/article/163-parnaiba/45653-relatori
	Atualidade	0		
	Acessível	0		
	Acessibilidade	0		
	Clareza	0		
	Reutilização	0		
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Abrangência	0,2	Apresenta informações suficientes para o usuário sobre o planejamento da Universidade	https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/CCA/PDI/PDI_2020_2024_UFPI_vf3.pdf
	Atualidade	0,2	A informação está atualizada	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão e a interpretação	
	Reutilização	0,1	O PDI está em PDF.	
Pontuação total: 2,0				
3 ESTUDANTES	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Cursos de graduação e pós-graduação ofertados	Abrangência	0,2	Estão descritos os nomes dos cursos, modalidade e demais informações sobre cada curso	https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao e https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=S&aba=p-stricto
	Atualidade	0	Não há informações sobre atualidade	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	As informações tem contraste de cores	
	Clareza	0,2	As informações são claras	
	Reutilização	0,1	As informações estão no formato texto	
Quantidade de alunos de graduação e pós-graduação	Abrangência	0,1	Só foram encontrados os quantitativos dos alunos de graduação matriculados pelo SIGAA. Ao tentar acessar o item "UFPI em Números deu erro de "Página não encontrada". Não há número de alunos da pós-graduação	https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao
	Atualidade	0	Não há informações sobre atualidade	
	Acessível	0,1	Acessível em até três cliques apenas as informações sobre graduação	
	Acessibilidade	0,1	As informações tem contraste de cores	
	Clareza	0,1	A ausência de uma organização adequada das informações não possibilita a compreensão e interpretação do usuário	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato texto	
Auxílio financeiro	Abrangência	0,2	Estão descritos os tipos de auxílios ofertados pela Universidade	https://ufpi.br/bolsas-e-beneficios-estudantis
	Atualidade	0,1	Há data de alteração da informação	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	A página da informação possui alto contraste, contraste de cores e pode ser utilizado o Vibriar	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão e a interpretação	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato texto	
Pontuação total: 2,3				
4 RECURSOS HUMANOS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Quantitativo de professores efetivos	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portaldatransparencia.gov.br/servidores/consulta?paginacao=Simple=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=detalhar_tipo_situacao_cpf_nome_orgaoExercicio_orgaoServidorExercicio_matricula_tipoVinculo_funcao&orgaosServidorLotacao=OR26279&ordenarPor=nome&direcao=asc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
	Abrangência	0		
	Atualidade	0		

Quantitativo de professores estrangeiros	Acessível	0	Não foi encontrado um campo com o quantitativo de professores e	
	Acessibilidade	0		
	Clareza	0		
	Reutilização	0		
Quantitativo de pessoal apoio administrativo	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portal.datransparencia.gov.br/servidores/consulta?paginacaoSimple=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=detalhar.tipo.situacao.cpf.nome.orgaoExercicio.orgaoServidorExercicio.matricula.tipoVinculo.funcao&orgaosSevidorLotacao=OR26279&ordenarPor=nome&direcao=asc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento.	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
Pontuação total: 1,8				
5 INFORMAÇÕES ECONÔMICAS - 2024	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Diárias e Passagens	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portal.datransparencia.gov.br/viagens/consulta?ordenarPor=ate&direcao=desc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento.	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
Receitas	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portal.datransparencia.gov.br/orcamento/receitas?paginacaoSimple=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=ano.orgaoSuperior.orgaoUnidadeGestora.categoria.origem.especie.detalhamento.valorLOA.valorAtualizado&de=2018&ate=2018&orgaos=UG154048&ordenarPor=ano&direcao=desc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento.	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
Despesas	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portal.datransparencia.gov.br/orcamento/despesas?paginacaoSimple=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=ano.orgaoSuperior.orgaoVinculado.funcao.subFuncao.programa.acao.categoriaEconomico.grupoDespesa.elementoDespesa.orcamentoinicial.orcamentoAtualizado.orcamentoRealizado.percentualRealizado&de=2018&ate=2018&orgaos=OR26279&ordenarPor=ano&direcao=desc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento.	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
Pontuação total: 2,7				
Pontuação Total Final: 11,4				

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)				
1 INSTITUCIONAL	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Organograma	Abrangência		O organograma apresenta informações suficientes quanto aos cargos e setores da instituição, no PDF também constam os links de acesso para os setores da instituição	https://www.ufpe.br/documents/40764/129167/Organograma-UFPE_clicavel_DEZ-2022-V1.pdf/1350b6f2-6368-4516-bdd8-1300c39982f3
	Atualidade	0,1	O documento tem data de atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade		A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão e interpretação do documento	
	Reutilização	0,1	A informação está em PDF	
Estatuto e Regimento Institucional	Abrangência		A informação está completa. Com riqueza de detalhamento sobre o Estatuto e Regimento Institucional	https://www.ufpe.br/documents/38962/1870976/bo67.pdf
	Atualidade	0,2	O documento possui data e nome do responsável pela sua elaboração	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade		A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF,	
Departamentos	Abrangência		No link constam sublinks de acesso a cada um dos departamentos da Universidade, nos quais estão descrições completas das atividades e responsáveis	https://www.ufpe.br/acesso-a-informacao/institucional
	Atualidade	0	Não há informação sobre a atualidade das informações	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade		A página da informação possui alto contraste, pode ser utilizado o Vibras e contraste de cores entre o texto e o fundo	
	Clareza	0,2	As informações são claras, facilitando a compreensão e interpretação pelo usuário.	
	Reutilização	0,1	As informações estão apenas em texto	
Pontuação total: 2,8				
2 AÇÕES E PROGRAMAS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Carta de Serviços ao Usuário	Abrangência		A carta de serviços apresenta informações suficientes para o usuário sobre a universidade, setores e serviços	https://www.gov.br/pt-br/orgaos/universidade-federal-de-pernambuco
	Atualidade	0,1	O documento possui apenas data de atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade		A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,2	A informação está em texto e PDF	
Relatórios de Gestão	Abrangência		O relatório de Gestão apresenta informações suficientes para o usuário sobre a Missão, Visão, governança, extensão, ensino, dentre outras informações relacionadas a gestão. Relatório das atividades de 2023 publicado em 2024.	https://www.ufpe.br/documents/3224513/0/RELATO%C2%B4RIO+DE+GEST%C3%83O+-+UFPE+2023.pdf/3b7ee2b1-fe87-4dc0-ab2a-f7a8560e7aae
	Atualidade	0,2	O relatório é atual. Possui nome do responsável e data de atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade		A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão e interpretação	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF	
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Abrangência		Apresenta informações suficientes para o usuário sobre o planejamento da Universidade	https://www.ufpe.br/documents/389547/13399/pei13_27_.pdf/02b4e655-63e3-40fe-b285-90bf01186a5d
	Atualidade	0,2	A informação está atualizada	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade		A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão e interpretação	
	Reutilização	0,1	O PDI está em PDF.	
Pontuação total: 3,1				
3 ESTUDANTES	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Cursos de graduação e pós-graduação ofertados	Abrangência		Nos links constam as informações sobre os cursos de graduação e pós-graduação para que o usuário conheça quais são os cursos ofertados	https://www.ufpe.br/cursos/graduacao e https://www.ufpe.br/cursos/pos-graduacao
	Atualidade	0	Não há informação de atualização	
	Acessível	0,2	Os links de acesso as informações podem ser acessados em três cliques	
	Acessibilidade		A página da informação possui alto contraste, pode ser utilizado o Vibras e contraste de cores entre o fundo e o texto	
	Clareza	0,2	As informações dos cursos estão claras e precisas	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato texto	
Quantidade de alunos de graduação e pós-graduação	Abrangência		As informações sobre graduandos e pós-graduandos estão completas e com riqueza de detalhes	https://deplaq.shinyapps.io/UFPEemNumeros/
	Atualidade	0,1	Possui apenas data de alteração	
	Acessível	0	A informação foi acessada com mais de cinco cliques	
	Acessibilidade		A página da informação possui alto contraste, recurso de aumentar e reduzir fonte e contraste de cores	
	Clareza	0,2	A informação está clara	
	Reutilização	0,1	A informação está em formato powerBI	
Auxílio financeiro	Abrangência		Estão descritos os tipos de auxílios ofertados pela Universidade	https://www.ufpe.br/proaes
	Atualidade	0	Não há data de alteração do texto	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade		A página da informação possui alto contraste, pode ser utilizado o Vibras e possui contraste de cores entre o texto e o fundo	
	Clareza		As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão da informação	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato texto	
Pontuação total: 2,5				
4 RECURSOS HUMANOS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso

Quantitativo de professores efetivos	Abrangência		As informações sobre servidores estão disponíveis no Portal de Transparência. Porém, o link descrito não leva para a informação filtrada. Todavia, no UFPE em Números, consta o quantitativo de professores	https://portal.datransparencia.gov.br/ e https://deplag.shinyapps.io/UFPEemNumeros/	
	Atualidade	0,1	Possui apenas data de alteração		
	Acessível	0	A informação foi acessada com mais de cinco cliques		
	Acessibilidade	0,1	A página da informação possui alto contraste, recurso de aumentar e contraste de cores		
	Clareza	0,2	As informações estão claras		
	Reutilização	0,1	As informações estão em formato powerBI		
Quantitativo de professores estrangeiros	Abrangência	0	Na seção "SERVIDORES" não consta o quantitativo de professores estrangeiros		
	Atualidade	0			
	Acessível	0			
	Acessibilidade	0			
	Clareza	0			
	Reutilização	0			
Quantitativo de pessoal apoio administrativo	Abrangência	0,2	As informações sobre servidores estão disponíveis no Portal de Transparência. Porém, o link descrito não leva para a informação filtrada. Porém, no UFPE em números consta o número de servidores técnicos administrativos.	https://portal.datransparencia.gov.br/	
	Atualidade	0,1	Possui apenas data de alteração		
	Acessível	0	A informação foi acessada com mais de cinco cliques		
	Acessibilidade	0,1	A página da informação possui alto contraste e contraste de cores		
	Clareza	0,2	As informações estão claras		
	Reutilização	0,1	As informações estão em formato powerBI		
Pontuação total: 1,4					
5 INFORMAÇÕES ECONÔMICAS - 2024	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso	
Diárias e Passagens	Abrangência	0	As informações sobre diárias e passagens estão disponíveis no Portal de Transparência. Porém, o link descrito não leva para a informação filtrada. Por essa razão não é possível avaliar essa categoria.	https://portal.datransparencia.gov.br/	
	Atualidade	0			
	Acessível	0			
	Acessibilidade	0			
	Clareza	0			
	Reutilização	0			
Receitas	Abrangência	0	As informações sobre receitas estão disponíveis no Portal de Transparência. Porém, o link descrito não leva para a informação filtrada. Por essa razão não é possível avaliar essa categoria.		
	Atualidade	0			
	Acessível	0			
	Acessibilidade	0			
	Clareza	0			
	Reutilização	0			
Despesas	Abrangência	0	As informações sobre despesas estão disponíveis no Portal de Transparência. Porém, o link descrito não leva para a informação filtrada. Por essa razão não é possível avaliar essa categoria.		
	Atualidade	0			
	Acessível	0			
	Acessibilidade	0			
	Clareza	0			
	Reutilização	0			
Pontuação total: 0					
Pontuação Total Final: 9,7					

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)				
1 INSTITUCIONAL	Critérios	Pontuação		Link de Acesso
Organograma	Abrangência	0,2	O organograma segue com os links abaixo de acesso a cada um dos setores da universidade	https://www.ufpb.br/ acessoainformacao/contents/paginas/institucional/estrutura-organizacional
	Atualidade	0,1	A informação possui data de alteração	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	O texto possui contraste de cores e recurso de aumentar e diminuir	
	Clareza	0,2	Os links abaixo do organograma facilitam a compreensão e interpretação da informação	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato texto	
Estatuto e Regimento Institucional	Abrangência	0,2	A informação está completa. Com riqueza de detalhamento sobre o Estatuto e Regimento Institucional	https://www.ufpb.br/sods/contents/menu/estatuto e https://www.ufpb.br/sods/contents/menu/copy_of_regimentos/regimento-geral
	Atualidade	0,2	O documento possui data e nome do responsável pela sua elaboração	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,2	A página da informação possui alto contraste, VIlbras, e contraste de cores	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato texto	
Departamentos	Abrangência	0,2	No link constam sublinks de acesso a cada um dos departamentos da Universidade, nos quais estão descrições dos setores e responsáveis	https://www.ufpb.br/ acessoainformacao/contents/paginas/institucional/principais-cargos-e-autoridades
	Atualidade	0,2	Há informação sobre a atualidade das informações	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	A página da informação possui alto contraste e pode ser utilizado o VIlbras	
	Clareza	0,1	As informações estão claras	
	Reutilização	0,1	As informações estão apenas em texto	
Pontuação total: 3,0				
2 AÇÕES E PROGRAMAS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Carta de Serviços ao Usuário	Abrangência	0,2	A carta de serviços apresenta informações suficientes para o usuário sobre a universidade, setores e serviços	https://www.ufpb.br/ acessoainformacao/contents/paginas/acoes-e-programas/cartas-de-servicos
	Atualidade	0,2	A informação está atualizada	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	A informação está no formato PDF e texto, possuindo o recurso de diminuir e aumentar o tamanho, com contraste e cores que possibilitam a legibilidade e pode ser lido pelo VIlbras	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,2	A informação está em texto e PDF	
Relatórios de Gestão	Abrangência	0,2	O relatório de Gestão apresenta informações suficientes para o usuário sobre a Missão, Visão, governança, extensão, ensino, dentre outras informações relacionadas a gestão. Relatório das atividades de 2023 publicado em 2024.	https://www.ufpb.br/proplan/contents/paginas/acoes/codeplan/relatorios/rgi
	Atualidade	0,2	O relatório é atual, possui nome do responsável e data de atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão e a interpretação	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF	
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Abrangência	0	Ao clicar no item PDI, apareceu a mensagem "Desculpe, mas esta página não existe...", impossibilitando a avaliação da categoria. No item "busca" não foi encontrado o PDI atualizado	https://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/menu/ploplan/pdi
	Atualidade	0		
	Acessível	0		
	Acessibilidade	0		
	Clareza	0		
	Reutilização	0		
Pontuação total: 2,2				
3 ESTUDANTES	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Cursos de graduação e pós-graduação ofertados	Abrangência	0,1	Há detalhamento do quantitativo de cursos de pós-graduação e não há de graduação	https://prpq.ufpb.br/prpq/contents/paginas/programas-de-pos-graduacao/lista-de-cursos-de-pos-graduacao e https://www.prq.ufpb.br/
	Atualidade	0,1	Só estão atualizadas as informações da pós-graduação	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	A página da informação possui alto contraste, contraste de cores e pode ser utilizado o VIlbras	
	Clareza	0,1	Com a ausência de informações sobre os cursos de graduação, não é possível ter clareza das informações	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato texto	
Quantidade de alunos de graduação e pós-graduação	Abrangência	0	O último UFPB Em números é de 2019 e ao clicar neste relatório diz "página não encontrada!", não sendo uma informação atual, sendo portanto desconsiderado na avaliação	https://www.ufpb.br/ufpbemnumeros
	Atualidade	0		
	Acessível	0		
	Acessibilidade	0		
	Clareza	0		
	Reutilização	0		
Auxílio financeiro	Abrangência	0,2	Estão descritos os tipos de auxílios ofertados pela Universidade	https://www.ufpb.br/prape
	Atualidade	0,2	Há data e responsável pela atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A página da informação possui alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão da informação	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato texto	
Pontuação total: 1,8				
4 RECURSOS HUMANOS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Quantitativo de professores efetivos	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portal.datransparencia.gov.br/servidores/orgao?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&tipoVinculo=2%2C1%2C4%2C3&orgaosServidorExercicio=UR22200018380500%2CUR26240000000001%2COR26240&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CorgaoSuperior%2Cotacao%2Cotacao%2CquantidadeAtivos%2CquantidadeInativos%2CquantidadePensionistas%2CunidadeOrganizacional%2Cservidor%2Cotacao%2CorgaoExercicio%2CunidadeOrganizacional%2Cservidor%2CordenarPor=orgaoSuperior%2Cotacao%2Cdirecao=asc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
	Abrangência	0		

Quantitativo de professores estrangeiros	Atualidade	0	Não foi encontrado um campo com o quantitativo de professores estrangeiros	
	Acessível	0		
	Acessibilidade	0		
	Clareza	0		
	Reutilização	0		
Quantitativo de pessoal apoio administrativo	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	oVinculo=2%2C1%2C4%2C3&orgaosServidorExercicio=UR22200018380500%2CUR2624000000001%2COR26240&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CorgaoSuperiorLotacaoSIAPE%2CorgaoLotacaoSIAPE%2CquantidadeAtivos%2CquantidadeInativos%2CquantidadePensionistas%2CunidadeOrganizacionalServidorLotacao%2CorgaoExercicioSIAPE%2CunidadeOrganizacionalServidorExercicio&ordenarPor=orgaoSuperiorLotacaoSIAPE&direcao=asc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
Pontuação total: 1,8				
5 INFORMAÇÕES ECONÔMICAS - 2024	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Diárias e Passagens	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portaldatransparencia.gov.br/viagens/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2023&ate=31%2F12%2F2023&orgaos=OR26240&colunasSelecionadas=id%2Cpcdp%2CnumPcdp%2Csituacao%2CorgaoSuperior%2Corgao%2Ctipo%2Ccpf%2Cnome%2Cde%2Cdestinos%2CvalorTotal%2CviagemUrgente&ordenarPor=de&direcao=desc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
Receitas	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portaldatransparencia.gov.br/receitas/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&orgaos=OR26240%2CUG153065&colunasSelecionadas=ano%2CorgaoSuperior%2Corgao%2CunidadeGestora%2Ccategoria%2Corigem%2Cespecie%2Cdetalhamento%2CvalorPrevistoAtualizado%2CvalorRealizado%2CpercentualRealizado%2CvalorLancado&ordenarPor=ano&direcao=desc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento.	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
Despesas	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	de=01%2F01%2F2023&ate=31%2F12%2F2023&orgaosOrcamentarios=OR26240%2CUO26240&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CmesAno%2CorgaoSuperior%2CorgaoVinculado%2CunidadeGestora%2CorgaoSuperiorOrcamentario%2CorgaoVinculadoOrcamentario%2CunidadeOrcamentaria%2Cfuncao%2CsubFuncao%2Cprograma%2Cacao%2CprogramaGoverno%2Cautor%2CplanoOrcamentario%2CgrupoDespesa%2CelementoDespesa%2CmodalidadeDespesa%2CvalorDespesaEmpenhada%2CvalorDespesaLiquidada%2CvalorDespesaPago%2CvalorRestoPago&ordenarPor=mesAno&direcao=desc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
Pontuação total: 2,7				
Pontuação Total Final: 11,5				

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)				
1 INSTITUCIONAL	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Organograma	Abrangência	0,2	O organograma está completo, com as descrições das siglas	https://ufrn.br/resources/documentos/organograma-geral-UFRN.pdf
	Atualidade	0	Não há informação de atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	O texto possui contraste de cores e recurso de aumentar e diminuir o tamanho do texto	
	Clareza	0,2	As informações estão claras	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato PDF	
Estatuto e Regimento Institucional	Abrangência	0,2	A informação está completa. Com riqueza de detalhamento sobre o Estatuto e Regimento Institucional	https://ufrn.br/resources/documentos/regimentos/RegimentoInternoDaReitoria.pdf
	Atualidade	0,2	O documento possui data e nome do responsável pela sua elaboração	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF e texto, possuindo o recurso de diminuir e aumentar o tamanho, com contraste e cores que possibilitam a legibilidade e pode ser lido pelo Vlibras	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF,	
Departamentos	Abrangência	0,2	Há informações sobre os departamentos e link de acesso para o usuário verificar a atribuição de cada um deles.	https://acessoainformacao.ufrn.br/institucional/contatos-de-dirigente-s/reitoria
	Atualidade	0	Não há informação de atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	A pagina da informação possui alto contraste, contraste de cores e pode ser utilizado o Vlibras	
	Clareza	0,2	As informações estão claras	
	Reutilização	0,1	As informações estão no formato de texto	
Pontuação total: 2,7				
2 AÇÕES E PROGRAMAS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Carta de Serviços ao Usuário	Abrangência	0,2	A carta de serviços apresenta informações suficientes para o usuário sobre a universidade, setores e serviços	https://ufrn.br/resources/documentos/cartadeservico/carta%20de%20servico%20-%20ufrn.pdf
	Atualidade	0,1	Não há data de criação/alteração	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	As informações estão claras	
	Reutilização	0,1	As informações estão no formato PDF	
Relatórios de Gestão	Abrangência	0	Não consta na aba “Relatórios de Gestão” o do exercício de 2023. Por essa razão, não será avaliada essa categoria.	https://acessoainformacao.ufrn.br/acoes-e-programas/resultadosdeacoesprogramas
	Atualidade	0		
	Acessível	0		
	Acessibilidade	0		
	Clareza	0		
	Reutilização	0		
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Abrangência	0,2	Apresenta informações suficientes para o usuário sobre o planejamento da Universidade	https://ufrn.br/resources/documentos/pdi/PDI-2020-2029.pdf
	Atualidade	0,2	A informação está atualizada	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF e texto, possuindo o recurso de diminuir e aumentar o tamanho, com contraste e cores que possibilitam a legibilidade e pode ser lido pelo Vlibras	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão da informação	
	Reutilização	0,1	O PDI está em PDF	
Pontuação total: 1,9				
3 ESTUDANTES	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Cursos de graduação e pós-graduação ofertados	Abrangência	0,2	Nos links constam as informações sobre os de cursos de graduação e pós-graduação para que o usuário conheça quais são os cursos ofertados.	https://www.ufrn.br/academico/ensino/graduacao/cursos https://www.ufrn.br/academico/ensino/pos-graduacao/stricto-sensu/cursos https://www.ufrn.br/academico/ensino/pos-graduacao/lato-sensu/cursos
	Atualidade	0	Não há informação de atualização	
	Acessível	0,2	Os links de acesso as informações podem ser acessados em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A página da informação possui contraste de cores e podem ser lidas pelo Vlibras	
	Clareza	0,2	As informações dos cursos estão claras e precisas	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato texto	
Quantidade de alunos de graduação e pós-graduação	Abrangência	0,2	As informações sobre graduandos e pós-graduandos estão completas e com riqueza de detalhes	https://www.ufrn.br/governanca/ufrn-em-numeros
	Atualidade	0,1	Possui apenas data de alteração	
	Acessível	0	A informação foi acessada com mais de cinco cliques	
	Acessibilidade	0,2	A página da informação possui alto contraste, recurso de aumentar e reduzir fonte e contraste de cores	
	Clareza	0,2	As informações estão claras	
	Reutilização	0,1	A informação está em formato powerBI	
Auxílio financeiro	Abrangência	0,1	No link da Pró-reitoria Estudantil constam documentos com os tipos de auxílios, porém, não estão organizados de forma sistemática, dificultando o acesso as informações	https://proae.ufrn.br/documento.php?id=126227104
	Atualidade	0	Não há informação de atualização	
	Acessível	0	Acessível após cinco cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	As informações não estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão da informação	
	Reutilização	0,1	As informações estão no formato PDF	
Pontuação total: 2,1				
4 RECURSOS HUMANOS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Quantitativo de professores efetivos	Abrangência	0,2	Há informações sobre os professores, lotação, titulação, dentre outras	https://sigrh.ufrn.br/sigrh/public/abas/menu_relatorios_estatisticos.jsf
	Atualidade	0,1	As informações são atualizadas. Mas não há nome de responsável pelo levantamento das informações	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	As informações estão no formato de texto, tendo apenas contraste de cores	
	Clareza	0,2	As informações são claras	
	Reutilização	0,1	As informações estão no formato de texto	
	Abrangência	0		

Quantitativo de professores estrangeiros	Atualidade	0	Não foi encontrado um campo com o quantitativo de professores estrangeiros	
	Acessível	0		
	Acessibilidade	0		
	Clareza	0		
	Reutilização	0		
Quantitativo de pessoal apoio administrativo	Abrangência	0,2	Há informações sobre o pessoal de apoio administração, lotação, titulação, dentre outras.	https://sigrh.ufm.br/sigrh/public/abas/menu_relatorios_estatisticos.jsf
	Atualidade	0,1	As informações são atualizadas. Mas não há nome de responsável pelo levantamento das informações.	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	As informações estão no formato de texto, tendo apenas contraste de cores	
	Clareza	0,2	As informações são claras	
	Reutilização	0,1	As informações estão no formato de texto	
Pontuação total: 1,8				
5 INFORMAÇÕES ECONÔMICAS - 2024	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Diárias e Passagens	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portaldatransparencia.gov.br/viagens/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2021&ate=02%2F11%2F2021&orgaos=OR26243&colunasSelecionadas=id%2Cpcdp%2CnumPcdp%2Csituacao%2CorgaoSuperior%2Corgao%2Ctipo%2Ccpf%2Cnome%2Cde%2Cate%2Cdestinos%2CvalorTotal%2CviagemUrgente&ordenarPor=de&direcao=desc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento.	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
Receitas	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portaldatransparencia.gov.br/receitas/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=2021&ate=2021&orgaos=OR26243&colunasSelecionadas=ano%2CorgaoSuperior%2Corgao%2CunidadeGestora%2CCategoria%2Corigem%2Cespecie%2Cdetalhamento%2CvalorPrevistoAtualizado%2CvalorRealizado%2CpercentualRealizado%2CvalorLancado&ordenarPor=ano&direcao=desc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento.	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
Despesas	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F09%2F2021&ate=30%2F09%2F2021&orgaos=OR26243&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CmesAno%2CorgaoSuperior%2CorgaoVinculado%2CunidadeGestora%2Cfuncao%2CsubFuncao%2Cprograma%2Ccacao%2CprogramaGoverno%2Cautor%2CplanoOrcamentario%2CgrupoDespesa%2CelementoDespesa%2CmodalidadeDespesa%2CvalorDespesaEmpenhada%2CvalorDespesaLiquidada%2CvalorDespesaPago%2CvalorRestoPago&ordenarPor=mesAno&direcao=desc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento.	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
Pontuação total: 2,7				
Pontuação Total Final: 11,2				

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)				
1 INSTITUCIONAL	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Organograma	Abrangência	0,2	O organograma apresenta os setores e campi que compõem a instituição	https://transparencia.ufs.br/uploads/page_attach/path/20802/Organograma_UFS_ADM-ACAD_2024_com_Gloss_rio_de_Siglas.pdf
	Atualidade	0,2	A informação está atualizada	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	As informações são claras com riqueza de detalhes	
	Reutilização	0,1	As informações estão em PDF	
Estatuto e Regimento Institucional	Abrangência	0,2	A informação está completa. Com riqueza de detalhamento sobre o Estatuto e Regimento Institucional	https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/anexos/estatutoUF52014.pdf e https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/documentos/ufs/0179_regime_rto_geral_da_ufs.pdf
	Atualidade	0,2	O documento possui data e nome do responsável pela sua elaboração	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF.	
Departamentos	Abrangência	0,2	Há informações sobre os departamentos e link de acesso para o usuário verificar a atribuição de cada um deles.	https://acessoainformacao.ufs.br/pagina/5934
	Atualidade	0	Não há informação de atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	A página da informação possui alto contraste, contraste de cores e recurso de aumentar e diminuir	
	Clareza	0,2	As informações estão claras	
	Reutilização	0,1	As informações estão no formato de texto	
Pontuação total: 2,9				
2 AÇÕES E PROGRAMAS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Carta de Serviços ao Usuário	Abrangência	0,2	A carta de serviços apresenta informações suficientes para o usuário sobre a universidade, setores e serviços	https://www.gov.br/pt-br/orgaos/fundacao-universidade-federal-de-sergipe
	Atualidade	0,1	A informação possui data de última atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	A informação está no formato PDF e texto, podendo ser lido pelo Vlibras, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,2	A estrutura do texto possibilita uma fácil compreensão do documento	
	Reutilização	0,2	A informação está em texto e PDF	
Relatórios de Gestão	Abrangência	0,2	O relatório de Gestão apresenta informações suficientes para o usuário sobre a Missão, Visão, governança, extensão, ensino, dentre outras informações relacionadas a gestão. Relatório das atividades de 2023 publicado em 2024	https://www.ufs.br/pagina/3314
	Atualidade	0,2	O relatório é atual, possui nome do responsável e data de atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão da informação	
	Reutilização	0,1	Está disponível apenas no formato PDF	
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Abrangência	0,2	Apresenta informações suficientes para o usuário sobre o planejamento da Universidade	https://pdi.ufs.br/pagina/22681
	Atualidade	0,2	A informação está atualizada	
	Acessível	0,2	Acessível em três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	As informações estão estruturadas de forma que facilitam a compreensão e a interpretação	
	Reutilização	0,1	O PDI está em PDF.	
Pontuação total: 3,1				
3 ESTUDANTES	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Cursos de graduação e pós-graduação ofertados	Abrangência	0,1	Na pasta de campos/cursos só são descritos os cursos de graduação, e não de pós-graduação	https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-ensino e https://posgrap.ufs.br/pagina/25-apresentacao
	Atualidade	0	Não há informações sobre atualização	
	Acessível	0,1	Acessível em até três cliques apenas as informações sobre graduação	
	Acessibilidade	0,1	A informação tem contraste de cores.	
	Clareza	0,1	A ausência de informações sobre os cursos de pós-graduação interfere na clareza	
	Reutilização	0,1	A informação está disponível apenas em texto	
Quantidade de alunos de graduação e pós-graduação	Abrangência	0,1	Só foram encontrados os quantitativos dos alunos de graduação matriculados pelo SIGAA. Não há número de alunos da pós-graduação	https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-ensino e https://posgrap.ufs.br/pagina/25-apresentacao
	Atualidade	0	Não há informações sobre atualidade	
	Acessível	0,1	Acessível em até três cliques apenas as informações sobre graduação	
	Acessibilidade	0,1	As informações tem contraste de cores	
	Clareza	0,1	A ausência de uma organização adequada das informações não possibilita a compreensão e interpretação do usuário	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato texto	
Auxílio financeiro	Abrangência	0,2	As informações sobre os auxílios são abrangentes	https://acessoainformacao.ufs.br/uploads/page_attach/path/12716/auxilios_e_bolsas_-_Pnaes_-_ASSIST_NCIA_ESTUDANTIL.pdf
	Atualidade	0	Não há informação sobre atualização	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,1	A informação está no formato PDF, possuindo apenas o recurso de diminuir e aumentar o tamanho do texto e com contraste de cores que possibilitam a legibilidade	
	Clareza	0,2	As informações sobre os auxílios são claras	
	Reutilização	0,1	A informação está no formato PDF	
Pontuação total: 1,8				
4 RECUSOS HUMANOS	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
	Abrangência	0		https://portaldatransparencia.gov.br/servidores/orgao?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&ord
	Atualidade	0		

Quantitativo de professores efetivos	Acessível	0	O link de acesso ao quantitativo de servidores (professores) disponível é o do Portal de Transparência. Entretanto, ao clicar o link não aparecem os quantitativos de professores.	gaosServidorExercicio=OR26281&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CorgaoSuperiorExercicioSIAPE%2CorgaoExercicioSIAPE%2CquantidadePessoas%2CquantidadeVinculos&ordenarPor=orgaoSuperiorLotacaoSIAPE&direcao=asc
	Acessibilidade	0		
	Clareza	0		
	Reutilização	0		
Quantitativo de professores estrangeiros	Abrangência	0	Não foram encontradas informações sobre o quantitativo de professores estrangeiros	
	Atualidade	0		
	Acessível	0		
	Acessibilidade	0		
Quantitativo de pessoal apoio administrativo	Clareza	0		
	Reutilização	0		
	Abrangência	0	O link de acesso ao quantitativo de servidores (apoio administrativo) disponível leva o usuário ao Portal de Transparência. Entretanto, ao clicar o link não aparecem os quantitativos de pessoal.	https://portal.datransparencia.gov.br/servidores/orgao?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&orgaosServidorExercicio=OR26281&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CorgaoSuperiorExercicioSIAPE%2CorgaoExercicioSIAPE%2CquantidadePessoas%2CquantidadeVinculos&ordenarPor=orgaoSuperiorLotacaoSIAPE&direcao=asc
	Atualidade	0		
Acessível	0			
Acessibilidade	0			
Clareza	0			
Reutilização	0			
Pontuação total: 0,0				
5 INFORMAÇÕES ECONÔMICAS - 2024	Critérios	Pontuação	Observações	Link de Acesso
Diárias e Passagens	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portal.datransparencia.gov.br/viagens/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2023&ate=27%2F11%2F2023&orgaos=OR26281&colunasSelecionadas=id%2Cpcdp%2CnumPcdp%2Csituacao%2CorgaoSuperior%2Corgao%2Ctipo%2Ccpf%2Cnome%2Cde%2Cate%2Cdestinos%2CvalorTotal%2CviagemUrgente&ordenarPor=de&direcao=desc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
Receitas	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portal.datransparencia.gov.br/receitas/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=2023&ate=2023&orgaos=OR26281&colunasSelecionadas=ano%2CorgaoSuperior%2Corgao%2CunidadeGestora%2Ccategoria%2Corigem%2Cespecie%2Cdetalhamento%2CvalorPrevistoAtualizado%2CvalorRealizado%2CpercentualRealizado%2CvalorLancado&ordenarPor=ano&direcao=desc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
Despesas	Abrangência	0,1	A informação está em formato de dados no Portal de Transparência	https://portal.datransparencia.gov.br/despesas/orgao?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2023&ate=30%2F11%2F2023&orgaos=OR26281&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CmesAno%2CorgaoSuperior%2CorgaoVinculado%2CvalorDespesaEmpenhada%2CvalorDespesaLiquidada%2CvalorDespesaPagada%2CvalorRestoPago&ordenarPor=orgaoSuperior&direcao=asc
	Atualidade	0,1	A informação é atual, não consta nome de responsável	
	Acessível	0,2	Acessível em até três cliques	
	Acessibilidade	0,2	Na parte das informações estão presentes filtros de aumentar e reduzir a fonte, alto contraste e contraste de cores	
	Clareza	0,1	Os dados não são claros, é preciso realizar um tratamento.	
	Reutilização	0,2	A informação está disponível em texto e excel	
Pontuação total: 2,7				
Pontuação Total Final: 10,5				